



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 89

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 28 de Novembro de 2007

Presidente: Deputado Fernando Menezes (*substituído no decorrer da Sessão pela Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes*)

Secretários: Deputados António Loura e Cláudio Lopes (*substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado António Pedro Costa*)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos.

A Sessão iniciou-se com a apresentação de três **Votos de Pesar**.

Os dois primeiros, pelo “**falecimento o Dr. Aníbal Furtado Lima**”, foram apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PS.

A sua apresentação coube aos Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*) e Nélia Amaral (*PS*), seguindo a votação que registou a aprovação por unanimidade.

O terceiro voto, pelo “**falecimento de Gastão Barbosa Pacheco**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, também foi aprovado por unanimidade.

A sua apresentação coube à Sra. Deputada Maria José Duarte, seguindo-se uma intervenção por parte da Sra. Deputada Catarina Furtado (*PS*).

Os trabalhos prosseguiram com a continuação do debate das **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Anual Regional para 2008” e “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2008”**.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*Indep.*), Artur Lima (*CDS/PP*), Cláudia Cardoso (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Helder Silva (*PS*), Aires Reis (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), Mariana Matos (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), José San-Bento (*PS*), José Ávila (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Jaime Jorge (*PSD*), Osório Silva (*PS*), António Toste (*PS*), Fernanda Trindade (*PS*), Francisco Coelho (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Mark Marques (*PSD*), os Srs. Secretários Regionais da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*), da Economia (*Duarte Ponte*), da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*), da Presidência (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.
Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda **Correia Garcia** Trindade
Fernando **Manuel Machado** Menezes
Guilherme **de Fraga Vicente** Nunes
Hélder **Guerreiro Marques** Silva
Henrique **Correia** Ventura
José **Carlos Gomes San-Bento de Sousa**
José **de Sousa** Rego
José **Gabriel Freitas** Eduardo
José **Gaspar Rosa de** Lima
José **Manuel Gregório de** Ávila
Lizuarte **Manuel** Machado
Luís Paulo **de Serpa** Alves
Manuel Avelar **Cunha Santos**
Manuel Herberto **Santos da** Rosa
Manuel **Soares da** Silveira
Maria Fernanda **da Silva** Mendes
Maria Piedade **Lima Landa Gonçalves Mano**
Mariana **Rego Costa de** Matos
Nélia **Maria Pacheco** Amaral
Nuno **Alexandre da Costa Cabral** Amaral
Nuno **André da Costa Soares** Tomé
Rogério **Paulo Lopes Soares** Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aires **António Fagundes dos** Reis
António **Augusto Batista Soares** Marinho
António **Lima Cardoso** Ventura
António **Maria da Silva** Gonçalves
António **Pedro Rebelo** Costa
Cláudio **José Gomes** Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Jaime António da Silveira Jorge

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Manuel Avelar Nunes

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Presidente: Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Chamo o Sr. Deputado do PSD para fazer a leitura de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Furtado Lima.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Faleceu, no passado dia 09 de Novembro, Aníbal Furtado Lima, reputado e estimado médico e um homem de carácter marcadamente humanista, de uma energia impressionante, que nasceu a 6 de Maio 1927, em Vila Franca do Campo.

Frequentou o então Liceu Nacional Antero de Quental, onde completou o Curso Liceal e recebeu o Prémio Antero de Quental.

Completo o seu curso na Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1951, concorrendo, nesse mesmo ano, a Médico Interno dos Hospitais Civis de Lisboa, onde se especializou em Cirurgia Geral e obteve o 1º lugar no concurso para Médico Interno do Internato Complementar de Cirurgia.

Em 1957, assumiu o lugar de Subdelegado do então criado Instituto Maternal de Ponta Delgada e com estas funções foi, simultaneamente, Cirurgião Geral do Hospital de Ponta Delgada, onde permaneceu como Director do Serviço de Cirurgia da 5ª Enfermaria até 1978.

Porém o seu sonho pertinaz só viria a tornar-se realidade com a inauguração, em 9 de Junho de 1966, da Clínica do Bom Jesus, uma unidade de Saúde particular, tendo nesse mesmo dia feito a entrega do testamento, em que por sua morte, aquele estabelecimento de saúde, seria propriedade da Diocese de Angra. Porém, em 1979, fez a doação da Clínica à mesma Diocese, tendo-a dirigido até Agosto de 1986. A partir de então, continuou ali a desempenhar a sua actividade de Médico-cirurgião.

Foram milhares as intervenções cirúrgicas realizadas no campo das várias especialidades, sendo pioneiro, ao realizar intervenções de alta cirurgia, que até então não haviam sido praticadas nos Açores.

Pelos prestantes serviços consagrados à comunidade, a Câmara Municipal de Ponta Delgada, em 9 de Junho de 1988, decidiu atribuir o seu nome, a uma artéria daquela cidade, e noutra ocasião, concedeu-lhe a medalha de Mérito Municipal.

No passado dia 10 de Junho, o Presidente da Republica atribuiu a Insígnia de Grande Oficial da Ordem de Mérito ao cidadão humilde e determinado, Dr. Aníbal Furtado Lima.

Foi figura proeminente da classe médica e numa altura em que a qualidade da medicina nos Açores estava longe dos padrões desejáveis, ele lançou-se com audácia na obtenção dos meios para construir a Clínica do Bom Jesus, pelo que o seu nome merece ser evocado nesta Assembleia Legislativa.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD, através dos Deputados Subscritores, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, apresenta um voto de pesar pelo falecimento de Aníbal Furtado Lima, em memória daquele homem de grande tenacidade e apurado sentido de justiça.

Sala das Sessões, 28 de Novembro de 2007

Os Deputados, *Clélio Meneses, José Manuel Bolieiro, Pedro Gomes e António Pedro Costa.*

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Para apresentar um voto do mesmo teor, tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

“Aqui jaz pó. Eu não. Eu sou quem fui.

Raio animado d’essa luz celeste

À qual a morte as almas restitui

Restituindo à terra o pó que as reveste”

Em meados do século XIX, João de Deus despedia-se assim do seu amigo Antero.

Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na falta de comparável criatividade tomo hoje, emprestadas, as palavras do poeta para, desta tribuna, prestar merecida homenagem a um outro Açoriano notável, com quem já não temos o privilégio de conviver – O Dr. Aníbal Furtado Lima.

Nascido em Vila Franca do Campo, a 6 de Maio de 1927, o Dr. Furtado Lima soube manter ao longo de todo o seu percurso de vida a capacidade de trabalho e dedicação, mas também a simplicidade e abnegação que desde cedo o caracterizaram. Concluiu o ensino primário, como então se chamava, na sua terra natal e o secundário no Liceu Nacional Antero de Quental, em Ponta Delgada. Aos dezoito anos parte para Lisboa onde, de 1945 a 1951 frequenta a Faculdade de Medicina. Posteriormente faz o internato nos Hospitais Civis de Lisboa e especializa-se em cirurgia geral.

Mas se foi notável o seu desempenho académico, terá sido no âmbito profissional que as suas competências pessoais mais se evidenciaram e ele mais se distinguiu. A

competência, dedicação e o espírito de missão com que exerceu a medicina cedo se destacaram. Em 1959 regressa aos Açores e assume o cargo de Sub-Delegado do Instituto Maternal de Ponta Delgada, funções que acumularia, com as de cirurgião Geral do Hospital de Ponta Delgada, onde exerceu o cargo de Director do Serviço de Cirurgia da 5ª Enfermaria.

A sua vocação pela medicina, o espírito de aventura e o pioneirismo levaram-no a sonhar uma prestação de serviços de saúde radicalmente diferente da que à data existia nos Açores e comparável com o que de melhor se fazia pelo mundo fora. À capacidade de sonhar juntaram-se o empreendedorismo a dedicação e a capacidade de trabalho e em 1966 inaugura uma unidade de saúde privada em Ponta Delgada – A Clínica do Bom Jesus.

A abertura de uma Clínica Privada, nos Açores, em 1966 constituiria, sem dúvida, por si só, um feito notável. No entanto, e a fazer fé no testemunho dos seus colegas de profissão, esse feito ganha particular relevância quando enquadrado numa época em que o desenvolvimento da saúde “era ainda muito precário”. É igualmente de salientar a capacidade de inovação então evidenciada e que justifica o facto da clínica ainda se manter ao serviço dos Açorianos e de “ainda hoje poder servir de referência em termos de funcionalidade e de qualidade assistencial”.

Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Seria imperdoável falar do Dr. Furtado Lima sem falar do seu desprendimento dos bens materiais, da sua capacidade de entrega às causas superiores como sejam a ajuda ao outro e a promoção da dignidade humana. Esta será talvez a característica que mais terá marcado a maioria dos açorianos que tiveram o privilégio de o conhecer pessoalmente.

É esta humildade e capacidade de abnegação que o leva a desprender-se da obra que construíra. Em 1979 doa a Clínica do Bom Jesus à Diocese para criação de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, a Fundação Pia Diocesana do Bom Jesus.

O Dr. Furtado Lima quis ser solidário, numa época de crescente materialismo e antes da solidariedade social marcar a ordem do dia, ou ser politicamente correcto;

Reconheceu os benefícios da prevenção antes da mudança de paradigma e quando o exercício da medicina se centrava, quase exclusivamente, numa perspectiva de cura da doença;

Soube ser empreendedor antes de haver qualquer legislação sobre a matéria; e

Ousou concretizar uma iniciativa privada, numa área predominantemente pública, antes de ser criado para o efeito qualquer sistema de incentivos;

Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este açoriano extraordinário, o Dr. Furtado Lima morreu em Ponta Delgada a 9 de Novembro de 2007.

Em vida foram-lhe atribuídas várias homenagens: nome de rua, Medalha de Mérito Municipal e, ainda este ano, no âmbito das comemorações do Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas, a Comenda de Grande-Oficial da Ordem de Mérito. Homenagens **por tudo aquilo que fez.**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que esta Assembleia Legislativa Regional se associe ao pesar de tantos e tantos Açorianos, espalhados por todas as ilhas, de Santa Maria ao Corvo e recorde hoje o Dr. Furtado Lima **por tudo aquilo que ele foi.**

Disse.

Os Deputados Regionais, *Francisco Coelho e Nélia Amaral*

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Pesar apresentado pelo PSD, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Pesar apresentado pelo PS, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida outro Voto de Pesar pelo falecimento de um ex-colega nosso, Gastão Barbosa Pacheco.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Faleceu, no passado dia 16 de Novembro, Gastão Barbosa Pacheco, empresário açoriano do ramo automóvel, natural da freguesia da Maia e cidadão de espírito irreverente e interventivo.

Eleito Deputado à Assembleia Regional dos Açores, na V Legislatura, exerceu funções no período de 17 de Maio de 1994 a 6 de Novembro de 1996, pelas listas do PSD, tendo celebrado várias intervenções e apartes regimentais, com o seu espírito acutilante e de bom humor contagiante.

No exercício da sua actividade profissional, por todos os lugares por onde passou, granjeou muitas amizades nas várias ilhas dos Açores, mantendo sempre uma postura de aposta na inovação comercial, dando lugar aos mais novos e nunca esquecendo aos suas origens.

Recorda-se neste momento o seu dinamismo e o seu entusiasmo, começando a vida como empregado, estabelecendo-se depois, por conta própria, num stand de venda de automóveis na Rua do Melo e mais tarde fixando-se na Pranchinha onde fez florescer a sua empresa.

Gastão Pacheco foi sempre um homem de carácter, mesmo nos momentos mais difíceis e nas adversidades por que passou na vida. Manifestou-se sempre, mesmo de forma peculiar, pela justeza das causas e dos ideais que defendia.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, apresenta um voto de pesar pelo falecimento do antigo Deputado Gastão Barbosa Pacheco, que deve ser endereçado aos seus familiares.

Sala das Sessões, 28 de Novembro de 2007

Os Deputados: Clélio Meneses, José Manuel Bolieiro, Pedro Gomes e António Pedro Costa.

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gastão Barbosa Pacheco era um cidadão da Ribeira Grande e ficará sempre lembrado pela sua postura participativa e empreendedora.

Numa altura de uma cidade não tão dinâmica economicamente como agora, ele teve a coragem e sempre foi muito empreendedor e, também pelo seu sentido de humor, ficará sempre associado, porque marcou personalidade de forma a torná-lo pessoa única, incontornável e muito sociável.

A bancada do Partido Socialista associa-se ao Voto de Pesar aqui manifestado por este ribeiragrandense que também já foi aqui Deputado na Assembleia.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Pesar apresentado pelo PSD, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos iniciar a nossa Agenda da Reunião com a continuação do debate das **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Anual Regional para 2008” e “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2008”**.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cabe-me apresentar hoje nesta casa as propostas de Plano e Orçamento nas áreas da responsabilidade da Secretaria Regional da Educação e Ciência.

Com cerca de 240 milhões de euros de despesa total, o que representa aproximadamente 22% do investimento global da Região Autónoma dos Açores, a Secretaria Regional da Educação e Ciência desenvolve um conjunto de actividades, todas elas centradas na área das pessoas, da qualificação dos açorianos, que se repartem, em termos do plano, por um conjunto de acções muito vasto e que implicam um investimento muito alargado.

No que diz respeito às infra-estruturas educativas, que é a maior parte do plano que a Secretaria Regional tem à sua responsabilidade, e que corresponde a 36 milhões de euros, 24 milhões destinam-se às construções escolares a que acresce cerca de 4

milhões de investimento em Rabo de Peixe, que são também construções escolares, mas num programa específico.

O objectivo deste investimento é a melhoria e a consolidação da nossa rede escolar, o que já levou a que nós tenhamos, hoje, algumas das melhores escolas do país.

Este investimento tem sido feito com dois objectivos: a melhoria da qualidade e a racionalização da rede.

Da conjugação destes objectivos nós temos conseguido ganhos muito sensíveis na qualidade do serviço que prestamos às crianças e jovens que frequentam as nossas escolas e também temos conseguido fazê-lo sem que essa melhoria se traduza num crescimento exagerado da despesa corrente que é feita nesta área.

De facto, hoje já temos boas escolas e temos escolas que demonstram que são capazes de produzir educação e produzir educação com qualidade.

Nós, para além do investimento em infra-estruturas, ainda nesta parte do Plano temos o investimento destinado ao reequipamento das escolas, incluindo a continuação do projecto escolas digitais, um projecto que foi pioneiro no país e que agora está sendo seguido noutras regiões também, mas que já nos permitiu colocar-nos à frente em termos dos rácios de disponibilização do material informático nas nossas escolas.

No ano lectivo passado nós tínhamos um computador por cada 8 alunos (entenda-se, um computador destinado a efeitos pedagógicos, não estão aqui incluídos os computadores das Secretarias, nem outros que não estejam acessíveis aos alunos). Estimamos que vamos chegar ao fim deste ano lectivo com 6 alunos por cada computador, o que já nos coloca muito próximo dos 5 alunos por computador, que foi estabelecido como uma das metas para 2010 na estratégia de Lisboa e dá-nos a certeza que nós vamos conseguir, com este investimento, atingir com facilidade esse objectivo.

Este investimento, em termos de infra-estruturas escolares e de equipamentos, traduziu-se numa melhoria generalizada dos indicadores de desempenho das nossas escolas.

Hoje, podemos dizer, e fazemo-lo com orgulho, que temos pela primeira vez na nossa história uma geração totalmente escolarizada. Conseguimos atingir finalmente a

universalidade do ensino básico e conseguimos atingir já números indicadores que nos colocam muito bem no contexto europeu.

É preciso não esquecer que um terço dos jovens açorianos, hoje, já entra no ensino superior. Atingem a universidade.

É preciso não esquecer que dos 57.100 residentes nos Açores que têm idades entre os 3 e os 19 anos, apenas 12% não frequentam o nosso sistema educativo. Nestes 12% incluem-se crianças da educação pré-escolar, que frequentam apenas parcialmente o sistema ou que não frequentam por escolha dos seus pais e um número muito sensível de alunos do ensino superior que estão a frequentar a sua escolaridade fora dos Açores, o que faz com que possamos afirmar que temos menos do que 10% das crianças e jovens dos 3 aos 19 anos que não estão na escola. É, de facto, uma alteração histórica, é uma alteração profundíssima que seguramente se traduzirá numa alteração estrutural da nossa sociedade nas próximas décadas.

Eram objectivos que há uma década atrás pareciam impossíveis de atingir, mas que hoje já podemos dizer que os atingimos. É uma meta atingida. É um objectivo cumprido.

Também no que diz respeito às questões da qualidade do sistema educativo, agora aferidas em termos dos resultados dos alunos, conseguiu-se reduzir substancialmente o insucesso escolar e conseguiu-se quebrar alguns dos problemas estruturais que nós tínhamos nessa área, o problema do monolitismo do sistema.

O nosso sistema educativo é um sistema que tinha apenas um caminho e esse caminho podia ser apenas trilhado por alguns, porque os outros estavam condenados ao insucesso e através do insucesso ao abandono.

Primeiro, através da introdução de uma forte componente de formação profissional, foi possível reduzir fortemente o insucesso e o abandono e dar sucesso profissional àqueles que dificilmente o teriam.

Segundo, através da diversificação dos caminhos. Através da introdução dos programas específicos de recuperação da escolaridade foi possível reduzir drasticamente o número de alunos retidos em cada ano lectivo e reduzir, dentro do sistema, uma saudável diversidade que hoje permite acomodar todas as crianças, todos os jovens, independentemente das suas características pessoais e sociais.

Não se diga que isto é apenas uma questão de estatísticas, porque não é. Até porque do ponto de vista estatístico esta realidade é reflectida na publicação que é feita todos os anos. Quando nós publicamos a estatística “Educação”, aparece lá, para cada ano de escolaridade, o número de alunos que se encontra em cada um dos níveis de aprendizagem. Ou seja, se alguém quiser analisar do ponto de vista académico o sucesso dos alunos, pode fazê-lo através da estatística, porque está lá tudo reflectido. Para o 4º ano, aparecem os que estão no 4º ano de escolaridade, mas que estão a nível do 3º, a nível do 2º nível, e assim por diante. É feito e é publicado todos os anos. Portanto, não há qualquer escamoteamento de estatísticas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Passa sempre, passa sempre!

O Orador: ... há sim um encaminhamento de alunos que permite a cada um dar a resposta que ele deve ter.

No que diz respeito à área da ciência e da tecnologia, na acção do desenvolvimento da actividade científica e tecnológica, no próximo ano estimamos investir 14,5 milhões de euros voltados, essencialmente, para a generalização da utilização das tecnologias da informação e da comunicação e para o co-financiamento da construção das instalações para a Universidade dos Açores, na Horta e na Ilha Terceira.

Com isso, esperamos quebrar um dos bloqueios antigos no desenvolvimento e na consolidação da nossa Universidade e permitir que ela se afirme verdadeiramente como uma entidade tripolar, em que cada um dos seus pólos tem condições para funcionar e condições para crescer.

Também nesta área vamos iniciar uma nova era em termos do investimento na ciência e tecnologia, através da criação dos parques tecnológicos em São Miguel, na Terceira e no Faial logo que fique resolvido o problema das instalações da Universidade.

Na área da juventude estão destinados 4,5 milhões essencialmente voltados para o apoio à mobilidade juvenil e à ocupação dos tempos livres dos jovens.

Na área do desenvolvimento do sistema desportivo, são 16,2 milhões destinados às infra-estruturas desportivas, com 6,6 milhões, entre os quais avulta o início da construção de um estádio na Ilha do Faial e depois o apoio à actividade desportiva com cerca de 6 milhões de euros.

Mas o maior investimento de todos e aquele que mais peso e mais influência tem no nosso desenvolvimento é o investimento no emprego e na formação profissional. Aí estimamos investir 69 milhões e 500 mil euros, um valor recorde e um valor que vai permitir continuar este processo histórico de alteração da qualificação dos açorianos. São 12 milhões destinados à formação de activos, 20 milhões destinados à formação profissional inicial.

Os resultados deste investimento sustentável que temos vindo a fazer nessa área também já estão à vista. Há 10 anos tínhamos 89 mil activos e 9.200 inscritos nos centros de emprego com um tempo médio de inscrição da ordem dos 16 meses.

Hoje, temos 107 mil activos. É o maior valor de sempre, desde que existem estatísticas e temos apenas 3.750 inscritos com o tempo médio de inscrição na ordem dos 9 meses e a reduzir-se rapidamente.

Os reflexos da economia açoriana desta alteração são profundos.

Nós passamos, em 10 anos, de 4.222 entidades empregadoras, para 6.057, ou seja, um aumento de 48% em relação ao número que tínhamos há uma década atrás.

Isto foi conseguido porque nós conseguimos, como há bocadinho referi, a universalização do ensino. Temos cerca de 12 mil jovens que já estão em idade activa, mas que frequentam o ensino superior, o ensino secundário e o ensino profissional. É lamentável que ainda haja quem teimosamente queira considerar que quem está a frequentar o ensino profissional deveria ser contado como desempregado. É lamentável que isso aconteça.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas quem é que pensa isso?!

O Orador: Eu não consigo entender por que é que um jovem que frequenta o 12º ano no curso profissional há-de ser tratado de forma diferente de um jovem da mesma idade que frequenta o 12º ano no ensino regular, ali ao lado, ou por que é que há-de ser contado de forma diferente de um jovem que está a frequentar o ensino superior?

Estes jovens que estão a fazer a sua formação são obviamente jovens que estão a ganhar uma mais valia para o nosso mercado de trabalho e que estão a preparar-se para um ingresso mais fácil e um ingresso com muita maior qualidade do que aqueles que antigamente ingressavam precocemente.

Por isso, quando hoje falamos em desemprego, falamos em desemprego medido exactamente pelos mesmos padrões que sempre falámos e é dentro desses padrões e dentro dessas normas que temos que fazer as necessárias comparações.

A verdade é que graças a este investimento nós temos conseguido ao longo desta última década manter o desemprego na Região sempre abaixo dos 4% e manter o desemprego na Região sempre numa posição que nos coloca entre as regiões da Europa com menor desemprego e quase sempre como a Região do país que tem menor taxa de desemprego.

Tudo isto representa uma alteração radical no panorama do emprego nos Açores que tem subjacente uma profunda mudança na qualificação dos trabalhadores açorianos.

É preciso não esquecer que há apenas 10 anos atrás tínhamos 1,4% dos trabalhadores, que não eram dos quadros superiores, mas que tinham qualificação profissional específica. Hoje, já são 20% dos trabalhadores que se encontram nesta situação. É, de facto, uma alteração profunda, é uma alteração estrutural no nosso mercado de trabalho.

Há 10 anos atrás tínhamos 6.880 desempregados inscritos que tinham menos que o 9º ano de escolaridade. Hoje, são só 2.950 aqueles que não têm essa qualificação, ou seja, em 10 anos reduzimos em 50% o número de desempregados sem qualificação.

Em cada ano que passa são 680 novos trabalhadores com formação profissional específica que ingressam no mercado de trabalho, quando 680 é mais do que o número total de trabalhadores que nós tínhamos há 10 anos atrás a trabalhar com formação específica.

Tudo isto tem uma consequência. É que por muito que isto custe a alguns arautos da desgraça, os Açores de forma consistente tem conseguido manter o seu desemprego a níveis baixos.

Este é um caminho que vamos continuar, até porque é um caminho que já deu provas, que produz resultados e os investimentos que estão previstos neste Plano e os investimentos que se prevêem ao longo dos próximos anos, em matéria de qualificação dos trabalhadores, garantem que vamos continuar por este caminho, que vamos continuar a manter o desemprego baixo e que vamos continuar a qualificar os açorianos, porque só com a qualificação dos açorianos, seja na vertente académica,

seja na vertente profissional, é que vamos conseguir o desenvolvimento que alvejamos.

Estamos, pois, perante um Plano e um Orçamento equilibrados, um Plano e Orçamento que têm como prioridade o investimento nas pessoas e que tem como prioridade o investimento na qualificação das pessoas e é nessa qualificação que está a chave do nosso sucesso e do nosso desenvolvimento futuro.

Estamos, pois, perante uma boa proposta de Plano e de Orçamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está inscrito para debate o Sr. Deputado Paulo Gusmão a quem dou a palavra.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero cumprimentar, antes de mais, o Sr. Secretário pela sua intervenção e dizer que, conforme é sabido, tenho assumido por diversas vezes que uma das áreas onde este Governo tem tomado medidas bastante positivas tem sido na educação...

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

O Orador: ... o que não me inibe de também tecer alguns comentários relativamente a algumas questões que gostaria de aqui colocar.

Desde logo, a questão das percentagens e da massificação do ensino, a massificação, por si, obviamente, que tem um benefício, que é a presença de todos na escola e o contacto com algum conhecimento. As percentagens já serão mais relativas.

Percebo que o público presente é sensível a esse argumento da massificação e das percentagens. Portanto, percebo perfeitamente o discurso.

Penso que é meritória a percentagem de um terço de jovens atingir a Universidade, mas há, de facto, e não direi nada de novo nem nada de diferente, a consciência colectiva de que (e não é só aqui na Região) embora os graus de insucesso não tenham vindo a aumentar, a verdade é que isso não corresponde aos graus de

conhecimento. Portanto, há um esforço muito grande ainda a fazer em termos de investimento.

Se isso não passa pelo Orçamento, passa pelo Plano em termos de postura e de medidas que o Governo Regional tem relativamente a isso, da efectiva alteração do sistema no sentido de, para além da massificação, para além dos graus de sucesso, continuar a concretizar-se, passarmos à face do grau de maior conhecimento.

Penso que ninguém duvida que o nível de conhecimento é muito baixo apesar de cada vez mais os jovens terem, e bem, acesso a níveis mais superiores de escolaridade.

Também gostaria de saudar a postura que o Governo tem tido em relação ao ensino profissional, mas a questão que ali deixou de porquê não dar igual dignidade ou porquê questionar situações que devem ser equiparadas, leva-me a questionar no sentido de saber o que é que o Governo pretende fazer mais em termos de equiparar efectivamente, também em termos de infra-estruturas e do próprio quadro docente, o ensino profissional? Portanto, dar a mesma dignidade.

Eu penso que o futuro deve ser o ensino regular (o que hoje é chamado regular), esse sim ser a excepção. O ensino profissional deve ser enquadrado para o mercado de trabalho. Portanto, é essa a minha posição e gostaria de o ouvir sobre isso.

Se porventura é esse o caminho, que medidas ambiciona o Governo ter com objectivo de tornar o ensino profissional, de facto, equiparado em termos de dignidade e de qualidade ao ensino chamado regular?

Finalmente permita-me que na minha qualidade de deputado pela Ilha de São Miguel eleito pela coligação Açores, deixe aqui duas pequenas dúvidas sobre dois investimentos que aí estão no Plano em termos de infra-estruturas escolares.

Falo de duas das escolas que estão previstas já há muitos anos nos Planos, que são bastante importantes, até hoje que tanto se fala na harmonia regional, até nas ilhas da coesão e na falta de maior fixação das pessoas. Falo não em ilhas da coesão, mas em duas parcelas de dois concelhos, Água de Pau e Ponta Garça, que são duas metades de concelho, afastadas do seu próprio de centro de concelho e que estas infra-estruturas trariam uma sedimentação das própria localidades.

Portanto, é uma ambição antiga e penso que em termos de infra-estruturas, pelas razões que aponte, deveriam ser prioridade. Gostaria de saber, em termos de processo e de prazos, qual é que é o compromisso do Governo, digamos assim?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria pela parte final que é a mais simples e depois avançaria para a parte inicial das questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Em relação às Escolas de Água de Pau e de Ponta Garça, as duas encontram-se numa situação relativamente semelhante.

Em ambos os casos a Região já adquiriu os terrenos necessários para a construção da escola.

No caso de Ponta Garça, na passada semana, foi enviado para publicação o anúncio para o concurso da empreitada, para a sua construção.

Em relação à de Água de Pau, neste momento nós estamos a fazer a análise final do projecto para garantir que ele também está em condições da empreitada ser lançada a concurso.

Portanto, são obras que nós estimamos iniciar ao longo do próximo ano e com algum avanço.

Em relação às questões que colocou em relação ao sistema, questões mais de natureza estrutural, eu gostava de lhe dizer o seguinte:

A equiparação do ensino profissional ao ensino regular, do ponto de vista da sua dignidade é hoje, do ponto de vista da lei e do ponto de vista do funcionamento, já uma realidade. Ainda não o é, infelizmente, do ponto de vista da aceitação social de algumas pessoas que ainda julgam que o ensino regular é o caminho e que o outro é apenas uma alternativa.

Não é assim no resto da Europa. Na maior parte dos bons sistemas educativos europeus, são mais os alunos que são canalizados pelos percursos de natureza profissionalizante, do que aqueles que fazem o chamado percurso regular, já que esse percurso regular visa exclusivamente o acesso ao ensino superior. É um percurso não

profissionalizante. Portanto, não confere, para quem não acede ao ensino superior, qualquer mais valia em termos de mercado de trabalho. Por isso nós aqui ainda temos muito que crescer.

Nós estamos na casa dos 50%. Ou seja, cerca de 50% dos nossos jovens seguem caminhos profissionalizantes e cerca de 50% seguem o caminho não profissionalizante, mas a verdade é que quando nós comparamos estes 50% com o tal terço que há bocadinho falei, pois, de facto, só faria sentido que esse caminho fosse seguido pelo tal terço que acede à Universidade. Obviamente que não é assim, porque há sempre algum insucesso e depois há algumas derivações ao longo do percurso, mas a verdade é que ainda há um amplo espaço para o crescimento do ensino profissional.

Eu espero que o ensino profissional continue a crescer e espero que o ensino profissional se consolide. Essa consolidação também passa por um investimento nas escolas profissionais no que diz respeito às infra-estruturas das escolas profissionais.

O nosso sistema de ensino profissional cresceu muito rapidamente. Numa década passámos de duas para dezassete escolas. Foi um crescimento enorme. Passámos de cerca de 500 alunos para cerca de sete mil, entre alunos no sentido estrito e outros formandos que frequentam essas escolas.

Foi um crescimento espectacular, sem precedentes que agora necessita de consolidação e essa consolidação passa por investirmos também na criação de melhores edifícios e de bons edifícios para as escolas profissionais e isso é um dos objectivos do Quadro Comunitário que agora iniciamos.

Espero que tenhamos também nessa área um percurso paralelo àquele que tivemos no ensino regular com o aparecimento de novos e bons edifícios destinados especificamente ao ensino profissional.

Quanto à questão da massificação do ensino, pois nós operamos num sistema de escolas públicas, que tem como obrigação servir todos os açorianos, independentemente da sua geração social e das suas características.

Obviamente que essa massificação tem os seus problemas. É um grande desafio para as escolas, mas é um desafio que as nossas escolas hoje já, no que diz respeito à quantidade, conseguiram dar uma resposta positiva. No que diz respeito à qualidade,

de facto, ainda temos um caminho relativamente longo a percorrer, porque nós, na maior parte das escolas, ainda nos estamos a defrontar com uma percentagem muito grande de alunos que são os primeiros nas suas famílias, são a primeira geração que passa pela escola além do 4º ano de escolaridade. Isso tem o seu custo, traz dificuldades acrescidas ao relacionamento da escola com os alunos, ao relacionamento das escolas com as famílias, mas através dos programas de diversificação curricular que têm vindo a ser criados, temos vindo a conseguir dar essa resposta.

É fundamental que também se perceba que o facto de uma escola ser universal, não quer dizer que a escola trate todos por igual. A escola tem que dar igualdade de oportunidades a todos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Agora, o tratamento tem que ser diferente, consoante cada um, porque só assim é que geraremos a tal igualdade de oportunidades.

O objectivo da escola não é a massificação, não é tratarmos todos os alunos como se fossem todos iguais, é, sim, dar a cada um aquilo que cada um precisa.

É por causa disso e é para dar resposta a este objectivo que foram criados os programas de recuperação da escolaridade, em que é possível fazer o encaminhamento dos alunos de acordo com as suas competências e essas competências reflectem em boa parte a sua situação pessoal.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ponha isso na prática!

O Orador: É por causa disso que as nossas escolas, hoje, têm 8 percursos escolares distintos e esses percursos têm que ser escolhidos de acordo com as características de cada aluno, procurando sempre a excelência, procurando sempre os melhores resultados possíveis dentro do contexto de cada um.

Não é por nós colocarmos os bons alunos nas turmas dos maus alunos, que os maus alunos vão ficar bons alunos. Ficam, na melhor das hipóteses, medíocres alunos.

Essa foi uma experiência que se fez durante algumas décadas com maus resultados. O que agora se tem tentado fazer é, sim, um encaminhamento baseado nas competências, que não é uma discriminação dos alunos bons e dos alunos maus. É, sim, tentar dar aos alunos com mais dificuldades um atendimento melhor para que

também eles possam ser bons alunos e dar àqueles alunos que têm apetência e têm condições um ensino que os faça desenvolver o seu pleno potencial.

É esse o objectivo do programa que está neste momento a ser criado nas escolas. Só que este programa implica uma rotura profunda com muitas das práticas antigas das nossas escolas e obviamente nós temos que lhe dar o tempo suficiente para que ele estabilize. São precisos alguns anos para que as escolas se habituem a usar estas ferramentas e que nós sejamos capazes de as gerir com eficiência.

Foi assim que aconteceu no resto da Europa e é assim que com certeza acontecerá cá, só que nós estamos a fazê-lo com algumas décadas de atraso.

Muito obrigado.

Presidente: É mera coincidência, mas estamos a falar de ensino e escolas profissionais e eu queria informar a câmara que se encontra presente duas turmas da Escola Profissional da Horta, acompanhadas das suas professoras para assistir ao nosso debate. Acertaram em cheio. O debate neste momento é sobre educação.

Sejam bem-vindos e as nossas saudações em nome da Assembleia Regional.

(Aplausos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que os nossos jovens vieram a esta hora para poderem ouvir do Sr. Secretário alguma coisa sobre o ensino profissional.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima não podia deixar passar esta.

O Orador: Não podia, Sr. Presidente, não podia.

Sr. Secretário, eu começo exactamente pela última frase que V. Exa. usou ali quando falou da tribuna: isto é um investimento nas pessoas.

Eu espero, Sr. Secretário, que nem o senhor, nem este Governo, tenham qualquer trauma com o betão. Parece-me que o betão se faz é para as pessoas. Bons investimentos em betão, como bons investimentos em escolas como têm sido feitos...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Eu não sou engenheiro, Sr. Deputado!

O Orador: Não. Vamos centrar a coisa nesse sentido. As escolas que são feitas de betão, são feitas para pessoas e se se tem boas escolas, boas condições de ensino, estamos a qualificar pessoas. Portanto, eu espero que não haja nenhum trauma da parte do Governo relativamente ao betão, porque eu não tenho nenhum.

Aqui no Faial temos um excelente investimento, numa bela escola, que é de betão e que me parece que toda a gente está satisfeita com ela. De maneira que queria saber se V. Exa. não tinha trauma nessa matéria.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Aliás, o investimento não diminuiu, aumentou!

O Orador: Sr. Secretário, vamos ao ensino profissional, que deve ter dignidade como qualquer outro ensino.

Ao nível do ensino profissional, já o ano passado lhe disse, se bem se lembra, que conhecia dois ou três jovens que tinham tirado o curso de informática nas escolas profissionais e que andavam a vender batatas fritas. Lembra-se perfeitamente disso.

Este ano, já tive conhecimento de mais dois ou três, que têm um curso de frio e que estes nem batatas fritas vão vender. Estão desempregados, não têm emprego.

Eu queria, saber Sr. Secretário, ao nível do planeamento do ensino profissional, que é importante, se o Governo antes de abrir um curso faz algum estudo do mercado para saber das perspectivas de emprego dos alunos que vão para esse curso.

Também gostaria de saber, Sr. Secretário, e não sei se é directamente da responsabilidade da secretaria, se por exemplo os alunos que frequentaram o curso de técnico assistente de geriatria, que agora existe na escola profissional, estão desempregados. Não há falta dessa gente nos lares, nos serviços de saúde, nos centros de saúde? Sei que há alunos desses no desemprego.

Como é que a secretaria faz o planeamento do ensino profissional?

Tem critérios?

Faz algum estudo de mercado nas diversas ilhas, sem ser indiferenciado um determinado curso na ilha A ou na ilha B?

O Governo planeia estender esse ensino profissional a mais ilhas dos Açores?

Uma pergunta, Sr. Secretário, relativamente às chamadas megas escolas. V. Exa. já terá algum *feed-back* nessa matéria.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): O que é uma mega escola, Sr. Deputado?

O Orador: É uma escola onde se concentra o ensino pré-primário, primário... É um concentrar de escolas.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): É uma escola básica e integrada.

O Orador: Vão desde os miúdos aos graúdos.

Qual tem sido a experiência destas duas ou três que estão a funcionar? Como é que estão a funcionar?

Como é que tem sido feita a integração dos mais pequenos? Existem espaços separados?

As coisas estão a correr bem? É esse o caminho que a Região deve seguir?

Por último dizer-lhe, Sr. Secretário, que concordo consigo (aliás, já o disse várias vezes) sobre a excelência. Acho que deve ser esse o caminho, mas um bom princípio para a excelência é os meninos saírem bem preparados da escola primária.

É um esforço notável que tem sido feito na Região Autónoma dos Açores ao nível do pré-primário, mas era preciso também fazê-lo no primário.

A excelência que vem do pré-primário é interrompida depois ali. Que satisfação tinham os pais e nós todos se o menino saísse da escola primária e soubesse ler, escrever e fazer contas, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Em relação ao investimento que nós estamos a fazer, obviamente que é um investimento nas pessoas e esse investimento tem dois caminhos: as infra-estruturas, e o outro investimento. Não diminuámos nenhum deles. Pelo contrário, aumentámos os dois.

Portanto, não há nenhuma falta de vontade de continuar este percurso. Aliás, se a Região quiser ter um parque escolar que corresponda às suas reais necessidades vai ter que manter este esforço de investimento durante mais algumas décadas.

É um investimento gigantesco, é um investimento de reestruturação global do nosso parque escolar que não está terminado.

Já temos hoje muitas e boas escolas,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu fico muito satisfeito!

O Orador: ... mas ainda faltam muitas escolas, porque nós continuamos a ter na nossa rede, escolas que não deveriam estar na nossa rede. São escolas que não são comparáveis com aquelas que temos vindo a colocar.

Hoje, nós temos algumas das melhores escolas da Europa na nossa Região, mas também temos escolas que estão muito aquém dos padrões de qualidade que nós desejamos para os nossos filhos.

É preciso continuar esse investimento e é preciso continuá-lo durante muitos anos para conseguirmos ter uma boa rede escolar.

Uma das áreas que temos que continuar o investimento é na área do ensino profissional, nas infra-estruturas da maior parte das escolas profissionais, à excepção do caso da escola da Horta que tem um belíssimo edifício, mas nem todas as escolas profissionais são assim, antes pelo contrário. A maior parte das escolas profissionais precisam de investimento nos seus edifícios.

Há muito investimento em infra-estruturas que vai ter que ser feito ao longo dos próximos anos.

Mas a outra questão que colocou e que tem a ver com a empregabilidade dos jovens, de facto, o Governo antes de autorizar a abertura de um curso, faz todos os anos, através do Observatório do Emprego e Formação Profissional, o estudo das necessidades do mercado de emprego de cada uma das ilhas. Esses estudos são colocados na Internet. Se o Sr. Deputado quiser poderá ir à página do Observatório do Emprego e Formação Profissional e lá encontrará as previsões em termos de empregabilidade.

A verdade é que não temos falhado muito. Nós temos uma empregabilidade directa nos cursos, ou seja, o primeiro emprego na área de especialização na ordem dos 80%, o que é muito elevado.

Se não temos uma empregabilidade maior, em muitos casos isso tem a ver com a competição salarial que muitas vezes se gera. Ou seja, muitos jovens que fazem o curso encontram um emprego que paga melhor noutra área, mas aí, obviamente estão saudavelmente a exercer a sua liberdade de escolha da profissão e não é pelo facto de alguém ser profissionalizado numa área que fica condenado a exercer para todo o sempre. Olhe para mim!

Esta questão preocupa o Governo. Nós fazemos um acompanhamento anual do emprego e da oferta de emprego. Fazemos o acompanhamento anual das ofertas das escolas profissionais e procuramos todos os anos ajustar e das propostas que nós recebemos das escolas profissionais muitas não são autorizadas exactamente porque nós consideramos que têm garantias de emprego e nós promovemos junto das escolas profissionais a abertura de alguns cursos que consideramos que têm uma mais valia em termos da empregabilidade desses jovens.

Portanto, é uma das áreas em que há uma cuidadosa condução anual do processo da oferta dos cursos.

É evidente que haverá um ou outro caso em que o jovem não consegue emprego imediato, mas as áreas que referiu, com excepção de geriatria, até são aéreas em que existe uma grande procura no mercado de trabalho.

Portanto, aí é uma questão de tempo e de encontro entre a oferta e a procura.

Quanto à questão de se estender a mais ilhas, nesta altura temos, com excepção do Corvo, o ensino profissional a funcionar em todas as ilhas, porque não são só as escolas profissionais. Quando as escolas profissionais não têm capacidade de oferta, as escolas públicas oferecem os cursos do PROFIJ, que são cursos profissionais como os outros.

Portanto, neste momento estamos presentes em todas as ilhas excepto na ilha do Corvo e gostaríamos de estender ainda mais. Portanto, todas as propostas que surjam e tenham necessário realismo em termos de recrutamento de alunos, serão com

certeza apoiadas, porque há todo o interesse em que este ensino seja tão universal como o é o dito ensino regular.

Quanto à questão que aqui trouxe da integração das escolas, os resultados têm sido excelentes. As ilhas que já começaram com a integração das escolas (Pico, São Jorge) apresentaram melhorias muito sensíveis no desempenho. Já temos nalguns casos 4 anos de experiência de integração com resultados muito positivos. Aliás, os problemas que algumas das pessoas colocavam, que seriam os problemas de uma dificuldade de convivência entre idades diferentes não se verificaram em nenhuma das escolas.

A nossa sociedade é composta por todas as idades e dentro da escola inclusivamente há um conjunto de salvaguardas para que a convivência seja pacífica e ela tem sido. Não tem havido problemas entre alunos de idades diferentes e temos tido melhorias muito grandes no desempenho, particularmente do 1º ciclo.

De facto, o nosso 1º ciclo, é um ciclo crítico, porque é o alicerce sobre o qual assenta todo o edifício académico e um bom 1º ciclo marca de forma definitiva e indelével o percurso escolar do jovem.

Nós temos feito um grande investimento no 1º ciclo e vamos continuar a fazê-lo. Uma das áreas essenciais de mudança no 1º ciclo é realmente concentrarmos as actividades lectivas em escolas que tenham condições para isso.

A rede clássica do 1º ciclo foi pensada numa altura em que o 1º ciclo era a escolaridade obrigatória. O 1º ciclo correspondia a tudo o que se esperava que um português aprendesse. Portanto, era um percurso que levava o mais rapidamente possível e o mais perto possível de casa ao mundo do trabalho.

Hoje, o 1º ciclo não é nada disse e nós não podemos garantir qualidade em pequenas escolas em que um professor é obrigado a ensinar mais do que um ano de escolaridade e nós não podemos nunca garantir qualidade em escolas que não tenham infra-estruturas complementares que são necessárias, desde o ginásio até ao laboratório, enfim, tudo aquilo que hoje nós esperamos que uma escola tenha.

Temos que continuar este percurso de integração do sistema e em cada uma das escolas que nós temos integrado, os resultados são imediatos.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A história da educação de cada país ou de cada Região representa sempre a evolução dos seus valores, da elencagem das suas prioridades, das suas reais preocupações e espelha, acima de tudo, a sua proposta de intervenção.

A educação torna-se por isso um sector determinante para o desenvolvimento futuro e revela os anseios, as hesitações ou a determinação dos decisores políticos do momento. Nesta matéria, os Açores não são excepção.

É por isso que a enorme transformação que se verificou no sistema educativo regional é dificilmente refutada. Essencialmente porque se trata de uma mudança estrutural, de uma inversão de paradigma e da própria matriz organizativa do incipiente sistema educativo que o Governo do Partido Socialista encontrou em 1996. A transformação que se operou envolve uma vasta produção legislativa de base que todos conhecemos, mas também a organização metódica de uma rede escolar renovada e com qualidade, passando pela essencial, e há muito tempo feita, estabilização do pessoal docente. A nova estrutura em que hoje assenta o sistema educativo regional permite que se possam ponderar questões diversas das de então, como sejam as questões pedagógicas e as ligadas à qualidade.

As medidas tomadas ao longo dos últimos 10 anos pelos governos da responsabilidade do Partido Socialista obedeceram a uma estratégia determinada, cujo sucesso é hoje assegurado pelo sistemático olhar nacional sobre o nosso sistema educativo.

Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

O parlamento açoriano reúne hoje para dar início à discussão do Plano de Investimentos e do Orçamento para 2008. Dois documentos fundamentais à estabilidade governativa da Região, que se apresentam hoje como instrumentos de trabalho consolidados e transparentes, num exercício de grande significado para uma Região dispersa e heterogénea como são os Açores. E que resulta duma estratégia

consolidada, de um sistemático controlo das contas públicas, da paulatina convergência com o PIB nacional e com o dos nossos congéneres europeus, do esforço sério de contenção da despesa e do cumprimento escrupuloso do compromisso estabelecido com os açorianos.

É por isso tão pouco surpreendente e mesmo irrelevante que o reeleito líder do maior partido da oposição seja pequeno no ânimo e pequeno na ambição. Quando anuncia com pompa, mas sem circunstância, que votará contra o Plano e o Orçamento e que apresentará propostas de alteração. O que verdadeiramente revela um partido à míngua, sem nenhuma visão, e quase sem fôlego. E em contraste aberto com o repto lançado dias antes pelo Presidente do Governo Regional quanto à abertura às propostas de alteração da oposição. Ficamos assim esclarecidos quanto à estratégia da oposição sumptuosa e arrogante do PSD. Que dá os tiros certos sempre nos pés errados.

O lamento do maior partido da oposição não é um aviso, é um embuste! Que não deve toldar a capacidade de auto-crítica do Partido Socialista, de oportuna reanálise das suas opções, de alerta perante os sucessos e de humildade perante as dificuldades. A notícia de que o PSD votará contra os documentos é, portanto, uma não-notícia. A de que apresentará propostas de alteração contra um documento que rejeita é um absurdo! Porque das duas uma! Ou o PSD questiona a validade das suas propostas de alteração ou, considerando-as válidas, entende que são insuficientes para transformar um mau documento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso é um exercício sofisticado, Sra. Deputada!

A Oradora: Enquanto isso o governo dos Açores continua a governar! De forma destacada no sector da educação, cujo ímpeto reformador torna irreconhecível o ponto de partida de há 10 anos atrás. Em que existiam muito mais alunos para muito menos professores, para professores muito menos qualificados, em que as taxas de retenção eram assustadoras do 1º ciclo ao secundário, em que os currículos alternativos eram praticamente inexistentes, e em que a taxa de escolarização era muito inferior.

Quando hoje observamos as escolas que são da responsabilidade do Governo Regional não podemos deixar de recordar o estado de degradação em que se encontrava o parque escolar há uma década atrás, e a sobrelotação a que estava invariavelmente votado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Fale-nos do Séc. XXI, Sra. Deputada.

Aquela geração que ali se encontra é do Séc. XXI e não do Séc. XX!

A Oradora: Em que as escolas em regime de desdobramento eram a regra, bem como as aulas ao sábado e em módulos metálicos, a que se somava a quase inexistência de laboratórios e o ensino experimental era quase inexistente e a incipiente expressão das tecnologias de informação.

Os ganhos que nos separam deste estado de coisas não cabem em 10 anos! A transformação estende-se a todos os domínios, das infra-estruturas à questão incontornável do sucesso escolar. Estamos por isso justificadamente orgulhosos das nossas conquistas, mas ainda assim atentos às dificuldades.

Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O investimento global do Plano para 2008 apresenta um acréscimo de 16,4% relativamente ao Plano para 2007 e aumenta em 47 milhões de euros o volume de investimento previsto nas Orientações a Médio Prazo aprovadas em 2005. No sector da educação mantém o investimento nas infra-estruturas escolares, que decorre em todas as ilhas e em quase todos os concelhos dos Açores.

O contexto em que o **Plano para 2008** é apresentado caracteriza-se pela tendência decrescente do número de matrículas a par do aumento da capacidade e da qualidade da oferta dos recursos humanos e materiais. A que acresce uma tendência decrescente da dimensão média das turmas, atingindo-se assim um rácio alunos/professor muito satisfatório. A escolarização apresenta valores crescentes na quase totalidade das idades consideradas, verificando-se o alargamento do leque de idades com taxas de 100%, coincidentes com as representativas das idades da escolaridade obrigatória. A taxa de transição oscila entre os 95% no 4º ano de escolaridade e os 50,5% no 12º ano.

O Plano de investimentos para 2008 no sector da educação reflecte os objectivos enunciados no Programa do IX Governo Regional, como sejam o reforço do combate ao insucesso escolar, a promoção da educação profissional, a aposta na diversificação da oferta educativa e a bem sucedida integração vertical dos diversos níveis de ensino.

O investimento global no objectivo “**Qualificar os recursos humanos potenciando a sociedade do conhecimento**” é de mais de 155 milhões de euros, tornando-o o 3º eixo em montante de investimento, correspondendo a 22,4% do total do Plano, o que representa um crescimento de 28 milhões de euros em relação ao Plano para 2007, e um aumento de 41 milhões de euros em relação às Orientações a Médio Prazo, correspondente a 37%.

Este objectivo compreende 5 programas, sendo que o primeiro, “Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo”, é um dos mais bem dotados, num montante que ascende a 36 milhões de euros. Dentro deste Programa destaca-se pelo volume de investimento o Projecto “Construções escolares” com um montante na ordem dos 24 milhões de euros. Este Projecto contempla investimentos significativos como sejam as acções Construção da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba (São Carlos) com 3.750.000€, a reparação e adaptação ao ES da EB 2,3 Vila Franca do Campo, com 4 milhões de euros, a EB1,2,3/JI de Ponta Garça com 2,5 milhões de euros, ou a construção da EB 2,3 Ferreira Drummond com 2,5 milhões de euros. Investimentos estes que totalizam um investimento superior a 13 milhões de euros, denunciando a aposta continuada do Governo na renovação e na melhoria muito substantiva da rede escolar.

No âmbito do mesmo programa destaca-se o projecto “Desenvolvimento do ensino profissional e apoio às instituições de ensino privado” com uma dotação superior a 4 milhões de euros, confirmando aquilo que já tivemos oportunidade do Sr. Secretário, a intenção do Governo em continuar a investir de forma massiva e continuado no **ensino profissional**. Quando o Governo Regional do Partido Socialista chegou ao Governo em 96 era, como sabem, residual e existia apenas na Escola Profissional das Capelas. Hoje existe em quase todas as ilhas dos Açores.

A par disso o Projecto Tecnologias da Informação assume uma importância acrescida no contexto escolar, sendo de destacar que o projecto “Escolas Digitais” sofreu no último ano um extraordinário impulso, tendo sido distribuídos pelas escolas cerca de 2.300 computadores, baixando-se o rácio de computadores por aluno de 25 para 8 e ultrapassando também neste indicador o resto do país.

Sr. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os resultados da política educativa dos governos da responsabilidade do Partido Socialista estão à vista. E são surpreendentes, excepto para o maior partido da oposição que no prosseguimento da sua vertente auto-fágica e destrutiva se limita a minimizá-los e a pervertê-los. Como se os sucessos nesta matéria não fossem afinal património de todos e os resultados positivos motivo de satisfação. E é também por isso que o PSD não se coibiu de anunciar de forma seguramente pouco surpreendente, mas nem por isso menos ridícula, o prévio voto contra estes documentos.

O que interessa porém e que sabemos todos afinal, mesmo os que o negam, é que o investimento em educação é determinante para o desenvolvimento dos Açores e que depende em larga medida dos chamados activos intangíveis: a qualidade dos recursos humanos, os conhecimentos e as competências, o empreendedorismo, a inovação e a criatividade, a formação e a investigação, as culturas de aprendizagem ao longo da vida, a capacidade de assumir riscos e a mentalidade da criação de valor.

Pela nossa parte estamos conscientes dos nossos sucessos, e certos de que estes se confirmam todos os dias, com múltiplos participantes e em muitas vertentes. Com cada vez mais sucesso escolar e mais meios materiais, com infra-estruturas sofisticadas e com renovadas energias. Estamos satisfeitos, mas não estamos resignados!

É pois esta a nossa perspectiva! A de que, sabendo-nos seguros das nossas conquistas, sermos sempre e ainda capazes de assumir novos riscos. Na implementação dos currículos regionais e no continuado aprofundamento da qualidade do sistema educativo regional.

Analisámos com detalhe os documentos que o Governo hoje nos apresenta, conhecemos as suas opções, estamos conscientes da distância que nos separa de 1996 e do caminho percorrido. Das suas opções estratégicas depende o futuro deste sector e do seu sucesso o nosso desenvolvimento. Não podemos menosprezar a sua importância nem ignorar os seus propósitos! Que são tão nobres quanto vitais, mas que são sobretudo atingíveis! Que são na realidade património da competência dos governos do Partido Socialista, mas que são, afinal, património de todos os açorianos! Disse.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*) e **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimentos, passamos para a próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na Mesa pela Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes)

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Plano do Governo para 2008 encerra a presente legislatura e, nessa medida, é simultaneamente um plano de continuidade e um plano de encerramento de um ciclo governativo. Culmina, por outro lado, na área da educação, doze anos em que esta pasta esteve ininterruptamente sob a direcção política do mesmo titular. Impõe-se, como é óbvio, um balanço à política educativa e aos seus resultados, limitado pelo tempo e pelas circunstâncias deste debate.

Esta foi a legislatura em que, de forma consensual, se consolidou o funcionamento do modelo de autonomia e gestão das escolas, o estatuto do aluno e se iniciou o processo de implementação da avaliação interna das escolas, cujos resultados só serão visíveis

daqui a algum tempo, mas que lhes impõe uma prática que estava arredia de grande parte delas: a de se interrogarem sobre si mesmas, o seu papel e os seus resultados.

Alargou-se e consolidou-se nestes anos o ensino profissional nos Açores, que se constituiu numa resposta alternativa para um número cada vez maior de alunos. As exigências de qualidade e de competência são um desafio permanente e crescente às nossas escolas profissionais, dependentes da avaliação que as empresas e a sociedade exercem quotidianamente quanto à qualidade da formação que ministram. A sua credibilidade está na proporção directa da competência dos seus formandos. E o inverso, num meio contagiado pelo facilitismo, é um perigo de consequências imprevisíveis a evitar.

Houve também nestes anos progressos assinaláveis na diminuição do abandono escolar, muito embora o modelo implementado necessite de ser rapidamente avaliado e aperfeiçoado. As várias respostas que existem e nomeadamente o Programa Específico de Recuperação da Escolaridade (PERE) se bem que meritório na sua formulação teórica e nalguns dos seus enunciados, está a ter efeitos perniciosos nas escolas, motivando as condições para o aparecimento de verdadeiros guetos e crescentes problemas de indisciplina.

Aliás, alguns casos de violência, circunscritos e esporádicos, que se têm verificado nas nossas escolas devem servir de aviso prévio e são sinal da urgência de algumas mudanças que se impõem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nesta abordagem não posso deixar de fora a questão do insucesso escolar nos Açores, que durante décadas foi uma chaga que nos marcou e distinguiu negativamente no conjunto nacional e que se apresentava com características estruturais. Refira-se, só a título de exemplo, que na década compreendida entre os anos lectivos 1993-1994 e 2003-2004 o aproveitamento escolar nos Açores era, em média, no 2º ano de escolaridade de 65,3%, no 5º ano 75%, no 7º ano 69,4% e no 9º ano 77,6%. A partir do ano lectivo 2004-2005 os resultados alteraram-se significativamente, no sentido de uma redução expressiva do insucesso escolar. Ainda utilizando os exemplos anteriores, podemos referir que, por exemplo, o aproveitamento subiu no 2º ano, de

65,3% para 88,3%; no 5º ano de 75% para 83,25%; no 7º ano de 69,4% para 74,7% e no 9º ano de escolaridade de 77,6% para 82,5%.

Todos sabemos, como já aqui disse, que mudanças desta natureza, a este nível e com esta profundidade, em circunstâncias normais, não acontecem nem repentinamente nem em todos os anos de escolaridade simultaneamente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Houve, pois, claramente, factores externos que, a partir do ano lectivo 2004-2005 passaram a influenciar decisivamente a expressão estatística do sucesso educativo nas escolas dos Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E não tenho dúvidas que o conjunto das alterações verificadas acabou por produzir como resultado imediato a instituição do sucesso pela via administrativa, criando-se condições para a mais fácil transição de ano, generalizando-se a falta de exigência no ensino e o facilitismo na escolaridade obrigatória.

O modelo de avaliação externa através das Provas de Avaliação Sumativa Externa nos Açores (PASE) em vez dos exames nacionais de 9º ano; a burocracia irracional que se impôs aos docentes; a prática de ingerência de alguns órgãos de gestão das escolas em assumir a competência de alterar decisões de avaliação dos conselhos de turma, tudo isso contribuiu para a generalização do sucesso educativo pela via do facilitismo.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O grande drama é que estes procedimentos estão empurrando as dificuldades para o ensino secundário, dando aos nossos alunos um presente envenenado, habituando-os num facilitismo que não vão encontrar nem no ensino secundário nem, sobretudo, na vida.

Este sucesso artificial irá repercutir-se de forma negativa e dramática no futuro dos Açores. As nossas próximas gerações serão maioritariamente constituídas por aqueles, que hoje são cada vez mais, que saem da escolaridade obrigatória diplomados, mas com graves carências no domínio da literacia.

Este não é o caminho que queremos nem desejamos para o futuro dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este é o primeiro ano da aplicação do novo Estatuto da Carreira Docente nos Açores. Sente-se hoje, como nunca nas nossas escolas, um grave clima de desânimo, cansaço e desmotivação entre os professores. Os nossos piores receios de que tal estatuto era mais uma peça na funcionarização da classe docente, transformada na infantaria do sistema educativo, estão a cumprir-se. A situação presente é de tal forma preocupante que, em muitas das nossas escolas, a maioria dos professores, vive a angústia quotidiana de ter que dispor de tempo para fazer tudo, menos para o essencial: a preparação das suas aulas e dos seus materiais pedagógicos. Pior: grande número de professores se pudesse mudar agora de profissão, não hesitava em abandonar o ensino.

Ao contrário do responsável pela tutela da Educação, que considera à partida os professores como potencialmente incumpridores, faltosos compulsivos e que até “recorrem ao estatuto de trabalhador-estudante para poderem faltar às aulas”, as palavras ditas pelo Senhor Presidente da República no passado dia 5 de Outubro foram um poderoso bálsamo para muitos docentes. Ao propor um novo olhar sobre a escola e um novo envolvimento em que “a figura do professor seja prestigiada e acarinhada pela comunidade” e em que é necessário compreender que “a dignidade da função docente assenta no respeito e admiração que os professores são capazes de suscitar”, o Presidente da República, exortou a comunidade a “apoiar os professores na sua missão”. Bem merecia ser melhor ouvido também aqui nos Açores!

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Finalmente, as construções escolares. Enquanto perduram as indefinições e o faz que anda mas não anda (veja-se o caso da EB2,3 do Ramo Grande, a EB1,2 S. Roque/Livramento e a Escola Secundária das Capelas), será concluída no próximo ano a Escola Tomás Borba, ela também há muito aguardada.

Entretanto, apesar de já ter entrado em funcionamento a nova Escola Manuel de Arriaga na Horta, ela continua sem dispor das suas instalações desportivas com todo

o impacto negativo que isso acarreta e que, naturalmente faz levantar a questão da oportunidade da sua abertura.

No entanto, a qualidade das novas instalações parece ser indiscutível e o desafio que se coloca à comunidade educativa que delas usufrui é grande no sentido de não só as manter mas, sobretudo, delas retirar os benefícios das novas potencialidades que lhes passam agora a ser proporcionadas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Essa obra, como as que entretanto se concluíram na ilha do Faial e outras que estão em curso, merecem a nossa satisfação, e correspondem a reivindicações antigas que agora, com atraso, são concluídas.

E a nossa satisfação não nos pode fazer esquecer que a sua relevância social e cultural não é suficiente para alterar o facto de o Faial continuar com graves dificuldades na sua economia. E isso é que tem a ver com a criação de empregos e com a fixação da população. Neste contexto, o Faial só poderá avançar com uma estratégia de desenvolvimento consistente, que passe pelo reconhecimento e fortalecimento do espaço do Triângulo e pela implementação de obras reprodutivas economicamente, que animem a economia local e que ofereçam resultados no emprego e na melhoria das condições de vida dos faialenses: será designadamente o caso das obras no Porto da Horta e da ampliação da pista do Aeroporto da Horta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se no caso do Porto fomos brindados há um ano com promessas, um ante-projecto e o anúncio de obras em 2008, no caso do Aeroporto apenas merecemos declarações cirurgicamente espalhadas no tempo para adiar decisões. Assim estamos há mais de dois anos, desculpa atrás de desculpa, a adiar o que se adivinha uma decisão final negativa.

A ampliação da pista do Aeroporto da Horta é o grande investimento que nos foi prometido e que o Faial aguarda. Um investimento necessário e reprodutivo no plano macroeconómico. Através dele, potencia-se o desenvolvimento da actividade turística, as trocas comerciais e os sectores de exportação agrícola e de pescado. Mas, mais do que isso, é um investimento que urge quando está em causa o valor da segurança. Aumentar as margens de segurança na operação aeronáutica transforma a

ampliação da pista do Aeroporto da Horta num investimento inadiável. Respostas fugidias, equívocas ou inconsistentes neste contexto são uma grave irresponsabilidade política.

Tenho dito.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos para debate a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, o Sr. Secretário Regional da Educação e os Srs. Deputados Costa Pereira e Helder Silva.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Aquilo que ouvimos foi uma espécie de intervenção requeitada. Aliás, eu lembro-me quase do dia que o ouvi ler uma intervenção semelhante a esta, com a mesma ordem...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Diga lá quando foi!

Deputado Francisco Coelho (PS): Veja os diários, Sr. Deputado!

A Oradora: Eu lembro-me Sr. Deputado Pedro Gomes. O seu debate é a seguir.

Devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que sobre o Plano nada disse. Sobre o Orçamento também não disse nada. Muito havia a dizer!

Veio com a conversa recorrente do insucesso.

Sinceramente, os senhores conseguem surpreender-me com coisas deste tamanho. É que os senhores criticam o betão, criticam as obras, criticam o excesso de infra-estruturas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é verdade!

A Oradora: Agora tem esta nova modalidade de criticar também os resultados.

Sr. Deputado Costa Pereira, o que eu lhe pergunto é o seguinte:

O Sr. Deputado está contra a obra e a favor dos resultados, ou está a favor do betão e contra os resultados, ou está contra os dois? É que nós conseguimos perceber.

Deputado Costa Pereira (PSD): A favor das duas em simultâneo!

A Oradora: Aquilo que o Sr. Deputado veio aqui fazer foi enumerar as taxas que nós agora despertamos na Região, em todos os ciclos de ensino e que o senhor sabe perfeitamente a que é que se devem e sabe também que se deve à política que o Governo do Partido Socialista desenvolveu nesta matéria, e que seguiu uma estratégia claríssima, que teve a ver com a inclusão de todos os alunos na escola. É isso que nós defendemos.

O que os senhores queriam era que os alunos que antes não tinham sucesso ou que tinham menos sucesso, e porque não tinham vias alternativas de o terem, estavam fora da escola.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O conceito de aluno está na escola!

A Oradora: A nossa política não é essa. O nosso caminho não foi este.

Estamos orgulhosos do caminho que seguimos!

Apesar de durante vários anos termos tido taxas de insucesso piores, que denotaram claramente a inserção desses alunos na escola, continuamos a entender que foi esse o caminho certo. Felizmente, estamos neste momento a recuperar disso. É isso que as nossas estatísticas demonstram, que neste momento, nós estamos claramente, e porque temos alunos diferentes, com outras capacidades e que não podem obviamente obter sucesso se seguirem um percurso monolítico e monodesenhado. Portanto, não é isso que se pretende.

O que se pretende é que tendo outras capacidades, com outro tipo de possibilidade ao seu dispor possam também eles obter sucesso, porque como já tive oportunidade de lhe dizer, Sr. Deputado Costa Pereira, nós não defendemos essa visão monolítica do sistema educativo.

O Sr. Deputado sabe que quando o Governo do Partido Socialista chegou ao poder nós tínhamos, em termos de caminhos alternativos, apenas dois: um ensino recorrente, residual e tínhamos o ensino profissional de forma muito cirúrgica, como há pouco disse ali na tribuna, nas Capelas.

Neste momento temos escolas profissionais em todas as ilhas dos Açores. Para além disso, temos muitos outros caminhos que os alunos podem seguir e que através deles podem ter sucesso. Agora, o que os senhores não são capazes de confessar é se gostam desses resultados ou se não gostam. É isso que nós queremos saber.

Deputado Costa Pereira (PSD): É sempre o mesmo discurso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de dizer ao Deputado Costa Pereira que, de facto, a análise que faz é verdadeira. O sistema educativo funciona assim.

O sistema educativo teve uma alteração profunda na maneira como trata as questões do sucesso e do insucesso e tem a ver com factores externos ao sistema, tem a ver com decisões políticas sobre o sistema.

Portanto, o Sr. Deputado não se engana na análise que faz, apenas se engana nas consequências que retira dessa análise, porque os factos são esses, assumidamente são assim e assim é que devem ser, porque é assim e foi assim que, em todos os sistemas educativos da Europa e em todos os sistemas educativos que funcionam com qualidade, se encarou o problema do insucesso escolar.

O insucesso escolar não se resolve fazendo repetir o ano. O insucesso escolar não se resolve dizendo que um aluno deve ficar sentado na mesma cadeira tantos anos quantos necessários até que a abandone a escola...

Deputado Costa Pereira (PSD): Eu também não disse isso!

O Orador: ... que era aquilo que na escola do Estado novo se fazia.

O Sr. Deputado não disse e eu sei que o senhor também está de acordo com isso.

Com base nestes pressupostos que ambos concordamos, e creio que todos os açorianos concordarão, só há uma solução possível e a solução é a diversificação dos encaminhamentos. Essa diversificação dos encaminhamentos teve como resultado aquele que o Sr. Deputado aqui muito bem descreveu.

Eu quero dizer-lhe muito rapidamente o seguinte, porque o tempo urge. Em relação às PASE (o Sr. Deputado tem contactos suficientes nas escolas para saber isso) o senhor saberá com certeza que elas são bem mais difíceis que as provas nacionais correspondentes quando existem.

Nós fizemos o teste. Já experimentámos.

Nós estamos na construção das PASE a seguir a matriz internacional dos chamados testes PISA. O resultado está à vista. Nós conseguimos medir as competências dos nossos alunos em relação a um padrão internacional. Elas estão a aumentar ano após ano.

Em relação às provas nacionais, se nós as fizessemos aqui com certeza que teríamos melhores resultados no 9º ano, porque apenas elas existem em termos do 9º ano e não em todas as áreas.

Em relação à questão do facilitismo, não existe facilitismo nas escolas, pelo contrário. O que se procura é um caminho de um rigor muito maior.

De facto, não é por nós misturarmos todos os alunos que nós vamos conseguir ter melhores resultados e maior rigor. Rigor não é equacionado com juntar todos e chumbar metade. Isso não é rigor, isso é insensibilidade, isso é não ter vontade de resolver o problema das escolas.

Nós estamos a dar, em relação aos alunos que têm condições para isso, um ensino com uma qualidade muito maior, com uma profundidade muito maior, com uma exigência muito maior e estamos a permitir aos outros que também façam o seu percurso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência:

Afinal estamos os dois de acordo. Quem está a destoar é a Sra. Deputada que ainda não percebeu do que é que estamos a falar e por isso presenteia-nos sempre com aquele discurso do “eduquês” que é embrulhar as palavras e fazer delas uma floresta de modismos para não dizer nada no fim.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Vamos concentra-nos aqui em dois aspectos. Um para rebater aquilo que o Sr. Secretário diz acerca das PASE.

O Sr. Secretário vem sempre com a argumentação de que as PASE nos Açores são mais difíceis do que os exames nacionais do 9º ano, a nível nacional. Não é isso que está em causa. Não é o facto de elas serem mais difíceis ou mais fáceis que se reflectem na avaliação.

O Sr. Secretário sabe perfeitamente que as PASE nos Açores podem ser muito difíceis, mas o efeito que elas têm na avaliação dos alunos no final do 9º ano, é igual ao de um teste. A nível nacional o exame do 9º ano equivale a 30% da avaliação do ano inteiro. Naturalmente por isso as PASE têm uma consequência muito menor e muito mais insignificante na avaliação nos Açores do que os exames nacionais têm lá fora.

Por isso, o senhor acaba por ter estatísticas de aproveitamento do 9º ano mais favoráveis nos Açores do que lá fora, porque o impacto daquelas provas na avaliação final dos alunos é completamente diferente. Eu não tenho dúvidas disto. Por isso, eu já lhe fiz várias vezes este desafio: experimente um ano fazer nas escolas dos Açores os exames nacionais do 9º ano com o impacto que eles têm na avaliação final e vai ver o resultado que vai ter na avaliação final do 9º ano nos Açores. Sobre isso estamos conversados.

Quanto à questão da inclusão, dos percursos alternativos e da estratégia que nos Açores se está a fazer para conduzir a um maior aproveitamento nas nossas escolas, os senhores dizem e repetem que estamos de acordo na análise, mas que estou enganado com aos seus resultados. Pois, ainda bem! A nossa preocupação é exactamente sobre os efeitos que as vossas políticas estão a provocar nas nossas escolas.

E o efeito é que os alunos, de ano para ano, saem das nossas escolas menos preparados para enfrentar com sucesso e competência quer o prosseguimento de estudos na via profissional ou na via regular, quer os problemas da vida quotidiana que se lhe deparam.

Aliás, essa impreparação crescente dos nossos alunos é verificável – e não é um problema só dos Açores, também o é a nível nacional – pelos resultados que os nossos alunos têm vindo a obter nos estudos PISA.

A nossa preocupação é que o facilitismo que os senhores instalaram nas nossas escolas está a conduzir os alunos a uma crescente impreparação, a uma crescente falta de capacidade para enfrentar quer os problemas da vida escolar, quer as dificuldades que própria vida lhes coloca, e isso não é bom para os nossos alunos.

Os nossos alunos quando saírem da escola não vão ter na vida as facilidades que a escola lhes indicia e lhes proporciona. É essa análise aos resultados das vossas políticas que nos faz levantar aqui este problema e recusar esta visão “facilitista” de que a escola por ser inclusiva tem que ser fácil, tem que se oferecer tudo aos alunos e estes, depois, chegam à vida real e são incapazes de enfrentar as dificuldades que essa vida lhes coloca.

Assumimos, portanto, uma clara divergência na análise aos resultados das vossas políticas porque estamos preocupados com o futuro e temos sérios e fundamentados receios quanto aos efeitos nefastos das actuais políticas nas nossas gerações futuras.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu peço palavra antes da minha intervenção para deixar aqui alguns registos que não estão incluídos naquilo que tenciono dizer da tribuna e para, desde logo, começar por cumprimentar o Sr. Deputado Costa Pereira por ter tido aquilo que eu considero um acto de relativa coragem. Aliás, eu tinha alguma curiosidade em ver como é que o Sr. Deputado ia conduzir a sua intervenção depois das declarações dos seus líderes relativamente àquilo que é o betão que se vai construindo um pouco por toda a Região.

Nessa medida eu tenho que o cumprimentar, Sr. Deputado, por ter tido, apesar disso, a coragem de se juntar àquilo que são os anseios dos faialenses e também àquilo que são os nossos anseios, os do PS, relativamente a obras que faltam ainda concretizar na Ilha do Faial, embora, naturalmente tenha falado um pouco a medo sobre a escola, dizendo que se calhar foi um pouco precipitada a sua abertura. Penso que os faialenses não estão de acordo consigo, mas respeito a sua opinião.

Muito apressadamente sobre o porto, não convém estarmos neste momento a falar demasiado sobre esta obra, que representa um investimento de 7.7 milhões de euros que temos plasmado neste Plano e Orçamento, mas ficava-lhe bem fazer essa referência.

Relativamente àquilo que é um último reduto de obras que estão ainda por realizar, também aqui, Sr. Deputado, tenho que o felicitar também por, embora tarde, se ter juntado àquilo que tem sido a voz do Partido Socialista e, desde logo, do Governo Regional, relativamente àquilo que é a pretensão de vermos ampliada a pista do aeroporto da Horta, aliás, em declaração feita (lembro-me!), pelo Sr. Presidente do Governo, na altura em que foi inaugurada a nova aerogare do porto da Horta.

Portanto, nós queremos esta pista ampliada. Lamento apenas que o Sr. Deputado só se tenha juntado a nós a partir de 2005 com a eleição do actual Primeiro-Ministro.

Mas, relativamente ao aeroporto, não posso deixar de fazer aqui um registo:

Não é a primeira vez que eu oiço responsáveis do PSD falarem na segurança da pista do aeroporto da Horta. Eu penso que isto é matéria delicada e que a política exige seriedade, sentido de responsabilidade e, desde logo, exige aquilo que é o sentido das próprias palavras. Uma coisa é nós falarmos nas limitações que uma qualquer infra-estrutura sempre tem e naturalmente o aeroporto da Horta tem as suas limitações, por isso nós queremos vê-lo ampliado. Outra coisa é andarmos aqui a toda a hora a falar na insegurança do aeroporto da Horta, fazendo com que os faialenses naturalmente (eu por acaso estou mais habituado a andar de avião não me aflijo muito com estas coisas e tenho talvez mais consciência daquilo que são as condições da própria infra-estrutura) possam ter algum receio relativamente à própria segurança da pista do aeroporto.

Relativamente à segurança, deixe-me dizer duas coisas:

Há aqui apenas duas possibilidades. Ou o aeroporto é seguro, ou o aeroporto não é seguro.

Se o aeroporto não é seguro, Sr. Deputado, é muito irresponsável da sua parte – política à parte, porque a política também tem os seus limites - estar aqui a falar em insegurança desta infra-estrutura.

Se for, de facto, um aeroporto inseguro, então aquilo que o Sr. Deputado, responsabilmente, poderia fazer é aquilo que eu vou fazer neste momento, que é questionar o Sr. Secretário Regional da Economia.

Sr. Secretário Regional da Economia, este aeroporto é inseguro?

Se este aeroporto é inseguro, peço, desta bancada do Partido Socialista, que o senhor com a maior brevidade possível se dirija à ANA e ao Governo da República e peça, não uma ampliação da pista do aeroporto da Horta, mas que seja imediatamente reparada uma situação de eventual insegurança que possa decorrer de um menor escoamento das águas pluviais em alturas de ponta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do Sr. Deputado Helder Silva mantém o registo de alguma infelicidade que ele tem tido ultimamente quando aborda esta questão da ampliação da pista do aeroporto da Horta.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Já não lhe vou tirar dúvidas em relação à questão do betão e da incongruência da minha intervenção com o discurso que temos tido, porque se o senhor ler a minha intervenção – e eu sei que é inteligente para ler e para a compreender – vai perceber que não há incongruência absolutamente nenhuma.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, sobre essa questão do discurso do betão estamos conversados.

Vamos centrar-nos no essencial, que é a questão da ampliação da pista do aeroporto da Horta e na questão que o senhor quis agora levantar de uma forma malévola e maniqueísta que é a questão de ela ser segura ou não.

Se o Sr. Deputado estivesse atento e se conhecesse os dossiers, saberia perfeitamente do que é que estamos a falar. Nem eu, nem ninguém do PSD, disse que a pista do aeroporto da Horta não era segura.

O que nós sempre defendemos foi o aumento das suas margens de segurança.

Deputado Helder Silva (PSD): Ainda agora disse isso!

O Orador: Uma coisa é uma pista que não é segura. Outra coisa é defendermos o aumento das margens de segurança e de operacionalidade. São coisas completamente diferentes. E, já agora, para sua completa informação: o Sr. Deputado conhece o Anexo 14 da ICAO?

O Anexo 14 da ICAO diz que é “obrigatório” na pista da Horta o aumento de 90 metros em cada topo, por questões de segurança. E diz mais: diz que é “recomendável” um aumento de 240 metros em cada topo.

O senhor tem dúvidas sobre a capacidade e sobre a competência da ICAO?

Digo-lhe mais:

O senhor conhece a circular que foi feita pela Federação dos Pilotos de Linhas Aéreas Civis, dirigida à ICAO, depois do acidente aéreo em Congonhas, no Brasil?

Os pilotos pedem à ICAO que tudo aquilo que nos documentos da ICAO é apresentado como “recomendação”, deixe de o ser e passe a ser “obrigação”.

E a Federação de Pilotos faz isto para brincar aos aeroportos e às ampliações?

Obviamente que não!

Fá-lo por questões de melhoria das condições de segurança. E o que nós reivindicamos é exactamente isso.

O senhor veio para aqui falar com essa sua visão maniqueísta de seguro versus inseguro e veio fazer esse número de teatro com o único objectivo de tentar passar uma esponja sobre a reprovável infelicidade das declarações do Sr. Secretário Regional quando recentemente se referiu a estas questões.

Quer que lhe recorde o que é que o Sr. Secretário Regional da Economia disse acerca da segurança e da ampliação da pista do aeroporto da Horta?

Disse esta tirada magnífica: que ela era segura porque até hoje nunca houve nenhum acidente.

Se o Sr. Secretário andasse como nós nos aviões, 40 minutos aí por cima, à espera da pista secar para podermos aterrar com mais segurança, o senhor não se atrevia a fazer uma declaração dessas.

Foi de uma infelicidade extrema e por isso é que o Partido Socialista, na Assembleia Municipal da Horta, na passada semana, aprovou, através da sua abstenção, um voto de protesto pelas declarações daquele Secretário Regional, recomendando ao Sr.

Presidente do Governo que de uma vez por todas assuma o compromisso político e de se deixar de palavras e diga quando é que vai fazer a ampliação da pista do aeroporto da Horta, porque isso é que interessa aos faialenses.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito simples para explicar o seguinte:

O aeroporto é seguro.

Deputado Costa Pereira (PSD): Se não fosse não estava aberto!

O Orador: O que eu disse foi que era preciso aumentar o conforto para quem viaja para aqui e por isso era preciso aumentar a pista.

Devo dizer-lhe o seguinte: fomos os únicos, durante muito tempo, a defender o aumento da pista.

Quem falou, sistematicamente, no aumento da pista foi o Governo Regional, foi o PS e nunca o PSD.

Durante 2002, 2003, 2004, 2005, foi sempre o PS e o Governo. O PSD só se juntou a nós em 2006 e em 2007. Só se ouve o PSD falar no aumento da pista do Faial agora.

Quando estive no Governo Durão Barroso e Santana Lopes, o PSD nada disse. Ficou calado! Sempre calado!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho que ser muito rápido e muito breve porque não quero penalizar os meus colegas.

O Sr. Secretário Regional tem andado distraído, o senhor e o Sr. Deputado Helder Silva.

Quando fala nessa questão de que o PSD acordou tarde para as questões do aeroporto da Horta e da ampliação da pista, o senhor está completamente distraído. Não sabe o que é que diz! Fala por palpite!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Nunca o ouvi falar!

O Orador: Vou dar-lhe um exemplo:

A questão da ampliação da pista do aeroporto da Horta e a defesa que o PSD tem feito da ampliação daquela pista não se resume a fazer uma preguiçosa busca no site da Assembleia sobre os requerimentos que estão feitos.

Vá ver, por exemplo, à Câmara Municipal da Horta e à Assembleia Municipal da Horta a quantidade de posições que já foram tomadas por nossa iniciativa sobre este assunto.

Mas digo-lhe mais: a vossa posição acerca disso é risível.

O Sr. Presidente do Governo, quando a aerogare foi ampliada, e na presença do Sr. Ministro das Obras Públicas da altura, Ferro Rodrigues, defendeu a ampliação da pista do aeroporto da Horta. Isso é uma grande coisa. Ele não fez nada até agora, mas é uma grande coisa!

O líder do PSD da altura conseguiu mover as decisões suficientes para que o Primeiro-Ministro de Portugal dissesse nos Açores que se comprometia com a ampliação da pista do aeroporto da Horta e isso não tem valor nenhum! Meus senhores:

Isso é absolutamente risível!

São dois pesos e duas medidas, conforme a ocasião e os vossos interesses particulares.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Outra questão, Sr. Secretário.

Reduzir a necessidade da ampliação da pista do aeroporto da Horta a uma questão de conforto é demais!

Conforto, Sr. Secretário, é ter os “pés quentes”!

Conforto, Sr. Secretário, não é andar aí por cima à espera que a pista seque para se poder aterrar!

Conforto, não é sair de Lisboa penalizado para poder aterrar na Horta porque a pista está alagada!

Isso não é conforto, Sr. Secretário!

Isso é margem de segurança para poder operar.

O avião quando sai de Lisboa para ir para a Terceira ou para ir para Ponta Delgada não pergunta se a pista está alagada, porque tem pista para poder aterrar em segurança. Esse é que é o grande drama! É essa a situação que os senhores querem esquecer e é isso que os senhores não querem abordar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostava só de prestar alguns esclarecimentos, porque têm sido proferidas afirmações que não são correctas e que deturpam o empenhamento do Governo Regional dos Açores no processo de ampliação do aeroporto da Horta.

Na ocasião em que foi inaugurada a aerogare da Horta, eu defendi isso. O Ministro de então também defendeu.

Por ocasião ainda mais recente, na inauguração do aeroporto do Pico, eu voltei a defender a ampliação do aeroporto da Horta. O Secretário de Estado dos Transportes chegou praticamente a anunciar a programação e adaptação desse investimento.

A verdade é que tem existido neste processo uma situação que objectivamente é a seguinte:

No que respeita ao poder político há disponibilidade e compreensão para este projecto, da parte dos vários governos.

Da parte da ANA, numa lógica empresarial, não existe essa mesma disponibilidade.

O anúncio do Dr. Santana Lopes quando era Primeiro-Ministro sobre a ampliação do aeroporto da Horta tinha valor zero, como se deve calcular.

Deputado Costa Pereira (PSD): Porque é que a sua palavra tem mais valor do que a do Sr. Primeiro-Ministro?

O Orador: Aliás, ele nem sabia bem qual era o tamanho do aeroporto da Horta.

O que nós temos defendido claramente é o seguinte:

Nós defendemos a ampliação do aeroporto em 500 metros. Já existe um projecto dentro da ANA, que não é dessa dimensão, e que a ANA diz-se pronta a iniciar.

O que acontece neste momento, e nós temos insistido, é que esse investimento deve ser um investimento da responsabilidade da Administração Central e da empresa que tem a gestão dos aeroportos, designadamente do Aeroporto da Horta.

Neste momento, o que acontece é que o próprio processo (não é do vosso conhecimento) de privatização da ANA se encontra a ser reformulado, em função de decisões que foram tomadas noutros domínios, e a questão dos investimentos nos Açores (não só esse, mas particularmente esse) está relacionada com o adiamento dos termos desse processo de privatização e a negociação que nós temos vindo a manter com a mediação do Governo da República sobre o destino a dar ao património e à presença da empresa ANA na gestão dos aeroportos dos Açores, no contexto dessa eventual privatização.

Portanto, nós estamos a falar de um conjunto, de um dossier bem mais vasto do que saber se fulano tal, em determinado dia, disse ou não disse, se defendeu ou não defendeu a ampliação do aeroporto da Horta.

Nós defendemos a ampliação do aeroporto da Horta e defendemos sobretudo para permitir que a Ilha do Faial seja também a porta de entrada para outro tipo de comunicação aérea com o exterior, utilizando aeronaves de maior porte e transmitindo uma maior capacidade a este pólo de desenvolvimento da nossa Região.

É nestes termos que nós estamos a trabalhar, bem longe desta demagogia que o Sr. Deputado pretende fazer envolver um tema, que é um tema do maior interesse regional, não é um tema faialense, é um tema açoriano, que faz parte do dossier de privatizações do Governo Regional, do Presidente do Governo Regional e que tem sido conduzido, a meu ver, com absoluta firmeza da nossa parte, mas com sentido de

temporalidade, que é o ajustado à defesa dos interesses regionais nesse domínio, porque nós entendemos que esse investimento deve ser um investimento da responsabilidade dominante da Administração Central ou da empresa ANA.

Portanto, a empresa ANA evidentemente lê jornais, lê as intervenções do Sr. Deputado e hoje estará muito feliz porque está pensando assim: “vamos lá ver se ele obriga o Governo Regional a fazer aquela ampliação para não sermos nós a fazer”.

A verdade é que todas estas coisas desenvolvem-se deste modo:

Cada um usa como bem entende os argumentos que tem disponíveis e defende como melhor sabe o interesse da Região.

Nós defendemo-la assim!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ninguém pôs aqui em causa, Sr. Presidente do Governo, a defesa que o senhor tem feito da ampliação da pista do aeroporto da Horta, nem a sua honorabilidade por causa disso.

Agora, se nós não pomos em causa a intervenção política que tem tido, também não tem legitimidade, nem ninguém nesta casa tem legitimidade, para pôr em causa a intervenção política de um Primeiro-Ministro que publicamente se comprometeu com esta obra.

Aquele Primeiro-Ministro não fez o que prometeu? Está mal!

Mas o senhor também não cumpriu o que nos prometeu. Portanto, está no mesmo nível.

Segunda questão, Sr. Presidente:

É verdade que o Sr. Presidente do Governo está a pôr a questão nos termos em que ela deve ser posta, isto é, em termos políticos, porque aquilo que está em causa neste

momento não é uma decisão técnica, nem económica (sempre dissemos isso!), é uma decisão política.

A decisão política deriva do facto da ANA já ter dito por várias vezes que não tem disponibilidade, nem faz parte das suas prioridades, este investimento. Estamos conversados acerca disso.

Agora, o senhor invoca sempre o facto de estar à espera da privatização da ANA.

Sr. presidente, diga-me só uma coisa:

Depois da ANA, Empresa Pública ou de capitais públicos, dizer “nós não vamos fazer a ampliação da pista do aeroporto da Horta”, o senhor tem a esperança de que vai ser a ANA, Empresa Privada, a fazer esta obra?

Sr. Presidente, eu não acredito nisso!

Digo-lhe mais uma coisa:

Quem prometeu aos faialenses que caso o Governo da República ou a ANA não fizessem esta obra, o Governo Regional avançava para ela, foi o senhor!

E o senhor já prometeu isso por várias vezes. Curiosamente sempre em tempo de eleições, é verdade, mas já o prometeu por várias vezes.

O problema, Sr. Presidente, é que acabou o tempo das palavras. Agora não estamos apenas a falar de necessidades, de questões económicas, de questões de tráfego ou de questões de ligações ao mercado da saudade. Agora estamos a falar do aumento das margens de segurança do aeroporto da Horta e melhoria das suas condições de operacionalidade.

E quando se trata do aumento das condições de segurança e da operacionalidade da pista do Aeroporto da Horta, Sr. Presidente do Governo, não há palavras, nem promessas, que possam ser mais adiadas.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

Deputado Helder Silva (PS):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos reunidos, mais uma vez para aprovar o Plano e Orçamento que marca o fim de mais um período governativo. Concluiremos assim uma doze anos de acção governativa da responsabilidade do Partido Socialista. Responsabilidade que assumimos com o orgulho de quem conseguiu, ao longo destes anos, imprimir uma marca indelével de desenvolvimento solidário, movido por um distintivo sentido estratégico que vimos promovendo de forma harmoniosa e equilibrada.

Solidariedade expressa não apenas pelos investimentos feitos ao nível da solidariedade social, mas também pela resposta dada às calamidades que ciclicamente nos assolam. Os apoios prestados pelo Governo Regional na sequência da crise sísmica de 1998 nas ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, num investimento que, só nesta ilha, rondou os 250 milhões de Euros são bem o exemplo dessa marca distintiva de solidariedade na acção dos governos liderados por Carlos César que os faialenses saberão sempre reconhecer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não podia dar melhor exemplo!

O Orador: E o PSD o que diz a isto? É a política do betão.

Sentido estratégico porque orientado por objectivos claros, de promoção de mais e melhor educação. Investir nas pessoas. Nesse aspecto, como noutros de resto, considero que os últimos anos de governação, como há pouco foi realçado, têm sido anos de profunda transformação na nossa Região. Temos uma organização escolar formada, um corpo lectivo cada vez mais estabilizado, mais sucesso escolar e uma rede de infra-estruturas escolares, cada vez mais, melhorada, não à custa de remendos, mas antes pela construção de novas unidades escolares que têm vindo a substituir uma rede desajustada, que vem ainda do tempo do Estado Novo, a que se juntou no pós-25 de Abril um conjunto numeroso de escolas mais ou menos provisórias. Foi neste contexto que o presidente Governo dos Açores inaugurou no passado mês de Setembro na cidade da Horta, a nova Escola Secundária Manuel de Arriaga, inaugurada que foi meses antes da nova Escola Profissional, que já se fez aqui referência, num investimento que ascendeu a cerca de 25 milhões de euros. Considerado um dos mais modernos estabelecimentos escolares do País, esta escola

serve uma população escolar de cerca de 900 alunos, tendo embora capacidade para albergar uma população bastante superior. Dispõe de mais de três dezenas de salas de aula e salas técnicas, cinco laboratórios, auditório com 145 lugares, gabinetes e salas de reuniões, biblioteca, áreas de apoio administrativo, refeitório, bar e bufetes, pavilhão desportivo e piscina. Mais do que uma escola, foi inaugurado um parque desportivo, que inclui uma nova piscina, melhorando-se assim, substancialmente, as condições para a prática desportiva no Faial. A este juntar-se-á brevemente o estádio Mário Lino, contemplado neste plano com um investimento de 2 milhões de Euros, concluindo-se assim o Parque Desportivo Regional do Faial. Registe-se ainda que a construção da nova Escola Secundária vem também permitir a melhoria significativa das condições do antigo Preparatório e ainda a concretização no Faial da fusão anunciada do Conservatório Regional no sistema de ensino.

E o maior partido da oposição que diz a isto?

Diz: basta de betão!

Sentido também estratégico quando se pretendeu dar novos impulsos à ligação dos açorianos com o mar, por via de mais investimento directo no sector das pescas, mas igualmente por via de investimentos significativos ao nível das infra-estruturas portuárias, construindo novas marinas, da promoção das actividades marítimo-turísticas, do considerável reforço das ligações marítimas entre todos os açorianos, mas também de melhores acessibilidades para aqueles que nos visitam e ainda por via de uma participação crescente nos fora europeus e internacionais afirmando assim a nossa dimensão marítima e salvaguardando, no essencial, as nossas pretensões, numa área em grande transformação e fortemente globalizada, aos níveis político, social e económico. Tudo isto acompanhado do reforço do investimento na nossa capacidade de investigação, suporte essencial à afirmação da Região no domínio do mar. A este nível, uma referência para a construção do novo edifício do Departamento de Oceanografia e Pescas no antigo Hospital da Horta, cuja obra deverá iniciar-se nos próximos meses e que o Sr. Deputado não fez qualquer referência.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Essa merece o nosso aplauso. Está é atrasada!

O Orador: Temos pois de concluir que o Faial vive uma era de ouro no que ao ensino diz respeito. Estão de parabéns os faialenses por estas tão almejadas concretizações mas está também de parabéns o Governo Regional por, depois de tantos prometerem, ter a capacidade de concretizar projectos com este alcance, sabendo embora que o fruto de tal investimentos só surgirá a longo prazo, diluído no tempo, como diluídos estão também no tempo os muitos anos de marasmo que marcaram e continuam a marcar a nossa existência.

Mas falar de sentido estratégico significa desde logo falar dos investimentos que têm sido, e continuarão a ser, desenvolvidos nas infra-estruturas portuárias. As 'Portas do Mar', em Ponta Delgada, e agora as obras também previstas no âmbito do reordenamento do porto da Horta, que neste plano de 2008 contemplam já um investimento de 7,7 milhões de Euros, são bons exemplos de concretização de uma visão estratégica para os Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O senhor está muito retórico!

O Orador: Ou não será Srs. Deputados? Não me digam que acham também que é a política do betão? Não, ainda não porque não são ainda obras iniciadas. Quando o forem o PSD assobiará para o ar e depois dirá... que é a política do betão.

Sentido igualmente estratégico nos avanços conseguidos ao nível ambiental. O ambiente é uma pedra angular do nosso desenvolvimento, constituindo-se como um elemento de promoção da nossa qualidade de vida mas também de desenvolvimento económico e social, sobretudo por via do sector do turismo. Os investimentos realizados e em curso ao nível preventivo (Planos) e interventivo (protecção de orlas costeiras, regularização e naturalização de leitos de ribeiras, áreas protegidas, etc.) mas também no apoio prestado às autarquias, ao nível de acções de limpeza, construção de aterros e limpeza de ribeiras vieram transformar completamente a face dos Açores, hoje uma Região mais limpa e ordenada do que aquela que se apresentava há apenas uma dúzia de anos atrás. Para o Faial merecem especial destaque os investimentos no Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, na sequência da consolidação do respectivo farol, já em fase de conclusão, e na velha Fábrica da Baleia, esta na sequência dos investimentos realizados na mais recente Fábrica da Baleia, desde há muito abandonada, mas que, ao longo dos últimos anos,

tem sido um extraordinário agente de actividades de natureza científica, cultural e social, muito especialmente na vertente marinha.

Ao todo um investimento previsto de 4 milhões de euros.

E o PSD, que durante décadas manteve este património ao abandono, o que diz a isto? Diz também que é a política do betão?

E a casa Walter Bensaúde onde em breve será instalada a biblioteca pública e arquivo da Horta, neste plano contemplada com 1,1 milhões de Euros para conclusão da respectiva obra? Não será a concretização de um anseio dos faialenses, passando a nossa cidade a contar com mais um importante imóvel recuperado e um espaço condigno de leitura, diria mesmo de cultura, e de arquivo do nosso importante espólio bibliográfico?

E a variante? O que diz o PSD à variante? À segunda fase diz que é preciso fazer-se, mas não sabe como (não somos nenhuns engenheiros!). E a primeira fase? Bem, a primeira fase claro que já está metida na política do betão.

E o aeroporto? No que respeita à nova aerogare já se sabe que o PSD acha que, para além de fazer parte da política betão, este é um investimento da responsabilidade da ANA-Aeroportos de Portugal que depende do Governo da República e portanto o Governo Regional não tem nada que meter esta obra no seu rol de obras concretizadas. Então e a ampliação da pista, também uma responsabilidade do Governo da República? Bem, aqui há uns anos não era, coitados dos Governos da República de Durão Barroso e Santana Lopes mas logo que José Sócrates passa a Primeiro-Ministro é claro que passa a ser uma responsabilidade do Governo da República, mas por pouco tempo, logo passa a mais uma responsabilidade do Governo Regional, sabendo nós agora, depois da intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira que passou também por ser aparentemente uma responsabilidade da Câmara Municipal da Horta, uma vez que o Sr. Deputado tantas vezes terá posto essa questão nesse espaço do município.

Deputado Costa Pereira (PSD): Está a dar tiros para o ar! Não sabe o que é que está a dizer!

O Orador: Estou justificadamente orgulhoso do trabalho que vimos desenvolvendo. Sendo certo que há mais obras para concretizar. Algumas até da responsabilidade de

terceiros. Como é o caso do aeroporto, ou do Campo de Golfe. Mas não estamos nós já a assumir parte do investimento do DOP e do campus de Angra, que embora dependentes da Universidade, logo do Estado, são contemplados neste plano de investimentos com cerca de 1,7 milhões de Euros?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Este parágrafo contradiz o anterior. A Universidade é da responsabilidade do Governo, o aeroporto não é!

O Orador: Quem é que há uma dúzia de anos atrás acreditava que hoje estaríamos a bater-nos pela ampliação do aeroporto, quando nem sequer uma gare em condições tínhamos, um campo de golfe, quando não possuíamos sequer uma piscina, um corte de ténis ou um pavilhão em condições a funcionar, ou mesmo em mais uma ampliação e reordenamento do porto, quando este não possuía sequer um parque de contentores e se encontrava estruturalmente debilitado?

Nunca tivemos tantas obras em concretização no Faial. Deixo, aliás, o repto para que isso seja factualmente desmentido.

Continuaremos a trabalhar para termos também no Faial e ainda Mais Açores!

Disse.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Neste momento o Sr. Presidente da ALRAA voltou a ocupar o seu lugar na Mesa.)

Presidente: Não havendo inscrições para esclarecimentos, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“A ilha de São Jorge possui, este ano, o maior plano de sempre”. Este é o chavão socialista a que já estamos habituados nos últimos anos.

Na realidade, se nos ficássemos apenas por uma simples e ingénua abordagem ao Plano, verificávamos que existem valores consideráveis no documento que está em discussão.

No entanto, a análise tem de ser diferente. Necessariamente, ligada aos resultados desta governação que já caminha para doze anos.

Vejamos então o que nos está a acontecer com “os maiores planos de sempre”.

Temos vindo a verificar, neste início de século, a uma crescente tendência para a desertificação humana de algumas das ilhas dos Açores e, dentro delas, das zonas mais periféricas.

Sendo certo que não se trata de um problema recente, a verdade é que se tem acentuado bastante, ao ponto de se tornar numa das principais preocupações com que os açorianos se confrontam actualmente.

As raríssimas, imponderadas e deficientes opções políticas socialistas para combater este flagelo, não têm surtido efeito positivo.

Acreditamos mesmo que essa ineficácia tem aumentado de forma exponencial o desânimo, a resignação e a incerteza com que estas ilhas vivem o seu dia a dia, pois faltam-lhes resultados reais.

É de grande justiça salientar o difícil combate que os autarcas, alguns privados, e muitas instituições, um pouco por toda a região, têm levado a efeito para travar esta tendência.

Tomaram medidas, muitas delas de risco, inventaram estratégias e actuaram em áreas que nem são da sua competência, porque sentem o poder regional muito longe.

E porque isto assim acontece, e pela sua proximidade com as pessoas, sentem na pele o problema de uma sociedade que teima, porque é levada a isso, em não acreditar na sua viabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O grande problema é que o Governo Regional não fez a sua parte.

Quando se esperavam iniciativas complementares, concretas, dos executivos socialistas, ou até um apoio efectivo às iniciativas locais, estes limitaram-se a atirar para o ar um programa intitulado “Promoção do Investimento e da Coesão”

Mas, infelizmente para os Açores, os famosos “Apoios à Coesão” foram um bluff. Um verdadeiro bluff.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Como se explica, por exemplo que para São Jorge, em apenas dois anos, dos onze milhões de euros previstos ao abrigo do apoio à Coesão, apenas tenham sido executados cerca de dois milhões e meio.

Também aqui este Governo falhou. Na justa medida da sua ineficácia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até hoje, ninguém conseguiu sequer explicar aos açorianos os verdadeiros critérios deste programa.

Nestas ilhas, a que este Governo teve a ousadia de chamar “Ilhas de Valor”, a iniciativa privada pouco beneficiou desta designação. Nem as entidades privadas. Nem as nossas comunidades. Muito menos as pessoas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: E quando o fizeram foi de forma encenada. Com iniciativas que não cabem nos reais objectivos de um programa como este. Existem investimentos que o Governo Regional tem a obrigação de executar que nem precisavam utilizar estes fundos. Usaram-nos apenas para aumentarem a taxa de execução de um programa que não souberam aplicar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nas nossas comunidades, praticamente já não existem empregos públicos disponíveis, nem empregos provenientes de iniciativas privadas que sejam compatíveis com a formação dos jovens.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Muito bem!

O Orador: Nestas “Ilhas “de valor”, cujo nome por si só já é algo abjecto, estamos a perder o que lhes era mais valioso – as pessoas, e em particular, os jovens.

É esta a triste realidade que os senhores tentam mascarar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os últimos censos preocupam-nos. Tratam-se de dados recolhidos em 2001. Mas, se passados apenas seis anos, existissem novos censos, ficaríamos alarmados com a evolução decrescente da nossa população, nalgumas localidades da região.

Hoje, algumas das nossas comunidades perderam, em apenas meia dúzia de anos, cerca de um quinto da população.

Consequentemente, o número de alunos das nossas escolas, reduziu drasticamente.

O número de produtores agrícolas baixou bastante nalguns locais, relativamente há seis anos atrás.

Os jovens, que após os seus estudos voltam à sua terra, são em número quase insignificante.

Fortes indícios de emigração começam a ser preocupantes.

Os problemas das ilhas pequenas que existiam há doze anos atrás, continuam semelhantes, como por exemplo, em São Jorge, o paradigma da ampliação do Aeródromo, cujo processo o Governo teima em abafar.

Afinal o que se passará com o desenvolvimento dos Açores? Não deixa de ser estranho que, com tamanha fonte a jorrar meios financeiros, provinda da Comunidade Europeia, os resultados, na grande maioria das localidades desta região, sejam tão desmotivantes e incrivelmente negativos.

Com este espelho da nossa sociedade, haverá alguém de bom senso tenha coragem de dizer que vamos no caminho certo? Que os Açores evoluíram nos últimos anos? Que temos uma boa governação?

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O nosso povo tem estado paciente, com tantas e tão grandes expectativas geradas pelos socialistas e, por vezes, é mesmo levado a crer que isto tem de ser assim mesmo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não tem necessariamente de ser assim. As pessoas já deram o tempo suficiente aos actuais governantes para mostrarem o que valem.

Basta para isso perceber que, grandes oportunidades que dois quadros comunitários nos trouxeram, não foram devidamente aproveitadas para o desenvolvimento de todas as parcelas da região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Os resultados foram fracos. Insuficientes. Muito aquém do que seria razoável. Longe das expectativas que todos nós tínhamos.

Em São Jorge, durante este tempo investiram-se em escolas, para dois anos depois encerrá-las. Não se fez uma aposta real e decisiva no sector agrícola, chegando mesmo ao ponto ridículo, recorde-se, de pavimentarem apenas 10 km de caminhos

agrícolas em 10 anos, num concelho cuja economia depende essencialmente do referido sector.

Mas temos mais. Este Governo tentou encerrar todas as Cooperativas da Ilha e concentrar toda a produção numa só fábrica. Na Beira, se bem se lembram.

A realidade é que a população, neste caso concreto, não se resignou e avançou para a construção de duas novas unidades fabris. Uma em Santo Antão e outra na Ribeira Seca.

Não deixa de ser curioso que as duas novas fábricas, de iniciativa local dos seus dirigentes e associados, encontram-se em fase bastante adiantada de construção.

Contrariamente, aquela que partiu da iniciativa do Governo Regional, ainda não se vê.

Esta curiosidade demonstra bem o que tem acontecido em São Jorge.

Ou seja, as iniciativas locais avançam com projecção temporal significativa.

As iniciativas governamentais arrastam-se e quando terminam são acanhadas.

Nas pescas, deixaram definhar o sector. Nenhum porto de pescas em São Jorge se encontra bem preparado para esta actividade. E de todos, na maior parte deles, já quase nem existem pescadores profissionais.

O problema do desemprego também não foi resolvido. Iniciativas também elas acanhadas, não promovem verdadeiro emprego nem saídas para os nossos jovens.

Não é por acaso, portanto, que este “maior plano de sempre para São Jorge” mereceu, da parte do Conselho de Ilha de São Jorge, um parecer negativo.

Foi o sinal que São Jorge entendeu por bem dar aos responsáveis pela Governação açoriana e até mesmo a todos os açorianos. Um sinal forte de desagrado pelos resultados da governação socialista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo Regional levou assim um puxão de orelhas da ilha de São Jorge, bem merecido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Não queremos nem aceitamos grandes planos com fraca execução e com resultados como até agora temos assistido. De nada nos tem servido um plano com milhões de euros e uma ilha a descaracterizar-se no seu dia-a-dia.

Para terminar, gostaria de deixar apenas um dado que considero grave.

Em dez anos de governação, os Governos do Partido Socialista, executaram 78 milhões de Euros em São Jorge.

Para 2008 (ano de eleições) inscrevem 57 milhões.

Pergunto-vos, haverá alguém nesta Assembleia que acredite que o

Governo vai investir no corrente ano um valor, em pouco superior, ao que investiu em dez anos em São Jorge?

Haverá, na bancada do partido socialista, quem tenha de fazer de contas que acredita, mas com certeza que a nossa população não vai em cantigas.

Não brinquem com as pessoas. Quem brinca com os jorgenses, dá-se mal... e os senhores já deviam saber isso mesmo.

Para nós, a vossa governação falhou. Ponto final.

Disse.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD).

Presidente: Estão inscritos para debate o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta intervenção do Sr. Deputado permite-me trazer ao Parlamento um aspecto que tem sido menos clarificado do ponto de vista das políticas do Governo Regional.

Tem a ver com as questões envolventes das chamadas Ilhas da Coesão, não porque o Sr. Deputado tenha feito qualquer proposta. Aliás, qual dos Srs. Deputados, até agora, fez alguma proposta?

Deputado Aires Reis (PSD): Para quê?

Deputado Mark Marques (PSD): Para juntar às 37 de ontem!

O Orador: O contributo é muito pequeno. O desempenho do PSD nesta discussão do Plano e do Orçamento é dos piores dos últimos anos.

De qualquer modo, a sua intervenção proporciona-me aquele ambiente que às vezes assistimos nas entrevistas em que o entrevistado diz “ainda bem que me fez essa pergunta!”.

Pois bem, assim sendo, eu gostava de dizer que me parece que existe uma visão deturpada daquilo que o Governo entende como a sua política para as Ilhas da Coesão que são, como se sabe, as Ilhas do Corvo, Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria.

Deputado Aires Reis (PSD): E a Terceira!!!

O Orador: O que é que nós estamos basicamente a fazer? Estamos a criar condições, através da adopção de medidas de discriminação positiva, com o máximo de transversalidade e com uma percepção prévia da sua eficiência e da sua eficácia, para que seja possível nessas ilhas desenvolver um conjunto de actividades económicas ou sociais de forma mais facilitada, proporcionando ora o reforço dessa iniciativa, ora o reforço da fixação de populações ou de actividades económicas.

Fazemo-lo, por exemplo, com a alteração do limite mínimo para 500 mil euros, quando no resto das ilhas é de 2,5 milhões de euros, para a concessão de benefícios fiscais em regime contratual.

Fazemo-lo, por exemplo, no caso das deduções à colecta de lucros reinvestidos das empresas. O limite máximo é 40%, enquanto em Ponta Delgada é de 20%.

Damos prioridade na satisfação de todos os pedidos de formação profissional na área das pescas, nessas ilhas.

Temos dado também prioridade à construção e modernização de embarcações de pesca nos casos em que esses pedidos são de pescadores ou de armadores dessas ilhas ou que estão sediados em portos dessas ilhas.

Aprovamos um regime de apoio majorado e de apoios especiais aos órgãos de comunicação social que é 40% no caso da energia eléctrica e 25% para as comunicações telefónicas, dirigido apenas a essas ilhas.

Aprovamos apoios à construção, ampliação e alteração da aquisição de habitações. Esses apoios são majorados nas ilhas da coesão em 15%.

Temos um regime especial para apoio à recuperação de habitação degradada nessas ilhas, existindo neste momento uma prioridade ao nível dos serviços da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos para esse fim.

Aprovamos uma bonificação de 25% nos inventivos à criação de postos de trabalho e contratação de trabalhadores quando isso acontece nas chamadas Ilhas da Coesão.

Demos prioridade nessas ilhas aos programas de gratuidade escolar, designadamente dos manuais escolares e da substituição por outros suportes digitais, começando por essas ilhas.

Temos uma disponibilidade imediata, temos “luz verde”, dentro do Governo para todas as parcerias público-privadas que possam ser celebradas nessas ilhas.

Os sistemas SIDEL e SIDET não têm fases. Estão abertos e nesse caso também têm mais 5% de apoio.

No SIDEPE há mais 50% na parte não reembolsável.

O Programa PROENERGIA, o Programa EMPREENDE-JOVEM, nessas Ilhas da Coesão, também têm majorações na ordem dos 10%.

Estamos a instalar, e em muitos casos já instalámos, gabinetes especiais de apoio ao empreendedor e ao empreendedorismo nessas ilhas.

Vão ser alteradas tarifas reduzindo as aplicáveis ao tráfego local para Santa Maria, São Jorge, Flores e Graciosa.

Vão ser feitas (umas já foram, como tomaram conhecimento, outras na sequência da proposta do Partido Popular e da reflexão que à volta dela estamos a fazer) tarifas promocionais aéreas, entre ilhas que beneficiarão mais uma vez, através de discriminação positiva, essas Ilhas da Coesão.

Esta Assembleia já aprovou um novo regime de autorizações para instalação de estabelecimentos comerciais, de áreas comerciais, que visam exactamente a defesa e a protecção do comércio local e que terão um impacto privilegiado em ilhas como as das Flores, Graciosa, São Jorge e Santa Maria.

Estamos também a dar prioridade, e assim é que está definido na nossa carta de investimentos na área do programa da rede de equipamentos sociais, às chamadas zonas de baixa cobertura das Ilhas da Coesão.

Assumimos, através do Governo Regional e com os capitais do Governo Regional, o pagamento integral nessas ilhas das componentes relativas ao Plano de Resíduos Sólidos da Região e a todas as infra-estruturas que nelas terão que ser instaladas.

Temos também planos especiais de valorização de algumas produções agrícolas locais, típicas dessas ilhas, assim como um conjunto de investimentos deslocados para essas ilhas, uns deles através da empresa Ilhas de Valor, que são considerados essenciais para a criação de capacidades no domínio da economia e de uma maior auto-determinação do ponto de vista desses mercados locais.

Ou seja, nós estamos a fazer uma política que, com melhores resultados de um lado, com menores resultados noutro, é uma política séria.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não tem é resultados. É séria, mas não resulta!

O Orador: Não é uma política que se resuma à facilidade com que V. Exa., Sr. Deputado, aqui trouxe esses problemas.

É um trabalho muito aprofundado, permanente que envolve todos os membros do Governo Regional. É assim que nós vamos continuar a trabalhar.

Esta discussão do Plano e do Orçamento tem proporcionado e vai com certeza proporcionar mais, a necessidade de explicar estas coisas do domínio, predomínio, sector por sector.

Os senhores dão-nos este espaço, felizmente também, porque como vêm só para cá dizer que está tudo mal, nós temos oportunidade de vos dar conta daquilo que estamos a fazer.

Eu não acredito, naturalmente, que todas as coisas nos correm bem na Ilha de São Jorge. Eu também falo com as pessoas de São Jorge, como falo com pessoas de todas as ilhas e sei que há dificuldades em algumas áreas, em alguns sectores. Sei que nós quando entrámos para o Governo encontrámos em São Jorge situações verdadeiramente calamitosas, especialmente no domínio agro-pecuário e da produção do queijo. Um pesadelo para os produtores! O Sr. Deputado sabe muito bem disso.

Hoje, também sabe, que existe claramente uma reestruturação industrial que tem um certo sentido estratégico, que existe um plano de revalorização da produção do queijo de São Jorge, que existe muita gente empenhada na modernização das unidades que lá existem e que já existe uma luz muito forte, no fim do túnel, para este processo que nós estamos a empreender.

Eu creio que é preciso valorizar o que há de positivo, mas os senhores só trazem aqui a desgraça. Se encontram alguém numa situação de calamidade ou de fragilidade, trazem para aqui. Os senhores estão deprimidos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não, não estamos!

O Orador: Os senhores fazem parte de um sector dos Açores que não tem iniciativa, que está recolhido sobre si mesmo, que está vergado na falta de ambição.

Nós estamos aqui a fazer com que os Açores cresçam, tenham outra energia, com que haja outro dinamismo a puxar pelo que há de melhor, pelo que há de mais energético, mais capaz e mais estratégico nos Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Têm-se visto os resultados!

O Orador: É isso que eu convido o PSD a fazer connosco. Sem prejuízo da oposição que pode e deve fazer ao Governo Regional, junte-se ao Governo, puxando para cima aquilo que já está a andar. É esse o grande desafio que os senhores têm.

Eu espero que agora no vosso congresso, no fim-de-semana, reflectam sobre isso. Reflectam seriamente sobre isso...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não vamos fazer outra coisa!

O Orador: ... para irem por outro caminho.

Nós precisamos que os senhores sejam o partido mais capaz.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Também temos a esperança que o Governo seja mais capaz!

O Orador: Nós precisamos de melhorar, em termos relativos, em relação ao PSD. Para nós sermos melhores que o PSD...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Têm que trabalhar mais um bocadinho!

O Orador: ... isso para mim já é muito pouco, porque os senhores estão muito mal.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se estamos tão mal, não precisa tanta indiferença da sua parte.

Se calhar não está assim tão mal!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu espero, Sr. Deputado Aires Reis, que depois de muito debate que já tivemos sobre esta problemática do que é que são as Ilhas da Coesão, as Ilhas de Valor e as políticas direccionadas para estas ilhas, depois desta grande explicação, o senhor tenha percebido alguns conceitos e alguns fundamentos que, das duas uma, ou o senhor é muito difícil perceber as coisas, ou então não quer mesmo perceber.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(*) **Deputado Aires Reis (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu estive atento ao rol de iniciativas que o Sr. Presidente do Governo enumerou como tendo levado a efeito e fiquei com uma sensação estranha.

Refere que já fizeram isto, aquilo e aqueloutro. Não têm mais ideias para São Jorge. Foi essa a ideia que fiquei do Sr. Presidente do Governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Só me resta concluir uma coisa: quem não tem mais ideias dá lugar a outros.

Deputado José Lima (PS): Venha as suas daí!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É preciso é saber quem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Nós apresentamos. O senhor é que não apresenta uma!

Deputado Nuno Amaral (PS): Já vi que o Sr. Deputado na próxima Legislatura não vem. Não apresenta uma ideia vai embora!

O Orador: Sr. Presidente, esta é a postura adequada de um Governo que diz que já fez um conjunto de coisas, mas não sabe o que fazer mais?

Depois diz que esse trabalho está a ser feito pelos membros do Governo. Eu acho que é preciso envolver mais gente. É preciso envolver os jorgenses para saber o que é que eles precisam.

Este Governo não ouve os jorgenses, não reúne com os jorgenses!

Parece-me que este é um dos “grande pecado” deste Governo”.

Fala na revitalização do queijo de São Jorge.

Sr. Presidente do Governo, por acaso o senhor sabe qual o resultado que isso tem tido em São Jorge?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Menos de 9 meses de atraso no pagamento aos lavradores!

O Orador: O Sr. Secretário não deixa de ser engraçado com essas observações.

O Sr. Secretário deve estar à rasca, porque eu posso perguntar-lhe qual o rendimento que os lavradores têm neste momento?

Se calhar tem medo dessa pergunta, mas eu não a vou fazer.

Outra questão que estava à espera e que me parecia óbvia que o Sr. Presidente do Governo falasse sobre ela quando pediu a palavra, era a ampliação do aeródromo. Mas mais uma vez o assunto está encapotado sem ninguém saber.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): A única coisa que me esqueci de dizer é que o vou convidar para o lançamento da primeira pedra!

O Orador: Lá estarei!

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quem ouve o Sr. Deputado Aires Reis falar aqui e não é de São Jorge e não conhece a realidade de São Jorge, não percebe determinadas coisas.

Eu gostaria de dizer que o Sr. Deputado Aires Reis disse na Assembleia que um dos graves problemas de São Jorge é a desertificação. Estou de acordo consigo, Sr. Deputado.

Nós temos um problema de desertificação, sobretudo na parte nascente da Ilha de São Jorge e na parte Norte da Ilha de São Jorge, sobretudo num concelho onde o senhor é

Vice-Presidente da Câmara, vereador eleito e aprovou com o seu voto a taxa máxima de IMI para aquela população, a mais alta dos Açores. Agora vem aqui, com o maior descaramento, criticar as políticas do PS para as Ilhas da Coesão esquecendo-se que o senhor vota ao contrário, em políticas...

Deputado Aires Reis (PSD): Outra vez a Assembleia Municipal?

O Orador: ... que são desincentivadoras na Ilha de São Jorge para a fixação da população.

O senhor tem duas caras: uma cara no poder local e outra na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Nós temos a mesma cara nos dois lados, enquanto socialistas.

Deputado Aires Reis (PSD): Tem-se notado isso!

O Orador: Mas também queria dizer-lhe Sr. Deputado, que o senhor trouxe na sua intervenção uma afirmação que é uma falta de verdade para com os jorgenses. O senhor disse que os socialista queriam reunir a produção do leite de São Jorge numa só fábrica. Isso é mentira! O senhor diga em que documento é que isso está, em que contexto é que isso foi dito e qual foi o membro do Governo que disse isso! Isso é pura mentira, Sr. Deputado!

O senhor não engane os jorgenses!

Sr. Deputado, no seu tempo, se calhar, imperava, na construção que foi feita na Beira pela União de Cooperativas, a vontade imposta pelo Secretário, mas hoje nós temos assembleia de cooperativas e são os sócios que decidem se se faz ou não uma fábrica nova. Democraticamente é assim que nós trabalhamos, com o “oxigénio” que os senhores nunca tiveram, nunca deram aos açorianos, não sabem dar e hoje reclamam que há falta de “oxigénio”! No vosso tempo é que havia, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Sr. Deputado vem aqui falar em obras. É preciso que o senhor saiba que o líder do seu partido e alguns líderes da sua bancada falam em política de betão, mas em São Jorge o PSD reclama por mais betão. Os senhores são do mesmo PSD ou são de outro PSD?

Voices dos Deputados da bancada do PSD: São do mesmo!

O Orador: Sr. Deputado, nós vamos dar rapidamente início à nova obra da pista de São Jorge, uma obra ansiada pelos jorgenses.

Quando nós anunciamos, mas levamos algum tempo, como é o caso do parque de estacionamento da aerogare de São Jorge, que o Tribunal de Contas obrigou-nos a fazer novo procedimento, os senhores reclamam que nós prometemos e não cumprimos. Quando prometemos e logo começamos a cumprir, o PSD quer vir discutir. Afinal o que é que os senhores querem? Os senhores querem obra ou querem discutir?

Eu ainda não percebi qual é a vossa política!

Deputado António Marinho (PSD): É natural que não tenha percebido!

O Orador: Relativamente ao investimento na Ilha da São Jorge, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado o seguinte:

O orçamento de 2008 – os senhores não gostam de ouvir essas contas, mas nós temos que as fazer e temos que comparar com 1996 – é 10 vezes o Orçamento de 1996. Os senhores não gostam de ouvir mas vão ter que ouvir.

Mais, Sr. Deputado. Em 2008, do todo regional, os socialistas vão investir 8,22% em São Jorge. Em 1996, no tempo em que o seu partido era Governo, os sociais democratas só investiram e atribuíram a São Jorge 3%. Nós multiplicamos por 3 o peso das obras de São Jorge no todo regional. Isso é que é coesão, é que é trabalhar pelas ilhas pequenas, Sr. Deputado.

Deputado António Marinho (PSD): Vá para a execução, Sr. Deputado!

O Orador: Eu gostaria de lhe dizer que (porque não é só São Jorge que é uma Ilha da Coesão) o nosso Orçamento Socialista representa 20,21% do total de investimento para as Ilhas da Coesão. No seu tempo, Sr. Deputado, era 9,6% para as ilhas pequenas e o restante para as ilhas grandes. É isso que os açorianos precisam saber e é isso que o senhor devia admitir, mas não consegue.

Muito obrigado.

Deputados António Toste e Ana Isabel Moniz (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

(*) **Deputado Aires Reis (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para responder a três questões que foram aqui levantadas.

Em primeiro lugar, para dizer que eu, no lugar do Sr. Deputado Rogério Veiros, apesar de todos esses milhões, não ficava tanto descansado quanto o senhor está, porque a população de São Jorge sabe muito bem os resultados que está a ter com esses 10 vezes mais investimento que há.

A população conhece os resultados e sabe os problemas que está a ter. Portanto, eu não ficava assim tanto descansado. Se calhar virava-me mais para aquele lado do que para este lado.

Em segundo lugar, a ampliação do aeródromo.

Eu acho que é vergonhoso para esta casa e para cada Deputado desta Assembleia, o Governo Regional desrespeitar aquilo que faz parte das suas obrigações que é informar todos os Srs. Deputados sobre aquilo que é solicitado. Neste caso concreto o Governo Regional ainda não informou quais os objectivos da ampliação do aeródromo e em quanto é que vai ser ampliado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Ah! Já não quer a ampliação?

O Orador: Isso ainda não foi informado e foi negado por duas vezes a requerimentos nossos. Eu considero isto grave perante todos nós.

A terceira questão que eu gostava de esclarecer é a seguinte:

Sr. Deputado Rogério Veiros, em relação ao “oxigénio” e à democracia que o senhor há pouco falava, das cooperativas, eu gostava apenas de lhe colocar uma questão:

O senhor acha correcto que na decisão que as Assembleias-Gerais tinham que tomar relativamente à junção das cooperativas ou à extinção de algumas delas, ter um membro do Governo em plena Assembleia-Geral para pressionar ou pelo menos para condicionar a decisão das pessoas?

Deputado Lizuarte Machado (PS): As Assembleias-Gerais convidam quem querem!

O Orador: Sobre este assunto ou só gostava de dizer que é este o “oxigénio” que se respira nos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à última questão que o senhor colocou eu gostaria de lhe dizer que já lá vai o tempo em que os jorgenses viviam em São Jorge e viam o Governo longe.

Hoje, os Membros do Governo estão próximos da população, estão próximos dos interesses das pessoas e por isso até vão a São Jorge participar nas reuniões que são importantes, dando o seu contributo para a política de desenvolvimento da Ilha de São Jorge.

É com grande satisfação que muitas das vezes, muitos dos agricultores de São Jorge me perguntam: “quando é que o Sr. Secretário vem cá que eu quero falar com ele?”; “quando é que o Sr. Director vem cá, porque eu quero falar com ele?”. Isto é sinal de que eles não têm medo. Eles gostam de os ver lá. Eles querem o Governo lá e nós habituamo-los assim! No vosso tempo não era assim.

As decisões dos membros do Governo não devem ser tomadas só na secretária, devem ser tomadas ouvindo as pessoas, conversando com as pessoas e junto das pessoas. É isso que muito me orgulha, porque temos uma forma diferente de ver as coisas.

Presidente: Sr. Deputado, agradeçia que concluísse porque estamos no limite do nosso tempo.

O Orador: Já concluo.

Relativamente às questões que o senhor diz que em São Jorge se anseia por melhores condições, por mais emprego, por um conjunto de factores que todos nós ansiamos, é verdade, Sr. Deputado. Nós ainda não estamos satisfeitos, porque se estivéssemos satisfeitos não continuávamos a apresentar propostas inovadoras, novas políticas, a anunciar novas obras. É exactamente porque nós percebemos que é preciso mais e

melhor, sempre mais Açores, é que continuamos a trabalhar, a apoiar as iniciativas privadas, a apoiar a indústria conserveira, a apoiar “n” iniciativas que são importantes para a Ilha de São Jorge.

Por isso, Sr. Deputado, continuaremos “Sempre mais Açores”.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, passamos a indicar o tempo ainda disponível.

Governo – 183 minutos

PS – 210 minutos

PSD – 120 minutos

CDS/PP – 38 minutos

Deputado Independente – 6 minutos

Estão suspensos os nossos trabalhos. Regressamos às 15 horas.

Bom almoço.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde. Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

Deputada Mariana Matos (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As tecnologias da informação e da comunicação abrem, diariamente, novas perspectivas à sociedade do futuro. Nos dias de hoje, a informação uma vez produzida circula a um tempo veloz e pode ser recebida e tratada por todos os cidadãos. Vivemos numa sociedade, onde para além das Escolas ou das Bibliotecas,

existem outras formas de procurar conhecimento para investigar, estudar, inovar e desenvolver. Tudo isto possibilita hoje uma difusão rápida do mundo, que nos rodeia. Esta é a sociedade em movimento, a cuja construção os Açores e os Açorianos não só assistem, como também participam activamente, porque os Governos do PS souberam pôr em prática um princípio fundamental para a participação dos cidadãos nesta sociedade de informação: o respeito pelos valores da democracia e da igualdade de oportunidades.

Quando falamos em investimento na Ciência e Tecnologia nos Açores é quase impossível não lembrar as brilhantes palavras de Padre António Vieira, que nos prevenia já, em pleno século XVII: “(...) a admiração é filha da ignorância e mãe da ciência. Filha da ignorância, porque ninguém se admira, senão das coisas que ignora, principalmente se são grandes; e mãe da ciência, porque admirados os homens das coisas que ignoram, inquirem e investigam as causas delas até as alcançar, e isto é o que se chama ciência.” O Orçamento Regional para 2008 consagra um aumento de cerca de cinco milhões de euros para o desenvolvimento da actividade científica e tecnológica. Tal investimento traduz-se, mais uma vez, na assunção consciente e responsável por parte dos Governos do Partido Socialista, de que irão continuar a procurar e a encontrar as melhores opções para que a sociedade de informação se materialize em moldes úteis aos cidadãos açorianos, contribuindo, desta forma, para que os Açores obtenham cada vez mais provas de sucesso nestas áreas. Assim, é para nós, Partido Socialista perfeitamente claro, que as acções previstas no plano e a dotações orçamentais que a elas estão indexadas assumem particular relevo para o desenvolvimento de mais e melhores competências relacionadas com a difusão de inovação; com a valorização do tecido económico açoriano; com a divulgação das potencialidades da ciência e da tecnologia como instrumento pedagógico, de trabalho, de comunicação e de ocupação saudável e criativa de tempos livres; com o apoio financeiro à aquisição e utilização de equipamentos específicos no domínio das TIC's para cidadãos portadores de deficiência; com a prestação de serviços tecnológicos, com a criação de condições para que o conhecimento produzido em instituições do Sistema Científico e Tecnológico Regional possa contribuir para o aparecimento de novas empresas e para a projecção dos Açores no espaço europeu de investigação.

Relembre-se a propósito, no âmbito da Reunião informal de Ministros do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional da União Europeia, que se realizou em São Miguel, as afirmações da comissária europeia Danuta Hübner, responsável pelo sector das Políticas Regionais, sobre a Central Geotérmica do Pico Vermelho e cito: “é um excelente exemplo de como os desafios globais podem ser abordados pelas regiões bem como um exemplo para a União Europeia.”

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é possível conceber hoje o mundo sem falar no fenómeno das novas tecnologias e no modo como estas influenciam a vida em comunidade. Refira-se, neste contexto, a semana organizada pela Associação Norte Crescente e pela Escola Básica e Integrada das Capelas dedicada às novas Tecnologias ao serviço da comunidade.

A iniciativa que de todos nós deve merecer atenção vem comprovar, que os jovens açorianos são, naturalmente, os elementos mais activos da sociedade de informação. A atestá-lo está o facto de sabermos já que mais de quatro mil jovens estão envolvidos em diversas áreas da formação, no âmbito dos programas juvenis relacionados com a sociedade de informação. Programas como Escolas Digitais, Espaços TIC, Rede de Informação Juvenil e Férias com as TIC são os mais emblemáticos na caminhada que o Governo dos Açores do Partido Socialista tem vindo a desenvolver nesta área.

No plano anual e Orçamento Regional para o ano de 2008 o programa 3 referente à juventude vê aumentado o seu investimento. Quer na acção global dos governos do Partido Socialista, desde 1996, quer neste plano para 2008 está patente a visão global da problemática da juventude. Reconheça-se por isso, aqui e agora, que o mérito da política de juventude dos Governos Socialistas reside na sua capacidade de a partir de uma análise realista dos Açores promover uma educação para a cidadania activa. Reconheça-se e não se embarque em subterfúgios vários e incoerentes, que hoje, fruto do desenvolvimento sócio económico, as novas gerações de açorianos têm oportunidades formativas e experiências de vida muito diferentes das gerações que as antecederam. Mas, reconheça-se também, sob pena de se fazer figuras menos próprias diante de uma sociedade açoriana, que espera dos seus responsáveis políticos

mais coerência, maior dignidade e mais respeito, que foram os Governos do Partido Socialista, que criaram os programas de Estágios Profissionais, nos Açores e no Estrangeiro; que foram os Governos do Partido Socialista que renovaram as perspectivas de emprego e de realização pessoal da Juventude dos Açores, criando mecanismos formativos, capazes de promover a qualificação profissional; criando sistemas de incentivos para criar mais postos de trabalho; criando mais escolas profissionais; criando mais incentivos ao Associativismo; apoiando a criação artística dos jovens açorianos, abrindo os Açores ao mundo.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Destacamos e relembramos aos menos atentos, algumas acções que dizem, exclusivamente, respeito à Juventude Açoriana: a conclusão próxima das obras da pousada de juventude do Pico, a aquisição de um edifício no centro histórico de Vila do Porto, em Santa Maria, para construção da pousada de juventude local; a promoção da criação jovem, depois do sucesso obtido na 1ª fase do concurso Labjovem, ao qual concorreram cerca de 104 jovens criadores, num total de 129 projectos; a mobilidade juvenil, tão importante para o desenvolvimento da identidade açoriana; o programa de incentivo ao associativismo, imprescindível para continuar a apoiar as mais de 40 associações juvenis e de estudantes, espalhadas por quase todas as escolas açorianas; o apoio à Ocupação de Tempos Livres, programa que se assume cada vez mais como um verdadeiro programa de educação não formal, ao qual aderiram no ano de 2007 mais de 4000 jovens, divididos por cerca de 1900 projectos, em áreas tão diversas como Ambiente, Ciência em férias, Ocupação em Férias, Jovens Solidários e Jovens Estudantes; a Rede Regional de Informação Juvenil, criada em 1998, que agrupa mais de duas dezenas de Centros e Postos de Informação Juvenil, espalhados pelas ilhas dos Açores; a promoção de estilos de vida saudáveis e Prevenção das Toxicodependências, que promoveu no Verão de 2007, o projecto “Verão em Movimento”, que percorreu durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro várias zonas balneares das ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico e Faial e que envolveu mais de 3000 jovens; que apoia a realização do Programa de Informação e apoio à Prevenção Primária da Casa do Povo de Santa Bárbara, ilha

Terceira, cujo calendário tem agendado, para além da actividade já realizada em Setembro passado, outras quatro para o ano de 2008. Estas são acções directamente relacionadas com o programa Juventude. Mas, há ainda outras, como as que se encontram nos programas de Ambiente, Educação, Saúde, Habitação, Qualificação Profissional, Emprego, Cultura, Economia, Desporto e Agricultura, que se destinam também aos homens e às mulheres de amanhã. Aos Açores do futuro.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No momento em que discutimos o plano e orçamento para 2008, aprez-nos dizer que é com satisfação do dever cumprido que assistimos ao engrossar das fileiras dos jovens políticos que se preocupam com questões que são, no nosso entendimento, centrais para o desenvolvimento da região. Nos últimos tempos uma organização política de juventude, que não a Juventude Socialista, parece ter acordado para um novo problema e em virtude disso convenceu-se que é proprietária de uma nova temática: o combate à desertificação. A ansiedade impediu-os de perceber que há muito que esta questão é discutida neste e noutros *fora* políticos regionais, muito em virtude da atenção que a Juventude Socialista lhe tem destinado. É óbvio que ainda lhes falta a capacidade de propositura que é em bom rigor o que separa os responsáveis e consequentes dos demagogos e inconsequentes. Porém, desculpados, que estão, os exageros no registo apressado da patente política, convém lembrar que uma abordagem ampla do problema passa por, não só sensibilizar os poderes políticos como a comunidade regional para a necessidade de se implementarem medidas capazes de contribuir no médio/longo prazo para o atenuar de um problema que se faz sentir nos Açores assim como no interior do país. Temos vindo a defender a aposta em três pilares fundamentais: Qualificação dos recursos humanos, Empreendedorismo e Reabilitação urbana. Como consequência do desenvolvimento destes pilares atingiremos com toda a certeza uma mais rápida emancipação jovem que é, no nosso entender, uma das principais razões para a ansiedade sentida por jovens e famílias que muitas vezes conduz ao abandono precoce da sua área de residência.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É desde há muito pouco tempo, que a grande maioria dos jovens açorianos, deixou de ter que abandonar as suas ilhas de origem, aos 14 ou 15 anos, para tirarem o 10º, 11º e 12º anos. Estamos certos de que será com os Governos do Partido Socialista que cada vez mais jovens encontrarão uma saída profissional suficientemente aliciante para desenvolverem projectos de vida na sua área de residência promovendo a prosperidade da região através da modernização económica e da tão necessária revitalização do tecido produtivo. Uma faixa etária jovem bem formada, consciente do panorama que a rodeia e disposta a contribuir, da melhor forma, para o bem comum constitui um vector fundamental para o crescimento sustentado de qualquer comunidade.

Para nós, não restam dúvidas de que os Jovens Açorianos são rebeldes e irreverentes, justos, honestos, atentos e livres. Participativos e críticos. Não obstante estas características, que lhes são comuns, temos consciência de que há muitos jovens açorianos que necessitam da nossa atenção e cuidados redobrados. Porém, a nós não nos faltará a força para enfrentar os desafios, que o futuro nos apresentar. Estamos, como sempre estivemos, empenhados e alerta na defesa de sempre mais Açores, porque, acima de tudo acreditamos que, como escreveu Vitorino Nemésio: “ o livre ilhéu mesmo morto, não cora se espernear”.

Disse!....

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para debate, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se há paraíso na terra, esse lugar é, certamente, os Açores, em que sobressai S. Miguel, onde a harmonia da paisagem e a exuberância das suas manifestações

vulcânicas, fazem desta ilha, um dos mais belos recantos desta Região. Isso mesmo foi confirmado, numa recente publicação da National Geographic Magazine,...

Deputado Osório Silva (PS): Não entre por aí, Sr. Deputado!

O Orador: ... que classificou o arquipélago como as segundas mais belas ilhas do Planeta.

S. Miguel é a maior ilha, tem massa crítica, representa mais de 54% da população da Região e continua a crescer.

É a maior economia. O volume de vendas em S. Miguel corresponde a mais de 70% do total da Região. No emprego tem uma taxa de actividade superior à média regional.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, apesar de tantos milhões já investidos em São Miguel, e pelos vistos estão previstos, para 2008, 188,7 milhões de euros, e com tantos requisitos potenciadores de progresso, porque razão se verificam tantos problemas na maior ilha dos Açores?

Como admitiu o Sr. Presidente do Governo, nem tudo correu bem nos Açores.

Comecemos pela educação:

Os açorianos detêm, em média, menos um ano de escolaridade do que o conjunto nacional e relativamente a S. Miguel, é nos concelhos desta ilha em que as taxas de analfabetismo se revelam com os níveis médios superiores, no contexto nacional, o que é preocupante. Até no ranking de avaliação das escolas, aquelas mais afastadas de Ponta Delgada estão muito mal posicionadas. É preciso fazer mais nesta matéria.

Um dos sintomas do definhamento das pequenas comunidades rurais é o encerramento de escolas. O cenário da periferia, nos Concelhos de Povoação e Nordeste, constata-se pela desertificação, com a perda de população e o conseqüente envelhecimento das pessoas. No Nordeste o índice de envelhecimento é de 94%, enquanto que na Povoação é de 70%, sendo a média dos Açores de 63,4%.

Em S. Miguel, reclamam-se mais creches, jardins-de-infância e lares de idosos, que não abundam naquela ilha e mesmo assim, em 2005, não se executou 51% das verbas para equipamentos de apoio aos idosos. É preciso dar respostas claras e permanentes para estas pretensões.

Nos Açores, os índices de pobreza, segundo o rendimento, são muito elevados. Em Junho de 2007, o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção era de 17.696. Infelizmente, só em S. Miguel existem 11.128 beneficiários e é lá onde se podem encontrar as maiores e mais complexas bolsas de pobreza dos Açores. Uma chaga social a que não podemos fechar os olhos.

É verdade que hoje em dia existem muitos recursos financeiros, disponibilizados pela Região a diversas instituições de solidariedade social, para fazerem face a este problema, mas também é verdade que há ainda muitas dificuldades para debelar o estigma e a própria pobreza, apesar da realidade de hoje ser melhor e muito diferente de há trinta ou quarenta anos atrás.

A ilha de S. Miguel desenvolve-se a duas velocidades. Vejamos:

Em 2001, os Concelhos de P. Delgada, Ribeira Grande e Lagoa cresceram em 6.390 habitantes, passando P. Delgada a ter 50% da população da ilha, enquanto que a Povoação e o Nordeste viram diminuir em 796 os seus habitantes, num processo de desertificação também na maior ilha dos Açores. Vila Franca vai tentando sobreviver. Constatase, assim que a população está a concentrar-se no triângulo Ponta Delgada-Ribeira Grande-Lagoa, onde também a actividade económica é intensa, estão localizadas as maiores empresas dos Açores e onde se registam os maiores investimentos regionais.

Por outro lado, o poder de compra dos cidadãos varia e em muito entre os municípios de S. Miguel. A disparidade é enorme entre P. Delgada e o Nordeste, pois o poder de compra daquele distante Concelho representa somente 44.3% do poder de compra de Ponta Delgada.

É preciso ter a capacidade para olhar para os Concelhos mais pequenos e aproveitar as grandes potencialidades do seu mosaico paisagístico, gastronómico e cultural, como forma de promover uma maior atractividade daqueles Concelhos mais afastados do centro populacional da ilha, criando-se condições para ali se continuar a viver e trabalhar, num processo de fixação das suas populações.

O desenvolvimento económico desses Concelhos é ainda de todo importante para se evitar a sobre concentração nos grandes centros urbanos, com todos os problemas daí advenientes e para manter a estabilidade social.

Senhor Presidente;

O ambiente há muito que deixou de ser apenas uma moda. É um caso de sustentabilidade do desenvolvimento económico e social. É preciso que cada cidadão se consciencialize do seu papel na preservação do meio ambiente. Paradoxalmente, em 2005, o Governo só executou 42% das verbas previstas para a qualidade ambiental.

É desolador avistar, designadamente a Lagoa das Furnas ou das Sete Cidades, onde o verde das águas, resultante da eutrofização, nos traz à memória aqueles movimentos muito activos que lutaram pela sua salvaguarda. Onde estão os resultados concretos que os micaelenses querem ouvir, relativamente à salvação destas belezas naturais? E quais os impactos ambientais do caminho entre o Faial da Terra e a Água Retorta?

É preciso investir-se de forma determinante nesta área crucial, não apenas nas palavras, mas também nas acções concretas.

No que diz respeito à segurança, e de acordo com os dados do Relatório Anual de Segurança Interna de 2005, houve 10.437 crimes nos Açores, significando um aumento de 384 crimes, relativamente a 2004. Somos a quarta pior Região de Portugal, com um índice de 43,2 crimes por 1.000 habitantes, em que 60% desses crimes ocorreram em S. Miguel.

Trata-se de um indicador preocupante para as populações, que deve fazer reflectir o Governo Regional e as forças de segurança.

No entanto, deparamo-nos com o facto das polícias viverem com uma clamorosa falta de meios humanos e materiais. O Estado não pode demitir-se das suas funções intrínsecas, como é o da segurança, destinando os recursos para outros fins.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é a nossa reflexão crítica, mas também tem em vista ser construtiva para este debate, pois, São Miguel, o principal motor do desenvolvimento açoriano, não poderá continuar a desenvolver-se a 2 velocidades, nem continuar a conformar-se com a actual situação. A coesão social e económica de toda a Ilha deve constituir um objectivo político prioritário, onde se incluam os mais carenciados e os mais distantes dos centros urbanos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Está inscrito para esclarecimentos o Sr. Deputado José San-Bento a quem dou a palavra.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Pedro Costa: O seu drama, hoje aqui mais uma vez confirmado, é que toda a Região sabe aquilo que o senhor diz mal, mas ninguém na Região sabe aquilo que o Sr. Deputado ou o seu partido dizem de bem. Esse é o drama fatal para o maior partido da oposição, conforme já foi várias vezes aqui referido, no decorrer deste debate.

Deixe-me fazer uma referência com toda a franqueza, Sr. Deputado:

Fizeram um convite envenenado para o senhor ir àquela tribuna fazer aquela intervenção.

O Sr. Deputado foi, durante longos anos, um destacadíssimo autarca desta Região.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Estamos na Assembleia Regional!

O Orador: Foi um importante responsável político desta Região e foi Presidente de Câmara de um concelho com vários problemas, com enormes desafios, conforme o senhor muito bem referiu.

Mas deixe-me dizer-lhe com a máxima franqueza que o senhor deixou uma obra caótica...

Deputado António Pedro Costa (PSD): Na sua perspectiva!

O Orador: ... e com a obra que desenvolveu na Ribeira Grande não deixou nenhum exemplo de combate ao desenvolvimento local, de luta contra a desertificação, de criação de novos pólos de desenvolvimento que lhe permita vir aqui dar lições a quem quer que seja.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso agora é um ataque pessoal!

O Orador: Eu atrevo-me a dizer que o senhor deveria ter sido o último deputado do PSD a subir àquela tribuna e a falar neste tema.

Sr. Deputado, a sua intervenção é de uma hipocrisia e de uma contradição total.

O senhor começa por referir que um organismo internacional da maior reputação classifica os Açores, mais precisamente a Ilha de São Miguel, como um dos paraísos na terra. Como o senhor tem a obrigação de saber, não há paraísos na terra no Séc. XXI apenas pela sua paisagem. Há paraísos na terra porque há quem governa essas regiões, quem faça infra-estruturas, consiga dotar esta Região de desenvolvimento, de massa crítica, de confiança e de esperança para se investir e para se ter o nível de desenvolvimento e a atractividade turística, designadamente no caso que referiu, que permite registar os Açores como efectivamente são, um paraíso na terra e para o qual o Governo do PS e este Grupo Parlamentar muito contribuíram.

Por isso, Sr. Deputado, eu termino devolvendo à precedência todas as suas críticas e fazendo um apelo para que o senhor medite e reflecta muito bem aquilo que veio aqui dizer a esta tribuna.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não venho aqui para receber lições...

Deputado José San-Bento (PS): Ah, vem, vem! Era o que faltava!

O Orador: ... nem tão pouco do senhor.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Essas lições de hipocrisia eu devolvo. Eu não estava à espera de uma retirada dessas, mas também não estariam aqui à espera que eu viesse aqui tecer loas ao Plano do Governo.

Vim aqui constatar uma realidade...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor foi enganado!

O Orador: ... que não saiu da minha cabeça, uma realidade que é tirada dos documentos do Governo, daquilo que nos dizem.

É verdade ou não que há insegurança? Que cada vez mais há roubos, furtos e crimes em São Miguel?

A insegurança permanece e os cidadãos estão preocupados com isso.

No entanto, na polícia há cada vez menos meios materiais e humanos. Foi isso que eu vim aqui dizer.

Em termos de ambiente, é ou não verdade que as nossas lagoas estão a tornar-se pântanos e tardam em chegar os resultados que os micaelenses querem ouvir para salvar aquelas nossas belezas naturais?

É ou não verdade também que as maiores bolsas de pobreza são em São Miguel?

O que eu fiz aqui foi transcrever aquilo que dizem os documentos oficiais do Governo.

Deputado José San-Bento (PS): Foi o que o senhor deixou em Rabo de Peixe!

O Orador: Não estou aqui numa Assembleia Municipal. Estou na Assembleia Legislativa.

Os senhores não têm culpa de ter uns “óculos cor-de-rosa”, que não os deixa ver mais nada e não consigam ver a obra que foi feita em 12 anos.

Estou muito orgulhoso disse e muita gente está orgulhosa comigo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No início desta Legislatura, por altura da apresentação do seu programa, o Governo Regional dos Açores definiu as linhas de orientação da política desportiva e o respectivo financiamento público, tendo em conta, por um lado, a experiência acumulada desde a conquista da autonomia e, por outro lado, dar um novo mote para a estratégia destes quatro anos.

Isso foi conseguido. Foram tomadas medidas legislativas, inverteram-se tendências incompatíveis com o desenvolvimento harmonioso, criaram-se programas para chegar a actividade física e o desporto a mais Açorianos, apostou-se no desporto escolar e nas escolinhas.

É certo que por vezes existem alterações impostas pela dinâmica dos processos evolutivos, mas no essencial o programa será cumprido, tal como o previsto.

O Plano de Actividades de 2008 a desenvolver pela tutela desta área terá com eixos principais:

- Promover e dinamizar a prática de actividades físicas e desportivas da população;
- Continuar a melhorar a oferta de condições de prática da actividade desportiva dos açorianos, através de apoios à construção e requalificação de infra-estruturas desportivas;
- Prosseguir uma política integrada de desenvolvimento desportivo;
- Cooperar com o movimento associativo, autarquias e escolas;
- Consolidar ainda mais a posição do desporto regional no âmbito do desporto nacional;
- Promover e valorizar os recursos humanos ligados ao desporto e actividade física.

O objectivo Desenvolvimento Desportivo, do Plano Regional para 2008, irá dispor de 16.165.000 € (dezasseis milhões cento sessenta cinco mil euros), mais 30,47% do que o previsto para 2007, distribuídos pelos diversos programas: 41% para Instalações e Equipamentos, 37% para Actividades Desportivas, 21% para Promoção e Formação e cerca de 1% para Intervenção Específica em Rabo de Peixe, na área do desporto.

Das verbas destinadas ao programa Instalações e Equipamentos, destacamos a dotação para a conclusão da piscina do Complexo Desportivo Vitorino Nemésio, requalificação do Estádio João Paulo II, a cobertura parcial da bancada do Estádio S. Miguel, para o Estádio Mário Lino, que permitirá efectuar o lançamento desta obra e a requalificação do Complexo Desportivo do Lajedo, estas duas últimas já com compromissos financeiros assumidos no Plano de 2007. Neste programa estão previstos ainda apoios à construção e beneficiação das sedes de clubes e associações, requalificação de polidesportivos e apoios à aquisição de viaturas.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se é certo que as infra-estruturas representam o início da linha do desenvolvimento desportivo, os mecanismos de apoio à actividade, a promoção e a formação são aquelas áreas que, de facto, contribuem para uma maior visibilidade do desporto Açoriano. Para esse fim está prevista uma dotação de 9,3 milhões de euros, que representa um crescimento de 6,7% relativamente ao ano anterior.

O investimento feito nos escalões de formação ao longo dos anos tem vindo a crescer consideravelmente, acompanhando o número de praticantes desportivos. Se na época 1995/96 existiam 130 clubes, com 7.500 atletas nos escalões de formação, cujos contratos programa atingiam um valor de cerca de 388 mil euros, na época 2006/2007 foram apoiados 178 clubes, com cerca de 15.000 atletas e celebrados contratos programa cujo valor ascendeu a mais de 1,4 milhões de euros. Em 1995/96 estavam integrados no programa percurso de alta competição 12 atletas e 16 no de jovens talentos regionais, enquanto em 2007, registam-se 9 no primeiro e 34 no segundo.

Em 2006 estavam federados 20.020 atletas, mais 6,2% do que em 2005, o que tendo em conta a população dos Açores representa uma taxa de federados de 8,3%, ligeiramente superior ao ano anterior. Os atletas com menos de 18 anos representam 74,5% do total de atletas federados, confirmando assim o sucesso das políticas desportivas.

A relevante aplicação de fundos feita nestas áreas tem produzido progressos significativos e, para confirmar isso, basta ver o número de equipas que tem participação nas provas nacionais de regularidade anual no desporto federado. Na corrente época temos 46 equipas com esse estatuto, sendo 3 nas competições profissionais, 11 no nível superior, 4 no nível intermédio e 28 no nível inferior. Curiosamente duas são da Graciosa.

Com a nova regulamentação que resulta da aplicação do Decreto Legislativo Regional 14/2005/A, é curioso verificar que os clubes têm recorrido menos à contratação de atletas não formados na Região. Na época que recentemente começou, regista-se que 51,63% dos atletas que participam nas provas nacionais de regularidade anual são formados nos Açores, enquanto na época passada essa

percentagem era de 50,22%. Embora parecendo insignificante, este dado pode traduzir uma alteração de procedimentos, por parte dos clubes, que todos desejamos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As escolas profissionais já não são o parente pobre do sistema de ensino, antes pelo contrário, constituem uma resposta moderna e multifacetada que vai ao encontro das necessidades dos alunos e que é constantemente ajustada às reais necessidades do mercado. Aliás, esse é agora o principal desafio, como o é também para o ensino superior. Essa capacidade de articulação e da procura de novos cursos, como já acontece através das diversas consultas ao mercado, ditará o sucesso desta forma de ensino.

Na Região Autónoma dos Açores temos mais de 7.000 alunos que optaram por esta via de ensino, para adquirirem novas competências que lhes poderão garantir um futuro, distribuídos por 18 escolas profissionais e ainda 32 escolas do ensino regular que executam acções de formação profissional. As escolas profissionais promovem também acções de formação para adultos activos e desempregados.

O sucesso desta política está directamente ligado às boas taxas de empregabilidade dos jovens que saem dos cursos de nível III, à oferta de cursos em áreas tradicionalmente deficitárias e ao desenvolvimento de novas actividades económicas.

O número de alunos tenderá a estabilizar pelo esgotamento do público-alvo.

Sabe-se que há por aí quem queira a toda a força juntar estes jovens ao número de desempregados. Então estes estudantes não são como os outros do ensino regular? Não estão a completar a sua formação para integrarem com maior ou menor sucesso o mercado de trabalho que é cada vez mais competitivo e exigente, como acontece com qualquer aluno do ensino regular?

Esta é a maior prova que o número de desempregados na nossa Região é diminuto e isto incomoda algumas mentes verdadeiramente obcecadas pelos resultados eleitorais futuros.

Mais, é sobretudo uma discriminação para com os jovens que tudo fazem para também darem um contributo para o desenvolvimento dos Açores, que a pura e dura luta política não justifica por si só.

Em onze anos dos Governos do Partido Socialista foram alcançadas vitórias consideráveis: temos mais 20.600 empregados, o número de mulheres empregadas passou de 29.000 para 48.000, a taxa de desemprego caiu de 7,9% para os 3,9% recentemente divulgados, agora temos mais 3.162 estabelecimentos e mais 1.750 empresas do que as registadas em 1996.

O programa Pró-Emprego, que vigorará no período 2007-2013 e que foi recentemente aprovado, terá como principais prioridades reforçar a formação de activos, prosseguir a qualificação inicial dos jovens, aumentar as taxas de actividade e de participação feminina e valorizar novas capacidades de empreendimento e iniciativa.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje temos mais e melhor desporto, temos atletas mais qualificados, mais e melhores instalações desportivas. Também hoje na Região temos mais activos e com mais formação, mais e melhores empresas e estabelecimentos, temos menos desemprego e mais e melhor emprego. E temos, sobretudo, confiança no futuro desta terra.

Tudo isto feito por pessoas e para as pessoas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para esclarecimentos, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído no lugar de Secretário da Mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Mais de 23,5% é o valor do crescimento do Plano de investimentos da SRHE em 2008, em relação ao ano transacto, seguindo uma estratégia clara de reforço na

coesão social, económica e territorial associadas às principais áreas de competências e atribuições deste departamento do Governo açoriano: obras públicas, transportes terrestres e comunicações, habitação e protecção civil.

Em 1996 só 14% da rede viária regional tinha condições mínimas de transitabilidade, apresentando-se portanto, no geral, com pavimentos muito antigos, degradados, mal sinalizados, prejudicando as acessibilidades de pessoas e mercadorias, e constituindo igualmente factor gerador de acidentes como se verificava com os altos índices de sinistralidade. Foram razões mais que suficientes para a partir de 1997 se ter iniciado uma grande reforma viária em todas as ilhas que no final desta legislatura permitirá ter 84% da rede de estradas regionais em boas condições. As boas acessibilidades terrestres na vigência dos governos presididos por Carlos César têm deste modo um sentido estruturante para as pessoas, diminuindo distâncias físicas e até psíquicas e para a economia, ou se quisermos, sempre mais segurança, modernidade e desenvolvimento antecipados.

Se, por um lado, estamos convictos de que uma boa rede de infra-estruturas rodoviárias assume um papel chave na acessibilidade e mobilidade intra-regional, sendo impulsionadora da competitividade da economia regional e da coesão e integração territorial das nossas ilhas, por outro, pensamos que o Quadro de Referência Estratégico dos Açores para o período 2007-2013, deve ser operacionalizado, não só com base na expansão e requalificação da rede viária, mas como uma nova aposta na manutenção das estradas, entretanto construídas e reabilitadas, para que não tenhamos de novo, a médio prazo, os problemas com que nos deparámos em 1997: estradas obsoletas, em mau estado, inadequadas ao tráfego existente e sem sentido de futuro constituindo mesmo factor de insegurança e causa, como dissemos, de sinistralidade rodoviária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo

No domínio dos transportes terrestres para além do sistema rodoviário regional, ajustado ao potencial de crescimento do tráfego de cada ilha e à referida modernização da rede viária regional, sustentada em elevados padrões de qualidade e de segurança, conferimos acrescida importância ao sistema de transportes públicos,

assente no transporte colectivo regular de passageiros e no transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros com condutor (táxis), enquanto meios privilegiados de garantia de acessibilidade e mobilidade interna da população; doutro modo, incrementámos a prevenção e a segurança rodoviária, tendo como objectivo central a redução dos acidentes viários e os efeitos perversos que lhe estão associados.

Mais concretamente, no domínio dos transportes públicos, a partir de 2008 destacamos o sistema de acções de reciclagem e actualização dos condutores, que promoverão a melhoria de aptidões e dos comportamentos e actualização de conhecimentos em matéria de legislação rodoviária vigente, o estabelecimento de condições e meios técnicos necessários à realização de exames psicológicos a condutores e a candidatos a condutor e a melhoria do sistema regional de inspecções técnicas de transporte colectivo terrestre regular de passageiros, composto por oito subsistemas — um por ilha, à excepção da ilha do Corvo — independentes entre si, que requerem cuidada atenção face às limitações do mercado induzidas pela descontinuidade e situação ultraperiférica do território regional.

De qualquer modo, já é significativa a nossa aposta no transporte colectivo de passageiros com incentivos da Região no montante de 10,4 milhões de euros à renovação da frota de autocarros que atinge este ano os 52% (ou seja, no final de 2007 teremos mais 152 novos autocarros do que em 2001), que servem melhor os clientes deste tipo de transporte, para além de novas medidas, de permeio tomadas, relativas aos apoios que estamos a darão alargamento do transporte colectivo aos fins-de-semana que já vigora em S. Miguel, Terceira, Faial, Pico e Graciosa e, ao transporte nocturno em S. Miguel o que permitiu a muitos trabalhadores com horário nocturno usufruírem deste serviços.

Foi por tudo isto que em 2006 foram adquiridos às empresas mais de 26 milhões de bilhetes de autocarro.

A partir do próximo ano urge que nos concentremos no incentivo ao alargamento destes serviços a outras ilhas consoante a procura detectada pelos operadores e continuar a apoiar a renovação da frota de autocarros até à vigência do SIRIARTE no ano 2010, com o propósito de se atingir mais de 93% de renovação da frota dos

transportes públicos, condição crucial nos resultados relacionados com a redução do impacto ambiental ao nível da poluição sonora e da emissão de gases. Nos próximos anos são ainda necessárias outras reformas que passam pela criação de uma estrutura técnica de acompanhamento e estudo dos indicadores da sinistralidade rodoviária na Região, com especial destaque para o acompanhamento e execução do Plano Regional de Segurança Rodoviária, pela aplicação de novas técnicas de formação e avaliação de candidatos a condutores, que privilegiem a interiorização dos conteúdos, aptidões e comportamentos mais adequados, segundo os princípios da condução defensiva em prol da segurança rodoviária.

No âmbito desta política de reformulação do serviço público de transporte regular de passageiros, é importante que as empresas progridam na racionalização das explorações, na melhoria dos serviços prestados e na modernização do transporte e redução dos impactos ambientais, pelo que temos que promover estudos e sistemas alternativos de transportes visando a diminuição da emissão de gases com efeito de estufa (GEE).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A reestruturação do sistema de transportes público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros com condutor (táxis) e adequação do sector às regras de mercado, em termos de oferta e procura, também não foi esquecida, constituindo, aliás, um desafio permanente. Neste âmbito, a formação profissional assumiu uma prioridade especial tendo em vista a elevação dos níveis de qualificação dos profissionais do sector e da qualidade do serviço, realizando-se 14 acções de formação inicial e 31 acções de formação de actualização e aperfeiçoamento.

A formação dos profissionais dos transportes terrestres continuará a ser incrementada nos próximos anos, na medida em que as recentes orientações europeias nesta matéria apontam para a necessidade de atribuição de Certificados de Aptidão Profissional (CAP) a diversos profissionais de actividades licenciadas, nomeadamente o transporte de mercadorias por contra de outrem e mercadorias perigosas, o transporte colectivo regular de passageiros e o transporte colectivo de crianças e táxis.

Vamos avançar sempre mais neste domínio procedendo a nova reforma da formação profissional visando o aumento dos níveis de qualificação dos profissionais desta área de actividade, desenvolvendo e adoptando medidas conducentes à credenciação de entidades formadoras no domínio dos transportes terrestres, e implementar tacógrafos digitais, como meio de garantir maior controlo sobre tempos de serviço e de repouso dos condutores profissionais. Haverá ainda que proceder à reformulação, modernização e adaptação de alguns regimes de licenciamentos face à necessidade de acompanhar as evoluções de mercado e a melhoria das infra-estruturas rodoviárias.

Foram, também, dados passos importantes na melhoria da formação dos condutores, destacando-se a implementação em todas as ilhas do Sistema Multimédia de Exames de Condução, a formação, através da Prevenção Rodoviária Açoriana, de candidatos à licença especial de condução de ciclomotores com idade compreendida entre os 14 e os 16 anos, e o reforço das acções de fiscalização às escolas de condução. A inspecção periódica de veículos afigura-se igualmente importante para a segurança da circulação rodoviária, razão pela qual foi necessário desenvolver e consagrar, pela via legislativa, regulamentar e administrativa, um conjunto de soluções de âmbito regional de modo a que as inspecções se processassem com a melhor regularidade possível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em suma, têm sido as profundas transformações no sistema dos transportes terrestres, a melhoria dos pavimentos e da sinalização, as campanhas de sensibilização, a maior fiscalização e renovação do parque automóvel (o 2º mais recente do País, no ano 2006, em nº de viaturas até aos 5 anos) que têm conduzido ao aumento da segurança das pessoas na estrada e dos condutores dos 106 mil veículos que existem na Região, o que também explica que os Açores em 2006 apresentaram o índice de gravidade de acidentes mais baixo do país (0,47% contra 0,57% na Madeira e 2,38% no Continente). É esta a verdadeira dimensão estratégica e sistémica ou holística como alguns preferem, de um sistema rodoviário que hoje está, num nível elevado, totalmente ao serviço das pessoas, muito para além da mediania traduzida na inquietação política ou no despeito pela obra feita e pela projectada para os próximos

anos.

Aliás, as mudanças neste domínio foram tão intensas que já no próximo ano teremos que voltar a reformar o Estatuto das Vias Terrestres ajustando-o a novas realidades decorrentes da concessão de obras públicas - regime que impõe criar uma unidade de gestão do sistema rodoviário regional para acompanhamento e fiscalização da actividade da concessionária -, a uma nova caracterização das vias regionais, do regime de servidões administrativas (instalação de equipamentos como postos de combustível, etc.) e de uma melhor operacionalidade da rede viária associada a um novo ordenamento espacial e de ocupação do solo, no âmbito do objectivo coesão territorial.

É este o verdadeiro entendimento das acessibilidades terrestres ao serviço dos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector das telecomunicações começa a despontar como um “espaço e um mar de afirmação” dos Açores apetecível para empresas que compreenderam a importância de se instalarem primeiro. O Governo tem-se empenhado nesta caminhada para garantir na Região novos projectos no âmbito dos sistemas de engenharia de alta tecnologia e o acompanhamento activo no projecto europeu Galileu.

Tem sido esta postura pró-activa permanente que hoje nos permite anunciar a inauguração, no início de 2008, da Estação de Rastreamento de Satélites de Santa Maria, um projecto estruturante em que sempre acreditámos, que coloca os Açores no centro do Atlântico e nas rotas do conhecimento espacial, abrindo novas oportunidades e desafios à sociedade da informação e do conhecimento, que queremos ganhar, para viabilizar o nosso futuro em termos de emprego qualificado para jovens quadros e de novas receitas para a Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 1996 havia um único diploma que regulava os apoios à habitação. Hoje o novo edifício jurídico deste sector constitui a base legal de uma Política Regional de Habitação que muito tem contribuído para aumentar a segurança e salubridade do

parque habitacional, para aliviar a taxa de esforço das famílias, para introduzir mais um factor de ruptura com a pobreza, impactos que estão associados a preocupações arquitectónicas e de enquadramento ambiental, majoração de apoios às ilhas de coesão e às pessoas portadoras de deficiência, e, neste momento a novas exigências de eficiência energética dos edifícios e até aproveitamento de fontes renováveis de energia. Tem sido uma trajectória de mudança e reformas que vão continuar neste sector ajustando sempre os recursos da Região a novos problemas emergentes das dinâmicas sócio-económicas que se reconhecem em cada momento. Hoje, temos 3 pilares essenciais no domínio da política social de habitação: (1) apoios financeiros para materiais e mão-de-obra destinados a obras de reabilitação e beneficiação em habitações degradadas, que podem atingir os 25.000 euros; (2) apoios à construção de habitação própria e à construção de custos controlados (CDH), com cedências de lotes a pessoas singulares ou de lotes ou solos a empresas, a cooperativas de habitação, a IPSS ou outras pessoas colectivas de utilidade pública administrativa para construção de CDH para venda e arrendamento a pessoas singulares, tendo-se neste regime alterado o ónus de inalienabilidade para 10 anos, ficando a Região com direito de preferência sobre os imóveis que sendo adquiridos por esta, eles terão um preço administrativo, o que evita eventuais especulações indevidas com este tipo de habitação social; para além disso, os CDH promovidos pelo Governo ou por privados tem agora apoios financeiros para os potenciais adquirentes no âmbito do 3º pilar da política de habitação; (3) apoio à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente com valores até 25 000 euros a fundo perdido e majorações de 15% nas ilhas de coesão, atendendo à tipologia adequada aos agregados familiares.

Com abstinência no gasto das palavras e maior prática de obras, erradicámos, financiámos ou estão em curso transformações totais da agudeza das velhas e “piedosas fatalidades” em problemas solucionados ou com solução, designadamente, os Bairros dos Pescadores e da Cova da Moura em Rabo de Peixe, as 1214 barracas e casas abarracadas por diversas ilhas, o Bairro Joaquim Alves na Praia da Vitória e a Requalificação do Bairro da Terra Chã.

Na verdade, desde 1997, a habitação foi considerada como um sector prioritário, não só porque detectámos a antiguidade, a vulnerabilidade do edificado e muitos casos sobrelotação nas moradias de então, mas também porque sempre reconhecemos que as condições habitacionais condignas favorecem a coesão familiar, sendo um dos factores basilares da qualificação das pessoas e da sustentação social.

Estamos a construir edifícios amigos do ambiente que procuram minimizar o impacto ambiental causado pela expansão urbana, mantendo um nível apropriado entre o construído e a florestação e, adequam a sua integração no relevo envolvente, minimizando os efeitos da humanização da paisagem. Para além disso, temos dado grande importância à gestão racional dos recursos hídricos e energéticos, designadamente, o aproveitamento das águas pluviais e das energias alternativas, eficiência energética dos edifícios e garantia de iguais oportunidades de acessibilidade dos cidadãos aos serviços e à aquisição de habitação.

Se, por um lado, temos consciência de que a construção de novas habitações deve ser encarada como uma prioridade, por outro, não é menos verdade que a recuperação das habitações devolutas existentes nos centros urbanos e rurais é determinante para fazer prevalecer a nossa identidade cultural, pois, pela reabilitação desse património reconstruímos a história de cada localidade e com ela reedificamos e renovamos a identidade açoriana.

O Governo Regional tem vindo a intervir fortemente neste domínio, quer através dos programas de apoio à recuperação de habitação degradada e de apoio à reabilitação e ampliação da habitação, quer ainda, através da aquisição e recuperação de habitações devolutas para realojamento de famílias de baixos recursos económicos. Em matéria de custos controlados, vamos privilegiar o apoio directo aos beneficiários deste programa habitacional, dando à iniciativa privada todo o processo de aquisição de terrenos e construção de habitação social, cabendo somente ao Governo apoiar os adquirentes desses investimentos privados. Isto é, também na habitação social o Governo considera que os privados, cientes das regras desta política social, devem intervir mais na promoção deste regime habitação social, uma vez que já são os grandes investidores na produção desse tipo de habitação.

Embora sabendo do muito que foi feito no apoio a mais de 14 000 famílias desde 1997, ou das mais de duas mil famílias que apoiaremos nesta legislatura, há que continuar a programar novas respostas para novos desafios da actualidade, como por exemplo os imigrantes e os jovens, sobretudo, em matéria de arrendamento, a priorizar a partir do próximo ano. Daremos também pela via do arrendamento social uma nova resposta a uma faixa da população, com rendimentos médios, que hoje tem grandes dificuldades, perante a variação das taxas de juro e do seu impacto negativo no rendimento de muitas famílias. Outrossim, o programa da habitação degradada será ainda mais abrangente, mediante ajustamentos que reforcem a inclusão de mais agregados familiares, ainda penalizados com os actuais escalões de rendimentos e outras situações particulares da nossa estrutura fundiária, como a questão da existência de dois artigos urbanos independentemente do seu valor, o que ainda constitui motivo de exclusão.

Estamos a alicerçar, deste modo, um novo paradigma que reforça a habitabilidade, tendo por base cinco princípios: **a funcionalidade** proporcionada pela autonomia de adaptação da legislação, em cada momento, sempre que se justifique, **a sustentabilidade** entendida como optimização da relação entre solo edificável, superfície útil dos fogos, eficiência energética e aproveitamento de energias renováveis, a melhoria permanente da **qualidade de vida** na habitação com melhores equipamentos, o **aproveitamento de normas europeias** que se manifestem ajustadas às nossas condições climáticas, geográficas e sociais e uma **perspectiva evolutiva** mediante flexibilidade dos projectos de arquitectura num quadro de referência global da redução das vulnerabilidades do edificado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Durante os últimos anos, o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, com as políticas e estratégias definidas pelos Governos do PS/Açores, tem contribuído para uma melhoria clara da segurança das populações no que diz respeito a situações de prevenção de catástrofes, através da intensificação da promoção de uma cultura de auto-protecção e segurança dando a conhecer os riscos e vulnerabilidades, feita pela formação e sensibilização de medidas preventivas e por

um aumento da capacidade de intervenção dos corpos de bombeiros, bem como do aumento da cooperação técnico-científica com instituições de ensino superior.

Em 1996, apesar dos bombeiros serem sistematicamente chamados sempre que ocorria algum acidente na orla marítima, não havia equipamentos nem formação específica nesta área. Hoje a Região possui 7 embarcações semi-rígidas com cerca de 7,5 m de comprimento, equipadas com reboque e viatura própria para transporte.

O número de homens com formação no socorro a náufragos ultrapassou já as quatro dezenas (40) sendo que vamos ainda alargar esta formação a um maior número de bombeiros.

Nas infra-estruturas, ou seja construção de novos quartéis, anexos, secções destacadas e grandes beneficiações o Governo investiu, nos últimos, dez anos, mais de 17 milhões de euros: construção dos quartéis de Ponta Delgada, Madalena e Ribeira Grande; conclusão dos quartéis das Lajes do Pico e de Santa Cruz das Flores; construção das secções destacadas dos Altares e das Lajes das Flores; construção dos anexos da Praia da Vitória, Velas, Santa Maria e Graciosa e grandes beneficiações nos quartéis de Vila Franca e Horta.

A partir de 2008 iniciam-se as obras de ampliação do Quartel de Angra do Heroísmo, a beneficiação do quartel da Secção Destacada da Lomba da Maia, o início da 2ª. fase do Quartel da Ribeira Grande, a beneficiação do quartel da Calheta em S. Jorge e a construção de um anexo ao Quartel de S. Roque do Pico.

Até ao final desta legislatura, TODAS as corporações de bombeiros possuirão, pelo menos, uma ambulância medicalizada.

No final de 2007, o Governo Regional terá entregue 135 viaturas aos bombeiros (o que corresponde a uma média de uma viatura por mês) que custaram mais de 7,7 milhões de euros.

Na última década o Governo Regional dos Açores investiu mais de 38 milhões de euros na segurança dos açorianos, designadamente, na formação dos bombeiros, em equipamentos (viaturas, fardamento e equipamento diverso), na rede de comunicações e em infra-estruturas básicas (novos quartéis, ampliações, secções destacadas e reparações de quartéis).

Assim, mercê de todo o investimento público na área da protecção civil, e apenas no período entre 2005 e 2007, foi possível realizar 176 cursos de formação nas áreas de emergência médica e transporte de doentes, salvamento e desencarceramento, salvamento em grande ângulo, cursos avançados de vida (PHTLS-Pre-hospitalar Trauma Life Support), desfibrilhação Automática Externa (DAE), treino de transporte de doentes com gripe aviária, busca e regaste em edifícios colapsados, combate a incêndios com hidrocarbonetos. Neste período foram ainda realizados 90 cursos *básicos* de protecção civil e primeiros socorros para juntas de freguesia, docentes e auxiliares de acção educativa, Forças Armadas, e funcionários de empresas privadas.

A partir de agora outras questões se colocam: melhorar a formação dos quadros de comando e das chefias dos corpos de bombeiros devido à legislação e às habilitações académicas; legislar os actos de desfibrilhação Automática Externa por não médicos; aumentar as parcerias com Regiões ultraperiféricas; exigir do Instituto de Meteorologia respostas qualitativas mais atempadas; incentivar os serviços municipais de protecção civil na formação dos cidadãos e treinos dos respectivos planos municipais de emergência; estar cada vez mais bem preparados para fazer face à nossa descontinuidade geográfica, ao aquecimento global versus alterações climáticas e consequências resultantes do mesmo, ao aumento da sismicidade verificada nos últimos anos, ao facto dos Açores serem uma região com propensão para catástrofes naturais, bem como nova formação perante acidentes graves tipo multivítimas (acidentes rodoviários, com navios de passageiros, queda de aeronaves, incêndios em hotéis e similares) e o seu impacto no tecido sócio-económico (turismo) e ainda acidentes com matérias perigosas e hidrocarbonetos;

Os próximos anos estarão marcados por um reforço na formação de novas valências e aperfeiçoamento profissional dos bombeiros na vertente da emergência médica, mas também do combate ao fogo, em detrimento da fase das infra-estruturas perante os grandes investimento que fizemos nesta área.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é pois um projecto político sólido e ganhador porque renova dinamismos: a confiança contra os pessimismos e derrotismos, a participação contra os passivismos, o empenhamento solidário e responsável pelo bem comum contra a injustiça social e o diálogo contra o acantonamento e a esterilidade do sectarismo.

É neste quadro referencial que se inserem os múltiplos projectos e acções do Plano de investimentos para 2008 da SRHE que representam o cumprimento dos compromissos assumidos no programa de Governo para esta legislatura e, em muitos casos a sua ultrapassagem, do que resultam novas perspectivas perante a mudança gerada neste período, tendo por base o inconformismo e a maturidade de quem quer sempre mais para as pessoas, o mesmo é dizer para o desenvolvimento dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos para debate os Srs. Deputados Jorge Macedo e Jaime Jorge.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As intervenções do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos são sempre muito aceleradas.

Acontece que, na prática, as palavras e a realidade não condizem. Senão, vejamos:

Em 10 anos a sua Secretaria Regional pavimentou (não construiu uma nova estrada, a estrada já existia) 10 km de estradas. Estou a referir-me ao troço entre o Rossio das Capelas e o Pilar da Bretanha. Faltam mais 20 km para a estrada chegar, repavimentada, aos Ginetes. A esse ritmo não sei como é que o senhor consegue falar de 1000 km de estradas intervencionadas (1 km para lá, 2 km para cá, assim, deve chegar próximo deste valor).

A este ritmo nem daqui a 20 anos a estrada está pronta. Sr. Secretário, o ano passado já lhe coloquei esta questão, voltei a colocar num requerimento, já pedi para o Sr. Secretário identificar, troço por troço, os 1000 km

que diz que intervencionou (se mete valetas, se não mete, se o risco no meio da estrada conta como quilómetro de estrada intervencionada), mas o que é certo é que até agora não tivemos resposta.

A esse ritmo não se chega lá nos próximos 20 anos.

Engraçado é verificar na sua intervenção quando refere que melhorou a sinalização. Olhe, nem de propósito, eu passei nessa estrada com o meu carro e tinha lá sentido proibido, logo a seguir, na mesma estrada, sentido obrigatório. Uns 40 metros à frente proibido circular a mais de 20 km. Em que é que ficamos?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito simples, para colocar ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

No capítulo da construção/reabilitação de estradas regionais inscreveu 410 mil euros para a asfaltagem de troços da estrada regional da Ilha do Pico.

Não seria possível Sr. Secretário enumerá-los, descrevê-los?

Nessa lista de melhoramentos está incluída a transversal à Madalena?

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A resposta é fácil.

Começando pelo fim, sem desprimor pela intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo, não é transversal. De certeza que queria dizer longitudinal. Como sabe, a transversal está feita. Aliás, a longitudinal é a única coisa que falta fazer no Pico e essa matéria já foi anunciada em vários conselhos de ilha que não faz parte dos compromissos desta Legislatura, nem do Governo, nem do partido que o suporta. Portanto, essa obra não será feita nesta Legislatura.

Quanto à verba que está inscrita no Plano para o Pico, tem a ver com obras que estão a decorrer em ramais (São João, porto das Ribeiras) e para outras situações que nós estamos a rectificar na empreitada em matéria de bermas, que aliás foi um dos pontos de discordância do Conselho de Ilha do Pico na última viagem estatutária.

Em relação ao Sr. Deputado Jorge Macedo, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Há mais para dizer!

O Orador: Há mais para dizer, porque, de facto, aquilo que nós sabemos e temos esses dados, é que nós fizemos em 12 anos cinco vezes mais nas intervenções em estradas do que o PSD em 20 anos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mostre! Já fizemos um requerimento e ainda não mostraram nada!

O Orador: Vai receber a resposta ao requerimento atempadamente.

Não fora a medição quilométrica, qualquer açoriano vê isso. Qualquer açoriano, qualquer emigrante, qualquer pessoa que chega aos Açores, em matéria de acessibilidades terrestres, vê a diferença entre o nosso e vosso tempo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Com excepção dos habitantes da Bretanha!

O Orador: Aliás, eu devo dizer aqui uma coisa:

Os senhores gostam pouco de comparações com o passado. Hoje eu não fiz nenhuma, nem tenho tido essa noção de comparação...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é verdade! Fez essa comparação em 96!

O Orador: ... porque não há nada para comparar nessa matéria.

A comparação em matéria de estradas regionais não tem nenhuma comparação para fazer. É uma comparação penalizadora.

Quando dizem isso deviam estar cientes de que se a comparação vos fosse favorável fariam logo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É essa a única observação que os senhores nunca fazem.

Os senhores não gostam de fazer comparações com o passado, porque não têm nada para comparar melhor connosco, porque senão fariam essa comparação.

Em relação à tal estrada norte da Ilha de São Miguel...

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Secretário sabe onde é que fica essa estrada?!

O Orador: ... devo dizer que essa intervenção começou por uma primeira intervenção entre as Capelas e Santo António.

Nós fomos avançando aos troços, mas por uma razão simples, Sr. Deputado. Por aquilo que o senhor provavelmente criticaria, e com razão, e muitas outras pessoas na sociedade micaelenses. É que se nós estivéssemos avançado, vinha logo atrás a Câmara Municipal, decorrido um ano ou dois, e fazia o saneamento das freguesias em termos de abastecimento de água às populações.

Nós fizemos essa obra, sempre e sempre...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Devagarinho!

O Orador: ... em consistência com a capacidade da Câmara Municipal de Ponta Delgada de introduzir a rede de saneamento básico. Se for lá ver o último troço, está exactamente nessa proporção.

Mais. Já houve mesmo estradas que tivemos que ter uma colaboração ainda mais activa com algumas autarquias para não atrasar obras, porque as críticas que são feitas normalmente a estas situações são, para que é que esta entidade foi repavimentar ou fazer uma intervenção nesta estrada se depois vem os CTT, a EDA, a Câmara Municipal voltar a destruir? Infelizmente, às vezes, esta situação ainda acontece em algumas estradas na rede viária dos Açores.

Portanto, quanto às estradas, ditas, do Norte da Ilha de São Miguel, o fecho do anel é para fazer. A empreitada está lançada e há verbas para lançar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quando é que está pronta?

O Orador: Queira também a Câmara Municipal de Ponta Delgada fazer naturalmente o saneamento básico que lhe compete e que está associado àquela via.

Não peça ao Governo para fazer uma intervenção profunda, como está prevista, para o fecho do anel, e a seguir vem outra entidade escavar o investimento que foi feito.

Nós temos feito essa intervenção em paralelismo com os investimentos proponentes da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quando é que está pronta?

O Orador: O investimento está feito.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não está feito. Faltam 20 km!

O Orador: O investimento está projectado no Plano da Região e temos todas as condições para lançar a empreitada desde que a rede de abastecimento de água daqueles troços esteja também concluída.

Essa tem sido a nossa verdadeira preocupação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os senhores não sabem!

O Orador: Nós sabemos. Sabemos que a Câmara Municipal de Ponta Delgada diz que vai fazer agora o resto do saneamento básico e que nós podemos lançar a empreitada até ao João Bom.

Depois falta o troço entre os Ginetes e o João Bom.

Desde que não haja nenhum problema, nós temos tudo preparado para lançar o concurso já amanhã. Aliás, o Governo Regional, a partir da aprovação deste Plano e Orçamento, tem 29 empreitadas para lançar até ao final do ano.

Portanto, não é com base na falta de obras...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Àquele ritmo são mais 20 anos!

O Orador: ... que o Sr. Deputado, na Ilha de São Miguel, vai ter.

Em relação aos 10 km por ano, não Sr. Deputado. Nós não fizemos 10 km por ano. Nós fizemos em 12 anos 1000 km e os senhores, em 20 anos, 200 km.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação:

Eu tinha uma questão para lhe colocar.

Embora tenha receio que o capítulo 4 não seja da sua responsabilidade, nem a dotação desta parte do Orçamento está a cargo da sua secretaria, de qualquer forma colocava-lhe uma questão, porque julgo que já perdi a melhor oportunidade de colocar a alguns dos seus colegas.

Tem a ver com uma verba de 1 milhão e 500 mil euros inscrita no Plano para a reconstrução das igrejas e estruturas pastorais.

A pergunta que queria colocar, não sei se é consigo. Não sei se há possibilidade, nesta fase de debate, ter uma resposta a esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Por parte da mesa há toda a latitude. Agora as pessoas só respondem se querem e se os titulares acharem bem.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, passamos à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

“Sempre Mais pela Terceira”

Este podia ser um dos títulos a ser escolhido como forma de caracterizar o Plano Regional Anual para 2008, no que directamente diz respeito aos investimentos a concretizar na Ilha Terceira.

O documento em apreço dá continuidade à estratégia do Governo Regional do Partido Socialista, delineada no seu IX Programa de Governo, tendo como base o reforço das condições de crescimento e desenvolvimento de modo a estimular a economia nas suas mais diversas vertentes em toda a Região Autónoma dos Açores.

No que concerne em particular à ilha Terceira, constata-se de forma clara e inequívoca, que esta ilha vive uma nova realidade no seu quotidiano económico social e cultural, fruto essencialmente de um reforço que ao longo das legislaturas tem vindo a ser desencadeado pela acção política do Governo Regional.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Congratulamo-nos por mais uma vez constatarmos que o Plano Regional Anual para 2008 dá continuidade a uma estratégia bem definida para as políticas de investimentos a implementar na Ilha Terceira. Verificando-se um claro reforço e aperfeiçoamento na acção governativa, tal facto está consagrado no Plano pelas verbas inscritas nos investimentos desagregados, que ronda os 20% o peso da Terceira, sem contabilizarmos as verbas extra Plano.

Continuamos a defender a execução dos compromissos eleitorais bem como a dar respostas rápidas e eficazes às necessidades e anseios dos cidadãos, reforçando sempre que necessário as políticas a ser implementadas nas suas mais diversas vertentes. Como sejam as políticas de transportes, os incentivos à criação do investimento privado, habitação, estradas, aeroporto, portos, educação, administração pública, agricultura, juventude/desporto, emprego, ambiente, turismo, políticas económico-sociais, entre muitas outras.

Podemos afirmar que este Plano Regional Anual apresenta medidas e objectivos que visam continuar a inovar de forma a permitir a criação de novos pilares em sectores de extrema importância para o desenvolvimento da Ilha Terceira, através da implementação e do reforço de políticas que levam à existência de uma sociedade mais activa e modernizada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Sendo de igual modo importante realçar, passados 11 anos de Governação Socialista, o estado em que se encontrava a Região, em particular a Ilha Terceira, em 1996, após 20 anos de Governos PPD/PSD. Numa breve retrospectiva verificamos que a Terceira se encontrava num estado de previsível desprezo, abandono e na mais completa ausência de políticas concertadas que permitisse impulsionar diversos vectores sócio-económicos.

Contrariamente ao que é dito por alguns típicos “Velhos do Restelo” do PPD/PSD, cada vez mais vivemos numa Região caracterizada pela existência de políticas concertadas que tem permitido implementar um novo rumo com mais progresso. Esta nova realidade é verificada por exemplo pelos inúmeros investimentos já executados, bem como pelos actuais investimentos que se encontram em execução nos mais diversos sectores da actividade económico-social, e, ao contrário do que é proferido por este “novo” PPD/PSD, estes investimentos são claramente para as pessoas uma vez que visam melhorar a sua qualidade de vida. Prova disso são uma série de investimentos que passo a caracterizar:

- Será entregue até final do ano o projecto definitivo para a construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo. No próximo ano será lançado o

concurso público e dar-se-á início à sua construção, está orçada em 10.000,00 de euros, tendo uma rubrica no plano no valor de 400.000 euros;

- Existem já diversos Postos de Atendimento ao Cidadão, nas Freguesias de Posto Santo, Vilas das Lajes, São Sebastião e Porto Judeu, prevendo-se a curto trecho a abertura de novos Postos, concretamente na Freguesia dos Altares e na Cidade de Angra do Heroísmo, possibilitando desse modo à Administração Pública Regional uma maior aproximação aos cidadãos, possibilitando uma maior agilidade e eficácia dos serviços da administração pública;

- Aerogare Civil das Lajes, esta obra encontra-se na terceira e ultima fase da sua execução, estando prevista a sua conclusão no final do primeiro trimestre de 2008, orçada em 18 milhões de euros;

- Porto da Praia da Vitória, recuperação, ampliação e reordenamento, esta obra encontra-se em fase de conclusão, estando já concluído a gare marítima de passageiros, obra orçada em 27 milhões de euros. Encontrando-se de igual modo em fase de conclusão a construção do Parque de Combustíveis da Ilha Terceira;

- Em execução, encontra-se o Plano Estratégico de Animação Turística para a Ilha Terceira, a cargo da Associação Regional do Turismo, a mesma continuará a ser apoiada pelo Governo Regional, dada a sua importância para o reforço da promoção e animação turística;

- Este mesmo Plano consagra uma verba no valor de 2.200.000 euros, para a remodelação e ampliação da Marginal e Parque Turístico e Ambiental do Paul, no Concelho da Praia da Vitória, cuja obra já se encontra em execução;

- Está previsto para o próximo ano dar continuidade aos voos charters vindos da Holanda, tendo o seu início no mês de Abril até 31 Outubro;

- Encontra-se na fase de conclusão a construção da Escola de São Carlos, estando a funcionar em pleno no próximo ano lectivo, orçada em 29 milhões de euros;

- Continuar a apoiar a construção do novo Campus da Universidade dos Açores na Ilha Terceira, estando a decorrer a segunda fase;

- No que se refere à Piscina da Escola Vitorino Nemésio, obra em execução, orçada em 3 milhões de euros, estando prevista a sua conclusão no primeiro trimestre do próximo ano;

- No que concerne à Escola Francisco Drumond, já existe projecto, e terá o seu início no próximo ano, sendo contemplado com uma dotação financeira de 2.500.000 de euros, em relação à Escola do Ramo Grande, está-se a prosseguir com o seu processo de construção;
- Encontra-se em fase de execução a construção das novas instalações do Centro Ocupacional da Associação Cristã da Mocidade, num financiamento total de 4 milhões de euros, estando ainda previsto para o próximo ano o financiamento à remodelação da Creche e jardim de infância da Casa do Povo da Terra-Chã, bem como o apoio à construção de uma nova creche na Praia da Vitória e do centro comunitário em Santa Rita, na freguesia de Santa Cruz, com uma dotação de 225.000 euros. Por último apoiar num financiamento de 50.000 euros, na instalação do serviço de apoio domiciliário na Freguesia da Vila Nova;
- Apoio na ampliação do Lar D. Pedro V, no valor de 200.000 mil euros;
- Estando já a decorrer o processo de aquisição dos terrenos para a construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo, existindo grande probabilidade de lançar ainda este ano o concurso público para a concepção construção da nova unidade hospitalar, obra de importância fulcral para a qualidade de vida da população do Grupo Central, prevendo-se o seu início no próximo ano;
- Encontra-se em execução a reconstrução e adaptação do Claustro Sul do Recolhimento de São Gonçalo, orçado em mais de 3 milhões de euros;
- Será construído no próximo ano um cais pórtico para a instalação de um *travel lift* no porto de pescas da Praia da Vitória, orçado em 250.000 euros;
- Está a decorrer em bom ritmo a requalificação e ampliação do porto de São Mateus, bem como a construção de casas de aprestos, obra com um custo de 7.500.000 euros;
- Tendo já decorrido o concurso público para a remodelação e requalificação do Porto da Vila Nova, sendo em breve concessionada esta obra no valor de 500.000 euros.
- Está previsto para o corrente ano o lançamento do concurso para obras de beneficiação do Porto de São Fernando, na freguesia do Porto Martins, obra orçada em 700.000 euros.

- Encontrando-se em execução as obras de requalificação e recuperação do porto na freguesia do Porto Judeu, num valor de 150.000 euros, estando prevista a sua conclusão no próximo ano;
- Requalificação da orla costeira da Baía da Cova na Freguesia do Porto Martins, bem como elaborar no próximo ano um projecto que visa uma intervenção de protecção da orla costeira na Ponta Negra. Será executado no próximo ano uma intervenção de protecção na orla costeira na Freguesia do Porto Judeu e na Freguesia de São Mateus, esta última será intervencionada desde o Terreiro até a Igreja Velha;
- Terá início este ano o arranque das obras na Delegação do Ambiente na Ilha Terceira, de modo a instalar naquelas instalações uma ECOTECA, orçado em cerca de 350 mil euros;
- No próximo ano terá início a obra de requalificação da Ribeira na Freguesia da Ribeirinha, orçado em 1.500,00 euros;
- No que a habitação diz respeito, encontra-se em bom ritmo a construção de habitações a custos controlados e auto construção na Freguesia dos Biscoitos, encontrando-se já concluído as obras das infra-estruturas na Freguesia de São Brás, sendo lançado no próximo ano o concurso para a construção de habitações a custos controlados. Terá início muito em breve a obra de requalificação do Bairro de Nossa Senhora de Fátima, na Freguesia de Santa Cruz, tendo sido já adjudicado o projecto que visa a requalificação do Bairro Social na freguesia da Terra-Chã, sendo lançado o concurso público no próximo ano;
- No que concerne à requalificação e ampliação do novo Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo, o mesmo ocorrerá no próximo ano, tendo uma dotação financeira no plano no valor de 500.000 euros;
- É constatável por todos os terceirenses os avultados investimentos que o Governo Regional tem vindo a executar ao longo desta legislatura, estando actualmente a decorrer as obras de requalificação da Via Vitorino Nemésio e Estrada 25 de Abril. Estando previsto executar as seguintes intervenções no próximo ano: construção de passeios no caminho do Meio em São Carlos, asfaltagem da Ladeira da Quinta na Freguesia do Porto Judeu, intervenção no pavimento da circular de Angra do Heroísmo, requalificação da Estrada Angra/Pico Gordo, incluindo o ramal dos

Biscoitos, bem como dar início à construção da variante em São Carlos, totalizando estas obras um orçamento superior a 18 milhões de euros;

- Em relação aos caminhos agrícolas está previsto no próximo ano as seguintes intervenções: Ribeira das Nove – Cinco Ribeiras; Dois Móis/Esteves; Cidral no Paul; Lagoa Pico das Duas em Santa Barbara; Caminho Florestal na Serra de Santa Barbara; Caminho Florestal das Doze Ribeiras; Caminho Florestal das Quatro Ribeiras;

- Em relação ao abastecimento de água à lavoura será lançado um concurso público para a estação de abastecimento de água no perímetro Altares /Raminho, num valor de 400.000 euros;

- Está previsto lançar a concurso público para a construção da 1º e 2º fase do Parque de Exposições da Ilha Terceira, no primeiro trimestre do próximo ano. Contendo uma rubrica no valor de 3.000.000 euros;

- No próximo ano será lançado o concurso público para a construção do Laboratório Veterinário na Ilha Terceira, bem como dar início à sua execução;

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Antes de terminar não poderia deixar de enumerar os números referentes ao tecido empresarial desta ilha. A Ilha Terceira tinha, em 1996, 979 empresas, hoje possui mais de 1.350, o que representa um crescimento de 38%. Em 1996 estavam ao serviço das nossas empresas 5.950 trabalhadores, hoje temos mais de 8.640, o que equivale a um crescimento de 45%.

Aproveito por isso para questionar os Srs. Deputados do PPD/PSD:

- Se consideram que estes números são ou não são investimento nas pessoas?

- E indiquem quais as obras os senhores retirariam do plano?

Podemos concluir que o plano em discussão demonstra que os terceirenses não vivem de promessas, mas sim de certezas. Tal realidade deve-se ao trabalho que o Governo Regional dos Açores tem vindo a desenvolver na sua acção governativa, levando ao reforço do nosso desenvolvimento económico-social, mediante a implementação de políticas estruturantes cujo objectivo é sempre o de servir os açorianos, de modo a proporcionar-lhes mais e melhores condições e mais e melhora qualidade de vida.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para esclarecimentos, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naquele tempo, no século passado, mais precisamente há 30 anos, ainda não era o Partido Socialista Governo e já se falava de Geotermia na Ilha Terceira. Falava-se então de um contrato com uma firma japonesa para a prospecção de energia geotérmica na ilha Terceira; decorria o ano da graça de 1980.

Hoje, 28 de Novembro de 2007, continuamos a ver a energia geotérmica por um canudo, ou melhor, por um furo.

Hoje, o aproveitamento das energias renováveis é absolutamente necessário e, por isso, é pouco lúcido o que se está a passar com o processo de construção de uma Central Geotérmica na ilha Terceira.

Feita uma rápida – pouco profunda pesquisa – constata-se que o Governo Regional, em particular o Sr. Secretário Regional da Economia, vem falando do projecto desde o ano 2000.

À época, já se anunciava que, em 2002, a produção geotérmica asseguraria cerca de 50% das necessidades energéticas da ilha. Em 2001, afirmava-se que a central da ilha custaria 6,5 milhões e que teria uma produção de 12 megawatts.

No mesmo ano, todavia, frisava-se que o estudo de impacto ambiental atrasava a entrada em funcionamento desta central apenas para 2004.

No início do ano de 2002, o passo de caracol mantinha-se e a energia eléctrica a partir dos recursos geotérmicos terceirenses, afinal já era só para 2005!

Mas o enredo não se ficava por aí! A meio de 2003 anunciava-se que este mega investimento só estaria em pleno funcionamento em 2006.

Entretanto, é só em Julho desse ano que o Governo Regional e a GeoTerceira assinam o contrato para a concessão dos direitos de prospecção dos recursos (6 anos depois).

Ainda em 2003, Duarte Ponte, na inauguração do Parque Eólico do Figueiral, reforçava a ideia de que, em 2006, tudo estaria em velocidade de cruzeiro.

Avancemos para 2004. E recorde-se que então se dizia que em 18 meses a central estaria construída.

Esperava-se ansiosamente por 2006.

Entretanto, em 2005, surge o presidente da GeoTerceira a assumir que a Secretaria Regional do Ambiente se tinha atrasado a autorizar a abertura dos furos de avaliação. Como consequência prática deste ligeiro atraso, o anúncio de que a Central Geotérmica da Ilha Terceira, somente em 2009 estará concluída.

Em 2006, mais do mesmo, se bem que “colorido!” com o optimismo do Secretário Regional da Economia, que assegurava que tudo “corria a bom ritmo”!

Por fim, o ano em curso: o Governo, já com vergonha de atirar mais datas para o ar, manda a terreiro o Presidente da EDA colocar a hipótese de, em 2010, as coisas estarem encaminhadas (não resolvidas!)

Resta saber por que caminhos e se esse caminho é apenas um labirinto, que ameaça não deixar sair do imbróglio!

Importa, pois, de uma vez por todas, esclarecer este assunto e saber para quando os terceirenses irão ter energia geotérmica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No sector Agrícola, o Secretário Regional responsável disse recentemente que uma das grandes obras para 2008 é a construção do Laboratório Regional de Veterinária.

Bravo! Até que enfim!

No entanto, Sr. Secretário (não se encontra presente!), parece que não há grande vontade em cumprir com outra promessa de “barba rija” – a construção do Parque de Exposições da ilha Terceira.

Recordo que tal infra-estrutura ansiada por lavradores e empresários da ilha, foi apresentada com pompa e circunstância, ainda no tempo do Dr. Vasco Cordeiro como responsável pela pasta da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): É verdade, sim senhor!

O Orador: O que importa saber é se tal obra vai ou não começar a ser feita, pois a preocupação é legítima, se se tiver em conta que a dotação para a mesma sofre uma redução de 50% na comparação do Plano de 2007 com este que agora discutimos.

Também preocupante é o processo de construção da nova biblioteca pública e arquivo regional da cidade Património Mundial. De todas as promessas feitas ao eleitorado terceirense, pelo PS, esta tem tido, sucessivamente, já desde o longínquo ano de 1998, verbas inscritas para a sua concretização. Ao todo e somando os 400 mil euros previstos para 2008, a obra que ainda não passou da maqueta, já serviu para o Governo anunciar mais de 2,8 milhões de euros!

Gostaria de salientar que concordamos com a nova biblioteca de Angra, porque é imperioso solucionar os problemas da actual infra-estrutura, mas discordamos por completo da localização escolhida. É importante, mas não é a biblioteca do CDS-PP. Caso semelhante diz respeito ao Centro de Actividades Ocupacionais da ACM (Associação Cristã da Mocidade). É certo que a obra já começou e estamos satisfeitos por isso, mas esteve prometida desde 1999.

No entanto, o que me faz abordar este investimento, é o facto de o mesmo ter surgido nos Planos do Governo como Centro de Noite, mas nunca se ter concretizado como tal.

Passados todos estes anos, alguns tutores de pessoas portadoras de deficiência, vão continuar a confrontar-se, na Terceira, com o mesmo problema de sempre, que é a extrema dificuldade no internamento destas pessoas, uma vez que o investimento agora em curso, segundo julgamos saber, destinado a centro de actividades ocupacionais da ACM, não resolve o problema.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, como é que se vai resolver este caso? Está ou não nos horizontes do Governo avançar para estruturas de internamento dos deficientes cujas famílias já não têm, porque não podem ter, capacidade para os acolher nos seus lares? Agradecia que me esclarecesse.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No rol das promessas do Manifesto Eleitoral do PS/Terceira, para as Regionais de 2004, vem plasmada a promessa (uma das promessas do regime do Partido Socialista

para a Ilha Terceira de qualificação das pessoas) de se criar na ilha o Instituto Regional da Juventude.

Parece-me que este importante instituto foi engolido pela nova geração de políticas e deslocalizou-se para outra ilha, embora disfarçado com outro nome, talvez para promover o tal desenvolvimento harmonioso! Neste caso foi rigorosamente ao contrário daquilo que o Governo anuncia!

Esta, os terceirenses não perdoarão jamais aos senhores deputados do Partido Socialista eleitos pela ilha. Pois promessas são promessas e são para cumprir.

Afinal Srs. Deputados como vão resolver este assunto?

No sector da Educação, mais uma vez, foram criadas falsas expectativas aos terceirenses. Em 2004 e 2006 (bem recentemente, por sinal), o Secretário Álamo Meneses anunciou nesta Casa verbas de 500 mil e 100 mil euros, respectivamente, para a construção na Escola EB 2,3 do Ramo Grande.

Deve ter sido apenas para lembrar aos terceirenses mais atentos, que estaria em curso o cumprimento de uma das promessas do Manifesto Eleitoral de 2004. Mas, olhe Sr. Secretário, os terceirenses, têm memória e continuam atentos.

Relativamente à Escola EB 2,3 Francisco Ferreira Drumond, em São Sebastião, ficamos muito satisfeitos, por finalmente se lançar o concurso para a sua construção. Já não era sem tempo.

Vamos de S. Sebastião para as Lajes. Apraz-nos ver inscrita no Plano para 2008 uma verba para a realização do projecto do Armazém de Carga da Aerogare Civil, obra há muito reivindicada pelo CDS-PP.

E esta é uma infra-estrutura essencial! Lamentamos, todavia, que depois de tanta obra feita no edifício contíguo a este Armazém, só para o ano se preveja, ainda outra vez, a elaboração do projecto, facto que irá levar a que, depois de pronta, a Aerogare das Lajes, a curto/médio prazo, venha a ser novamente sujeita a constrangimentos, inundada de trabalhadores, máquinas, sujidade! O que significa fazer perdurar pelo tempo a péssima imagem para quem desembarcar nas Lajes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP encarna o espírito de oposição, que exerce com entusiasmo e com garra, no cumprimento de um dever de serviço à causa da democracia e de resposta aos anseios da população.

Estamos aqui para exigir a realização dos compromissos assumidos pelo Governo e pela maioria.

Mas não temos qualquer custo em reconhecer a obra feita, nem acompanhamos aqueles que chegam a dizer que tudo está por fazer, ou que nada se fez, nem que tudo se fez mal.

É assim que também o CDS-PP se quer congratular com o facto de finalmente ter arrancado a obra de remodelação da via rápida Vitorino Nemésio. O CDS-PP sente, aliás, também orgulho por se estar a construir uma obra cuja necessidade fomos aqui comprovando, tomámos a iniciativa de esta Assembleia se pronunciar sobre as principais exigências quanto à respectiva remodelação e de forma permanente e vigorosa insistimos para que se concretizasse.

Começou também a construir-se o parque eólico da Ilha Terceira, que, segundo foi anunciado, terá uma capacidade de produção de 4,5 megawatts. É igualmente um motivo de satisfação para quem, como o CDS-PP, como sobejamente é aqui conhecido, por conta das posições assumidas, defende a implementação de todas as medidas possíveis para aproveitamento de recursos naturais, não poluentes e que possam reduzir, cada vez mais, a dependência da Região relativamente ao exterior.

Espero, (na ausência do Sr. Presidente do Governo) Sr. Vice-Presidente do Governo, distinto terceirense, que transmita ao Sr. Presidente do Governo que fico com a esperança de que a Ilha Terceira ainda venha a ser – para o Sr. Presidente e para o seu Governo – mais uma ilha dos amores!

Presidente: Estão inscritos para debate os Srs. Secretários Regionais da Economia, da Agricultura e Florestas, os Srs. Deputados Osório Silva, António Toste, Fernanda Trindade e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de prestar dois esclarecimentos ao Sr. Deputado Artur Lima.

Em primeiro lugar, para dizer que a Terceira sempre foi a “Ilha dos Amores”.

No caso do parque eólico, até ao final do primeiro semestre de 2008 (e eu estou a transmitir-lhe aquilo que me disseram, se me enganar paciência) estará instalado o parque eólico da Ilha Terceira.

No caso da geotermia, de facto a história da geotermia é mais antiga. Eu ouvi falar na geotermia em 1977, quase no início da nossa Autonomia, mas foi praticamente em 97/98, quando nós tomámos a decisão de passar para a fase B, que a geotermia sofreu um grande impulso, nomeadamente em São Miguel. Nessa altura, o petróleo estava a 9 dólares ao barril.

Apostámos seriamente nesta fonte de energia renovável porque pensamos ao longo prazo. Também pensamos a longo prazo quando decidimos emergir para a Terceira.

Posso dizer-lhe que há dois furos, um que tem um grande potencial, e posso dizer que é melhor que o melhor furo que temos em São Miguel. Só ele tem tanta capacidade, no Pico Vermelho, como todos os furos que estão nos CL 1, CL 2, CL 3, CL 4, CL 5. Este furo da Terceira tem ainda mais potencial que este de São Miguel, mas tem havido um problema prático como certamente o Sr. Deputado sabe, porque não vem fazer esta intervenção sem conhecimento. É que neste momento existe uma grande dificuldade das equipas de sondagem, a nível internacional. Os islandeses, com os quais nós temos um contrato, só estão disponíveis para vir para a Terceira em Setembro de 2008.

Temos tentado contactar outras empresas de sondagem, italianos, alemães, franceses, polacos, mas neste momento ninguém está disponível para fazer esta sondagem. É, como dizem, da geotermia. A realidade é esta.

Há um enorme potencial na Terceira. Há uma dificuldade prática de empresas de sondagem.

O conhecimento que temos é que a empresa da Islândia que nos faz essa sondagem, só tem disponibilidade em Setembro de 2008. Demorará um ano e meio, dois anos. Portanto, só a partir do final da perfuração é que podemos instalar.

Há um enorme potencial na Terceira. É pena que não tenha sido possível andar mais depressa, mas certamente há coisas que dependem de nós, outras que dependem das conjunturas. Neste momento estamos a atravessar uma conjuntura difícil nesta área.

Há dificuldades nas empresas de sondagem, mas também há dificuldades no fornecimento de centrais térmicas e de motores. Tudo isto está envolvido talvez pelo crescimento que acontece na China e na Índia. Há dificuldades de equipamentos nessa área.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Pedi a palavra apenas para dar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Artur Lima relativamente à sua intervenção e à vigilância que diz estar a fazer a cumprimento dos compromissos do Governo e da maioria que o sustenta na Ilha Terceira, no caso concreto, e em particular, no que diz respeito à área de intervenção da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, ao parque de exposições da Ilha Terceira e ao Laboratório Regional de Veterinária.

Tenho o prazer de esclarecer ao Sr. Deputado que, no que diz respeito a estas duas infra-estruturas, a situação se encontra do seguinte modo:

A equipa que ganhou o projecto para o Laboratório Regional de Veterinária solicitou há cerca de um mês e meio um novo levantamento topográfico para apresentar, finalmente, o projecto de execução do Laboratório e para apresentarmos também o caderno de especificações e o caderno de encargos para a obra ser lançada a concurso público, o que será, em princípio, feito no decorrer do início do próximo ano e se os documentos nos forem entregues, ainda este ano faremos o lançamento da obra a concurso.

No que diz respeito ao parque de exposições da Ilha Terceira, como sabe, Sr. Deputado, existem várias entidades envolvidas neste processo, desde logo, organizações de produtores e empresariais que têm ajudado a conformar o projecto às necessidades da Ilha. Neste momento, estamos à espera da entrega dos projectos de especialidade para que a obra possa ser lançada a concurso público.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de saudar a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, porque essa sua intervenção vem de algum modo demonstrar nesta casa, e atendendo à minha intervenção anterior, a forma como o Partido Socialista está a dar resposta àquilo que são os seus compromissos eleitorais assumidos em 1996.

Congratulamo-nos, e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também se congratula, pelo facto do Sr. Deputado Artur Lima estar neste momento preocupado com o início das obras que aqui apontou e com o facto de congratular-se com aquilo que já foi executado e está a ser executado por parte do Partido Socialista. Isso demonstra que o PS e o Governo Regional estão a dar cumprimento aos seus compromissos eleitorais.

Com as intervenções já aqui proferidas pelos Srs. Secretários, de facto, limita-me um pouco a minha intervenção de resposta, mas há um caso particular que ainda não foi referido pelos Srs. Secretários, a Escola do Ramo Grande.

O Partido Socialista assumiu a construção daquela escola e continua a assumir a importância da construção da mesma, na Vila das Lajes, mas sentimos que essa não é, hoje, a prioridade dada às obras que foram proferidas pelo Governo Regional, através da sua Secretaria Regional da Educação, na Escola Francisco Ornelas da Câmara.

A verdade é que o Governo Regional está a trabalhar no processo que visa a construção daquela escola. É o tempo que é necessário e é o tempo que nós entendemos que deve ser trabalhado por parte do Governo, porque se a escola ainda não foi construída é porque não é uma obra prioritária, mas a verdade é que é uma escola importante para o concelho da Praia da Vitória e é um obra que vai continuar a fazer parte das prioridades do Partido Socialista no que concerne às questões da educação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também queria deixar aqui o meu apreço à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima pela forma como criticou o que está por fazer, ou o pouco que está por fazer, e do que

está feito e bem feito, mas gostaria de lembrar-lhe que em mais de 60 acções, o senhor enumerou meia dúzia. Dessa meia dúzia o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas já esclareceu quanto ao Laboratório Regional de Veterinária, bem como quanto ao parque de exposições da Ilha Terceira.

Gostaria de dizer que esse parque de exposições bem como o Laboratório Regional de Veterinária faz parte da estratégia deste Governo, bem como a construção de enormes quilómetros de caminhos agrícolas, electricidade nas explorações agrícolas, bem como água às mesmas. Tudo isto faz parte da estratégia deste Governo, não é só o parque de exposições nem o Laboratório de Veterinária. Essas são duas peças fundamentais e importantes para o seu desenvolvimento.

Portanto, era só para referir que em mais de 60 acções e a faltar um ano para final da Legislatura, possivelmente no final da mesma, vamos congratularmo-nos todos, porque certamente vamos ter o nosso manifesto eleitoral executado ou praticamente todo executado. Se não todo executado, pelo menos vamos ter a parte final em execução para que, com confiança, voltarmos aqui para mais uma legislatura, com a confiança dos açorianos.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Trindade.

(*) Deputada Fernanda Trindade (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra porque o Sr. Deputado Artur Lima começou por levantar questões pertinentes (devo louvá-lo por isso), algumas dessas questões já estão em acção e são questões que preocupam a bancada do PS. Não são questões que ficaram de lado.

Agora, o mundo não se fez num dia, nem se chegou a Roma num dia.

Quanto a este aspecto criticador de uma situação caótica na Terceira, eu não posso estar de acordo com ele e penso que se torna desmotivante.

Era bom relembrar as mudanças feitas na Terceira ao nível do parque escolar, das estradas. O senhor já viu o início da obra da via Vitorino Nemésio, que será um passo gigantesco em relação à Terceira...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Sra. Deputada não ouviu a minha intervenção!

A Oradora: Ouvi. Ouvi a sua crítica muito drástica no sentido de levantar muitas questões. Parece que andou só a vasculhar tudo aquilo que falta fazer na Terceira. Penso que o Governo também está preocupado com o que falta fazer na Terceira. Também penso que todos os deputados desta bancada estão preocupados com o que falta fazer ainda, mas é como lhe disse, “Roma e Pavia não se fizeram num dia”.

Há coisas que foram feitas, que o Sr. Deputado as reclamou aqui e já as viu cumpridas, como a ligação Terceira/Porto, uma das questões que o senhor levantou e hoje é uma promessa cumprida, para não falar no novo hospital (o senhor é médico) que é uma obra que terá início brevemente e que este Governo tem tido a preocupação de não deixar para trás.

Sinceramente, para não me alongar nisto, porque o senhor é muito crítico, queria dizer-lhe que por um lado fico contente quando se é assim, porque me faz lembrar as palavras de um amigo meu: “só se atiram pedras aos damasqueiros quando lá há damascos”.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas pedi a palavra para responder ao Sr. Deputado Artur Lima relativamente à sua questão que é pertinente, que é uma das preocupações do Governo no âmbito das crianças (e não só!) portadoras de necessidades especiais. É uma das situações que está contemplada no actual plano.

Relativamente ao local da Associação Cristã da Mocidade de Angra do Heroísmo e há residência, no futuro, para as situações daqueles deficientes que perdem os seus cuidadores directos, posso dizer-lhe que neste momento nós estamos a dialogar com a Associação Cristã da Mocidade para, nas antigas instalações, ou actuais ainda, fazer a reformulação e a ampliação para criar um lar específico para essas crianças.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho, no uso da prerrogativa.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com gosto que me associo a este debate sobre a Ilha de Jesus Cristo e em boa hora trazido a esta câmara pelo Sr. Deputado Artur Lima que fez uma intervenção que me pareceu ter a preocupação de ser equilibrada. Tem algumas críticas que nós consideramos injustas, embora tenha também alguns reconhecimentos.

Consideramos injustas sobretudo – e é bom deixar isto claro, porque é importante – porque temos consciência, no PS e no Governo do PS, que a nossa ambição, o nosso sentido de exigência aliado à transparência da nossa acção, faz com que (e nós arrependemo-nos disso!) coloquemos um nível de expectativa e de exigência dos açorianos cada vez mais elevado.

Um bom exemplo disso é, por exemplo, a Escola de São Sebastião, que o Sr. Deputado Artur Lima referiu. Diz o Sr. Deputado, e com alguma razão, de acordo com uma calendarização inicial, que depois foi abandonada e foi explicado porquê, que a Escola de São Sebastião está atrasada. Está atrasada segundo aquilo que inicialmente o próprio Governo do PS estipulou e, sobretudo, é preciso não esquecer, que alguém falava na Escola de São Sebastião antes de ser o Governo do PS.

Quem é que, felizmente, criou essa e tantas outras necessidades?

Foi o Governo do PS!

Nós ficamos felizes, ainda assim, que a nossa exigência e a nossa ambição possam servir para nos criticar. É sinal que estamos no bom caminho, que vamos à frente, que estamos a fazer e que vamos continuar a fazer.

Há, por vezes aqui, por um conjunto de razões, de formalismos, pequenos atrasados relativamente àquilo que nós próprios gostaríamos.

Assinalar os atrasos quando as coisas já estão sendo efectivadas, não nos parece grave, seja a respeito das escolas, seja a respeito da solidariedade social e do exemplo das novas instalações que será, aliás, um projecto extremamente ambicioso, de elevadíssima qualidade das novas instalações da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, e será com certeza mais um projecto ao nível da nossa rede de solidariedade social que nos orgulhará e que nos permitirá continuar a dizer, com muito orgulho, que temos, ao nível infra-estrutural e também cada vez mais ao nível

da qualidade, ao nível humano, ao nível da formação, ao nível do voluntariado a melhor rede social de solidariedade social do país.

O facto do Sr. Deputado Artur Lima se preocupar com isso agrada-nos. Para além de cumprir o seu dever, agrada-nos e alerta-nos para a vigilância democrática e para a auto-crítica que é sempre útil fazer, mas creio que estaremos de acordo, no essencial, que este Plano é ambicioso, é um Plano muito generoso para com os Açores, mas também, sem dúvida nenhuma, e merecidamente para com a Ilha Terceira, facto que só merecerá com certeza a nossa congratulação unânime.

Muito obrigado.

Deputados Lizuarte Machado e Osório Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo pelo fim.

Sr. Deputado Francisco Coelho, bem-vindo também ao debate. Acho que é aqui um sítio, por excelência, para debatermos, melhorarmos e resolvermos os problemas da nossa terra. Nesta matéria estamos todos de acordo, quer estejamos na oposição, quer estejamos desse lado de lá, da maioria.

Queria dizer que, sem arrogâncias e sem sobrançerias, mas com exigência, vim aqui reconhecer o que estava bem (é notório na minha intervenção), mas também apontar o que estava mal ou que ainda falta fazer. Portanto, é meu dever, enquanto deputado eleito pela Ilha Terceira, vir aqui trazer os problemas da ilha, ao local próprio, ao sítio próprio, para debater com o Governo e com essa maioria que tem também o dever de me dar os esclarecimentos que entendam que têm que dar.

Sr. Secretário da Economia, eu deduzi da sua intervenção, primeiro, que a Ilha Terceira vai passar a ser a Ilha dos Amores. Eu fico esperançado que sim! Mas é preciso dar-lhe mais algum carinho para ela ser amorosa.

Daquilo que eu percebo é, praticamente definitivo. Venha lá a máquina para fazer o furo até aos 1.200 metros, porque o furo tem uma posição excepcional e é a bem, não da Terceira, Sr. Secretário, mas dos Açores que aquela central comece a produzir com a quantidade e com o potencial que tem para produzir.

Portanto, eu posso deduzir que em 2010, se tudo correr bem e se a broca chegar em 2008, isto estará mais ou menos a funcionar.

Sr. Secretário, parece-me que isto implica um empenho especial do Governo nessa matéria.

Sr. Secretário Noé Rodrigues, realmente fico satisfeito que o Laboratório de Veterinária avance. Reconheci-o ali. O que o senhor não me explicou é por que é que há a diminuição de verba, do ano passado para este ano, para o parque de exposições. Há aqui uma diferença que talvez fosse necessário explicar.

Ficamos todos satisfeitos que o Laboratório de Veterinária comece a avançar e, segundo percebi, o concurso será lançado em breve.

Sr. Secretário Domingos Cunha, era realmente de reconhecer o excelente investimento no edifício e nas instalações da Associação Cristã da Mocidade. Era realmente necessário e premente que se investisse e se desse boa qualidade de vida e conforto. Dar conforto àqueles portadores de deficiência não é só os pezinhos quentes. Eles precisam de mais, de muito conforto.

Estamos de acordo quanto a esse projecto, mas preocupados e muito com o centro de noite, porque sabemos que há pessoas com deficiência profunda, adultos, muito difíceis de lidar em casa, e que as famílias, às vezes também já idosos, não podem tratar deles. Têm filhos com 35, 40 ou mais anos que não os podem ter em casa, de maneira nenhuma.

Percebi que o actual centro será requalificado para instalações de noite da ACM. Posso deduzir. Julgo que não deduzi mal das suas palavras.

Agora “vamos aos damascos”.

O primeiro “damasco” é o terminal de carga da aerogare civil das Lajes, que ninguém me respondeu, nem o Sr. Deputado Osório, sem a Sra. Deputada Fernanda Trindade. Ninguém respondeu o que é que se vai fazer, quando é que se vai fazer, como se vai fazer. Não ouvi nada a esse respeito.

Mas o “damasco” maior é o Instituto da Juventude. É isso que quero que me respondam. Como é que o vão criar, se o vão criar ou se abandonaram por completo essa ideia, porque isso é que é preciso explicar aqui, Srs. Deputados do Partido Socialista, porque está no vosso manifesto.

Portanto, há que explicar aqui o que é que vai ser o Instituto da Juventude.

Sr. Deputado António Parreira, pode ter lá muita obracinha, muita canada e muito beco, agora o Instituto da Juventude Sr. Deputado, vale muita canada, vale muito betão, embora a gente precise dele.

Eu quero saber o que é que se vai fazer.

O Instituto da Juventude qualifica pessoas e é isso que a Terceira está a perder para outra ilha e é isso que nós não podemos deixar.

Ainda há bem pouco tempo a Ilha Terceira perdeu a Lotaçor para São Miguel. E o Instituto da Juventude, Srs. Deputados do Partido Socialista e Srs. Membros do Governo, para onde foi? O que é que é para fazer ao Instituto da Juventude?

Os Srs. Deputados vão ter que “atirar a pedra ao damasqueiro” para ver se cai algum. Está no vosso manifesto eleitoral, Sr. Deputado Francisco Coelho, que eu aqui tenho e que posso fornecer a V. Exa. No capítulo “Ensino Superior e Juventude” temos que instalar o Instituto Regional da Juventude.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço imensa desculpa, mas estava a telefonar para saber o que é que se passa com a geotermia, para dar dados exactos, por isso não percebi a questão relacionada com a aerogare, o problema do terminal da carga.

Quando ao terminal de carga, nós vamos deslocalizar o hangar para outro sítio e vamos transformar aquele sítio (essa é a proposta mais viável) num terminal de carga. Eu penso que é a melhor solução.

Há duas soluções: modificá-la, passando o terminal de carga mais para cá, ou transformar o hangar em terminal de carga e fazer o hangar noutra sítio. Parece-me que essa é a melhor solução dado que vamos poder fazer um hangar com uma dimensão adequada aos novos aviões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Artur Lima:

Gostaria de lhe explicar as questões das dotações financeiras que estão previstas para a execução do parque de exposições da Ilha Terceira, informando-o do seguinte:

Até aqui nós temos investido as verbas que estavam previstas no Plano nas operações de permuta de terrenos, de compra de terrenos, nos pagamentos de serviços no que diz respeito à elaboração de projectos de engenharia e de arquitectura e à elaboração dos projectos de especialidade.

Quando a obra for lançada a concurso público, e vai sê-lo logo que tenhamos o respectivo caderno para o efeito, nós vamos cabimentar a obra. Aliás está cabimentada totalmente no próximo Plano com verbas também do FEDER.

Aquilo que nós temos para o próximo ano para execução da obra do parque de exposições da Ilha Terceira são as verbas já cabimentadas com os apoios e recursos dos fundos comunitários, o FEDER. Aquelas que tivemos no passado foram aquelas que foram necessárias investir, quer na permuta e compra de terrenos, quer no pagamento dos serviços para elaboração dos projectos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma breve resposta em relação à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima sobre o Instituto da Juventude.

Para lhe dizer que neste momento o Governo não considera como prioritário criar mais uma máquina institucional.

As políticas de juventude devem ser feitas essencialmente para os jovens e o nosso objectivo é produzir um serviço aos jovens e não propriamente criar serviços públicos. Não é uma prioridade. É um assunto que será reanalisado a devido tempo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia percebo que me disse que o novo projecto do armazém de carga da Aerogare Civil das Lajes estará então relacionado com o hangar da SATA e possivelmente com a nova placa de estacionamento que se irá equacionar

no reordenamento de toda aquela estrutura e no tipo de avião que virá onde ficar o hangar e o armazém de carga. Portanto, está a ser equacionado o estudo numa perspectiva integradora com a nova placa de estacionamento que irá ser criada.

Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência, muito rapidamente para lhe dizer uma coisa:

Quem prometeu o Instituto da Juventude não fui eu, foi o Sr. Presidente do Governo e foram aqueles Srs. Deputados do Partido Socialista. Foram todos os socialistas.

Portanto, se V. Exa. vem agora dizer que é mais um instituto público para gastar o nosso dinheiro, pois o que ficámos a saber aqui hoje é que não vai haver Instituto da Juventude na Ilha Terceira, o que devo dizer que lamento profundamente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Pensei que estava satisfeitíssimo!

O Orador: Não estou.

Obrigado.

Presidente: Encerrado este debate, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passados que são 11 anos, e depois de tantos e tantos protestos por parte do Partido Social Democrata, e porque mais não poderiam fugir... vá lá que começamos a vislumbrar, ao fim de 10, 9, 8, 7 anos de promessas e previsões de verbas em Plano, a Escola de São Carlos a crescer, a aerogare das Lajes a tomar forma, a via rápida remexida, as instalações da Associação Cristã da Mocidade a espreitar.

Mas, da mesma forma, ao fim de 10, 9, 8, 7 anos, de promessas e previsões de verbas em plano, do novo Hospital ainda nada se vê, nem tão pouco a Biblioteca Pública e Arquivo Regional,...

Deputado Osório Silva (PS): É contra ou é a favor? É ou não para as pessoas?

A Oradora: ... a Escola Ferreira Drumond, a Escola do Ramo Grande ou o famigerado parque de exposições.

A cada ano que passou, a Ilha Terceira viu anunciado, com descomedido atrevimento, o maior plano de sempre.

Incessantemente as mesmas obras a saltarem de plano em plano, desde 1997, com variado leque de verbas.

Deputado Osório Silva (PS): Esqueceu-se das térmitas!

A Oradora: Assim, não custa! Assim, qualquer plano é sempre... o maior de sempre!

Não podiam esticar mais a corda, 10 anos de promessas incumpridas é muito tempo! Sabiam que seria a gota de água se algo não aparecesse e rápido. O desânimo e a desilusão são patentes em cada rosto, porque a Terceira esteve e está sempre à espera. À espera que alguém se lembre do que prometeu. À espera dos resultados que daí hão-de advir.

Perdeu-se muito tempo. Perdeu-se tantos anos com anúncios e promessas, tantos anos do “agora é que é!”, que todos nós terceirenses já sabemos de cor os contornos de cada obra, os avanços e recuos e, até, os diferentes valores envolvidos.

E sempre que algo começa a tomar forma, vem a interrogação e dúvida de quando estará terminada e de quando e para quando teremos resultados visíveis, na nossa vida, daqueles blocos agora implantados.

Mas, não nos esquecemos de quanto tempo fomos enganados. Não nos esquecemos do adiar constante do nosso desenvolvimento.

Até os órgãos de comunicação social apresentam o Plano de investimento para a Ilha Terceira, sem entusiasmo, referindo, mesmo, que este “não contempla nenhum projecto que já não fosse conhecido”.

Mas, tais documentos, sem qualquer novidade, causam aparente furor dentro o Partido Socialista, que logo sentem a necessidade de afirmar e reafirmar, ano após ano, o quanto estão satisfeitos, enumerando novamente todo o rol de obras do ano anterior e as verbas respectivas como se da primeira vez se tratasse.

O Governo Regional não faz mais do que a sua obrigação se não cumprir o que há muito está por fazer.

Não nos contentamos apenas com o vislumbrar da sua execução. Porque estas...

JÁ SÃO NOSSAS POR DIREITO!

E há muito que os resultados se deviam sentir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queremos a Escola de São Carlos a funcionar e sem defeitos. A pressa é inimiga da perfeição. Está-se a fazer em pouco tempo e à pressão o que teve anos para concluir. O que se está a fazer de noite, espero não se desmanchar de dia, Senhor Secretário.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Queremos a remodelação da Via Rápida.

Queremos uma via mais segura. Mas, será necessário gastar tanto dinheiro em passagens para vacas?

Pois é, mais uma vez, anos passaram e nada feito e agora à última da hora gasta-se o que for preciso... tem é de estar feito, pois já passaram muitos anos e desta vez os terceirenses podem realmente fartar-se e não lhes dar o tão precioso voto.

Não será que o emparcelamento e a interligação de vias internas teria sido a solução para poupar muito dinheiro aos Açorianos?

Deputado Osório Silva (PS): A senhora anda distraída!

A Oradora: Queremos um Hospital Novo. Queremos um hospital com médicos especialistas. Queremos as condições, mas mais do que isso queremos quem cuide de nós. Queremos que todos os anos abram vagas para acesso às diferentes especialidades. Não queremos ter listas de espera. Não queremos esperar cinco anos por uma operação. Queremos médicos de família suficientes em Angra do Heroísmo. Não queremos ir tentar conseguir uma consulta às sete da manhã, para a porta do Centro de Saúde.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Queríamos uma Aerogare Civil funcional, onde os turistas não apanhassem chuva ao sair do autocarro, onde as filas do check-in não chegassem à rua, por falta de espaço, onde as ambulâncias e carros de bombeiros conseguissem aceder em caso de problema.

Deputado Osório Silva (PS): Já acedem! A senhora anda muito distraída!

A Oradora: Queríamos um terminal de cargas!

Queremos a infra-estrutura, é claro que queremos. Mais do que isso! Queremos fluxos turísticos sustentáveis e não apenas operações pontuais para cumprir estatística; queremos mais ligações com o exterior, com os nossos emigrantes; queremos mais movimento de passageiros.

Queremos um parque de exposições. Não queremos apenas um projecto em vésperas de eleições para fazer espectáculo. Queríamos acima de tudo, já ter, um espaço que servisse de meio promocional à actividade agro-industrial da ilha e ponto de encontro para a execução de bons negócios. Mas, muito tempo já passou!

Queremos uma Biblioteca Pública. Urgente pela exiguidade das instalações existentes, desde 1997 Mas, será que queremos uma biblioteca que nasça entrincheirada sem possibilidades de crescimento e sem, tão pouco, ter acessos fáceis e com estacionamento. Segundo consta, para abrir portas em 2010, mas já não tínhamos ouvido que era para "abrir portas em 2005"?

Não basta fazer promessas e cumprir com 11,10,9,8 anos de atraso, e achar que, mesmo assim, está tudo bem.

Temos de ser cada vez mais exigentes com quem gere o interesse público. E quem gere o interesse público tem, necessariamente, de ser mais correcto com quem os elege.

O tempo tinha de ser de resultados, na vida dos terceirenses, o tempo das infra-estruturas imprescindíveis para gerar bons resultados já passou. Ou melhor, já devia ter passado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: O volume de obras a incluir no Plano, para o Governo Regional, é tão importante, sem o verdadeiro sentido de criar efeitos concretos na vida dos terceirenses, que por exemplo: a Associação de Bombeiros Humanitária, mesmo que não queira, nem ache necessário para a prossecução dos seus objectivos... por força e teimosamente, admire-se, terá de construir um novo Quartel de Bombeiros. Quando a própria Direcção já está a tratar da requalificação das actuais instalações. Talvez, o que devesse realmente interessar são pequenos, grandes, pormenores, como o facto de dotar as corporações com equipas remuneradas mais numerosas; ou expandir o exigente serviço de ambulâncias.

Isto sim, teria impacto na vida dos terceirenses.

Enfim, muitos mais exemplos haveriam para demonstrar a falência e o adiar de resultados de um determinado contrato celebrado com os terceirenses em 1996.

Pois é, a suposta Centralidade da Ilha Terceira tornou-se um chavão pomposo na boca de alguém que nem sabe o que isso é!

Passam-se anos, anos e mais anos e a Ilha Terceira está sempre à espera!

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Não havendo inscrições para esclarecimentos, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Até já.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Presidente: Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 15 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumprimos por estes dias a praxe anual de debate e aprovação do Orçamento e Plano de Investimentos da Região para o próximo ano, neste caso, o último da actual legislatura.

Em Abril de 2005, aprovamos nesta Assembleia o Programa do IX Governo da Região Autónoma dos Açores, documento orientador da acção governativa do PS até final de 2008, cujo desenvolvimento se completa com este Plano e Orçamento para 2008, pese embora o actual ciclo político se estenda bem para além do próximo ano.

O Programa de Governo enquadra o núcleo de competências da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos nos seguintes dois grandes objectivos estratégicos.

Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades, onde se insere as políticas públicas de Habitação, no Programa 18 do Plano de Investimentos, e Protecção Civil, estas desenvolvidas no Programa 19.

O segundo grande objectivo estratégico do actual Programa de governo, ***Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes***, orienta as políticas de Equipamentos Públicos; e Construção e Reabilitação de Estradas Regionais, desenvolvidas nos Programas 22 e 23 do Plano de Investimentos da Região.

As políticas públicas de promoção de habitação constituem, desde 1996, um eixo central do modelo de desenvolvimento que o PS implementa na Região.

O projecto político do PS representou, ao longo dos últimos 11 anos, uma viragem profunda na política de promoção de habitação. Constituindo uma prioridade assumida que é desenvolvida para as pessoas e para as famílias açorianas. Não se trata assim de nenhuma paixão fontista nem de nenhum campeonato de obras. Os Governos do PSD, dos tempos de Natalino Viveiros e de Costa Neves é que tinham um verdadeiro fascínio por obras, ao ponto de construir o que não tinham condições de pagar a tempo e horas.

Que diferença para esses tempos de convulsão e descrédito dos governos do PSD.

Hoje a política de investimentos públicos é planeada e desenvolvida com rigor e transmite confiança para aos agentes económicos. O Sector da Habitação é disso um claro exemplo. Absorve avultadíssimos recursos financeiros que são canalizados para a requalificação e renovação do parque habitacional na Região; para a construção de habitação própria e construção a custos controlados; para apoios às famílias tendo em vista a reabilitação, reparação e beneficiação das suas habitações. E também para dar cumprimento a diversos acordos de parcerias com entidades externas à Região.

Durante a actual Legislatura também se procedeu a importantes reformas legislativas. Designadamente à aprovação do novo regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente. Importante reforma política que adequou o quadro normativo desse sector aos novos desafios e necessidades da Região em matéria de habitação. Reforma que sucedeu a

outra alteração política dos governos do PS: a do regime jurídico dos apoios à construção de habitação própria e à construção de habitação de custos controlados.

Foram estas novas políticas, adequadas a novos tempos, que permitiram ao Governo inovar e assumir o seu papel de interventor directo e também de regulador do mercado de habitação. Um mercado que, há que afirmá-lo, se encontra em alguns concelhos dos Açores sobreaquecido e representa um factor de pressão social e de irracionalidade económica que urge controlar.

O governo e bem, revela competência e visão política na manipulação da oferta do sector. É por isto que este governo investirá, até ao final desta legislatura, mais de 71 milhões de euros em política de Habitação, disponibilizando mais de 300 fogos por ano, só em regime de custos controlados, direccionados para as famílias com dificuldade em adquirir habitação própria no mercado de venda livre.

Todas estas medidas permitiram, também, ano após ano, integrar a política de habitação como um elemento essencial da promoção de inclusão social e da luta contra a pobreza. Nunca é demais lembrar que o projecto de sociedade que o PS protagoniza, desenvolve uma abordagem multidisciplinar ao problema da exclusão e da pobreza, articulando habitação, educação, qualificação, emprego e promoção de oportunidades, assegurando assim uma autêntica rede de garantias sociais.

O Betão, ou se preferirem as inúmeras obras que o PSD tanto critica, é um factor muito relevante na política social desenvolvida pelo PS, nomeadamente na dotação infra-estrutural indispensável para estruturar qualquer política social digna desse nome. Olhe-se hoje, em finais de 2007, para a Vila de Rabo de Peixe para se compreender a importância da componente física e dos equipamentos na política social

A este propósito, convém também referir a grande aposta assumida pelo Governo no reforço do apoio à habitação degradada e nos apoios aos programas de realojamentos, cujo conjunto de verbas superará os 9 milhões de euros de investimento público em 2008. Este enorme esforço continuado dos Governos do PS permitirá que no final desta Legislatura se termine o plano de erradicação de barracas e elimine muitas outras situações indignas que infelizmente ainda persistem na Região. É mais betão, são mais obras ao serviço das pessoas, ao serviço das famílias mais carenciadas.

O GPPS salienta que a promoção de habitação por parte do Governo tem tido também uma lógica verdadeiramente regional, com investimentos relevantes em todas as ilhas, descriminando positivamente as cinco ilhas da coesão que contam com majorações específicas. A Política de Habitação desempenha, assim, um papel central na prossecução do objectivo da coesão regional. Uma coesão que também passa pelo maior esforço da oferta habitacional garantindo, simultaneamente, a renovação e o reforço estrutural do parque habitacional da Região.

Mas falarmos de Coesão é também falarmos do Modelo de Desenvolvimento que o PS protagoniza nos Açores. Para se atingir os patamares de desenvolvimento económico e social, e a coesão que ambicionamos para a Região, é imprescindível melhoramos e reforçamos as nossas acessibilidades e a nossa coesão territorial tal como tem vindo a ser feito de forma notável pelo Governo Regional. É mais betão, são mais obras ao serviço das pessoas, ao serviço da coesão social, económica e territorial dos Açores.

E em relação a esta matéria devemos ser absolutamente claros! Nós, nos Açores, só podemos ter expectativas de sucesso nas políticas de Coesão se mantivermos uma participação activa do Governo Regional em sectores imprescindíveis para sustentar o desenvolvimento económico. Sectores que não interessam ou não podem ser atendidos pela iniciativa privada. Não se trata, por isso, de promover uma competição entre o Governo e os privados, mas sim de obter uma síntese adequada entre os dois que permita atenuar, ou vencer, constrangimentos que o mercado sozinho nunca seria capaz de resolver. Defender por isso que o Governo está omnipresente e que impede o desenvolvimento do sector privado é absurdo do ponto de vista económico e errado do ponto de vista social. Todavia, é muito esclarecedor do ponto de vista político!

O PS acredita convictamente na coesão regional e constata com satisfação que o Plano de Investimentos da Região para 2008 continua a materializar este desígnio, tendo mesmo, como um dos exemplos mais expressivos dessa realidade, o Programa de Construção e Reabilitação de Estradas Regionais que absorverá mais de 53 milhões de euros no próximo ano e que, em conjunto com outras infra-estruturas de acessibilidades, é essencial para a materialização da coesão territorial.

Continuaremos, assim, a conferir uma clara prioridade à eficácia e operacionalidade da plataforma rodoviária regional, melhorando as acessibilidades, reforçando a mobilidade e promovendo o desenvolvimento e a coesão também através da reabilitação, da conservação e da construção de novos troços de estradas. Investindo, por essa via, **em todas as ilhas dos Açores**, dando sustentação estrutural ao modelo de desenvolvimento socio-económico com que o PS tem governado os Açores.

O GPPS salienta ainda o papel importante que o Governo continuará a desempenhar nos apoios à renovação da frota de transportes colectivos, possibilitando um claro avanço na melhoria qualitativa desse importante serviço nos Açores.

O GPPS constata com satisfação que a melhoria das condições de segurança nas estradas continuará a merecer uma atenção especial da parte da Secretaria Regional, como ainda hoje aqui muito bem salientou o Sr. Secretário Regional. Trata-se de uma prioridade importante que permitirá reduzir os índices de sinistralidade que actualmente não sendo alarmantes devem merecer uma atenção cuidada.

Gostaríamos ainda de destacar, nesta abordagem que procedemos às áreas da competência da SRHE, o papel de influência que o Governo tem que continuar a desenvolver junto do sector empresarial de comunicações e de telecomunicações.

Os Açores, pelas suas características geográficas e sociais, estão potencialmente expostos a insuficiências e desigualdades em serviços como: o acesso à Internet em banda larga, a cobertura da rede de comunicações móveis, ou mesmo no funcionamento e na eficácia do sector das comunicações postais.

Embora não tendo a tutela directa sobre as empresas prestadores desses serviços, é fundamental que o Governo mantenha a pressão política necessária para salvaguardar o interesse público da Região no acesso a serviços estratégicos, mas que parecem deficientemente regulados no nosso País.

Quanto à área da Protecção Civil. Hoje, é bem visível a viragem que concretizámos na forma de encarar a prevenção e a protecção dos açorianos perante riscos colectivos inerentes às características naturais da nossa Região.

Para o próximo ano o Governo assegura, pela expressão financeira que inscreve no seu plano de Investimentos, a continuação do ciclo de dotação infra-estrutural (mais cimento, mais betão), de grandes melhorias operacionais, de dignificação e de

formação dos agentes do sector nos Açores. Merece também destaque os investimentos na aquisição de material e viaturas para as corporações de Bombeiros, que serão reequipadas com novos e mais meios de intervenção e salvamento.

O esforço desenvolvido pelos Governos do PS em matéria de Protecção Civil terá continuidade em 2008, atingindo um volume global de investimentos superior 8 milhões de euros. Trata-se de um esforço muito relevante e representa um projecto enquadrado por um planeamento estratégico, pela qualificação de recursos humanos, pela sensibilização das populações, pela parceria técnico-científica com a Universidade dos Açores e pelo reforço de meios canalizados para o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores. E também passa por diversas obras, por muitas obras. Por obras que os Srs. Deputados do PSD da Comissão Parlamentar de Política Geral bem sabem da importância, por via das diversas reuniões que esta Comissão, no desenvolvimento dos seus trabalhos, tem desenvolvido com inúmeros parceiros do sector.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É indiscutível o sucesso governativo nas áreas que aqui procurei abordar. Perfeitamente visível em quantificações agregadas, respeitantes à actual Legislatura. Destacamos, o fortíssimo nível de investimento público, sem precedentes, que permitirá investir em quatro anos mais de 158 milhões de euros em Habitação, contando com as verbas do Sismo; mais de 27,8 milhões de euros em Protecção Civil, ao longo de 4 anos; 4,5 milhões em Equipamentos Públicos; e mais de 200 milhões de euros se considerarmos a construção e reabilitação de Estradas e os apoios aos Transportes Terrestres.

Registamos, igualmente, a sustentabilidade dessa despesa de investimento ao longo de toda a legislatura, e por fim, salientamos ainda, o cumprimento de praticamente todos os nossos compromissos eleitorais.

Apesar deste balanço extremamente positivo, o GPPS não se detém em contemplações. Os açorianos podem continuar a contar com o inconformismo do PS para continuarmos a desenvolver o actual ciclo político para além desta legislatura,

bem para além de 2008. Pois estamos perante a conclusão de mais uma legislatura, não estamos perante o fim de nenhum ciclo político.

O GPPS entende, por isso, ser este o momento de dirigir a este Parlamento e à Região uma mensagem clara de determinação, de confiança e de orientação para o futuro.

Vamos continuar a governar os Açores e vamos recorrer a todas as obras e todo o betão que for necessário para reduzir as assimetrias sociais, económicas e territoriais das diferentes Ilhas e para reforçar o desenvolvimento integrado, equilibrado e multipolar da Região. Algo que o PSD parece não compreender nem acreditar!

Os Açorianos podem, assim, continuar a confiar no PS, neste governo, nesta maioria e neste presidente. Pois, tal como diversas vezes referi no passado, a maioria absoluta do PS nesta Assembleia continuará a garantir as condições de estabilidade e governabilidade; de credibilidade e integridade; e de confiança e entusiasmo. Condições essenciais para concretizar o modelo de desenvolvimento que o PS protagoniza nos Açores e que queremos a todo o custo continuar a aprofundar.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo interpelações, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com a incontornável ênfase política do ano eleitoral que 2008 representa, debatemos o último Plano e Orçamento desta legislatura.

É também o 12º Plano e Orçamento que o Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista propõe e faz aprovar neste Parlamento.

Não inova! É de continuidade!

Não abre um novo ciclo. Prorroga as mesmas políticas orçamentais dos anteriores governos.

Tal como os seus antecessores é o maior Orçamento de sempre!

A proclamação dilecta do Vice-Presidente do Governo.

Apesar da ampliação é só continuidade.

O mesmo Governo, os mesmos actores; logo as mesmas políticas, as mesmas prioridades e as mesmas opções.

Pergunta-se: é razoável que assim seja?

A resposta dos incautos é afirmativa. Mas, a dos atentos, é negativa.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): São os senhores!

O Orador: Este Orçamento é o último da Legislatura. Mas tinha a obrigação de ser o primeiro Orçamento estratégico do futuro e de um novo ciclo da nossa integração na União Europeia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: A Programação Financeira da União Europeia para o período 2007-2013 e o Quadro Referencial Estratégica Nacional são essenciais para o nosso desenvolvimento e são já o presente.

Propõe-nos a mudança do paradigma da política de Coesão.

Por isso, a decisão deste Orçamento só podia ser a decisão de vencer. Vencer a mudança e o novo paradigma da Coesão Regional.

Mas o Governo não vai por esse caminho!

Afinal o Plano e o Orçamento para 2008 preferem a continuidade, apenas mudando o que é preciso, para que tudo fique na mesma.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo contenta-se com a mudança que não muda, nem transforma. Satisfaz-se com a constatação de que à noite sucede o dia e ao dia sucede a noite.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É assim que seguem as políticas deste 12º Plano e Orçamento da responsabilidade dos governos do PS.

Por um lado, o Presidente do Governo, na passada semana, em Ponta Delgada, e no âmbito da reunião informal dos Ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional da União Europeia, aproveita para dizer que deve haver maior flexibilidade na atribuição dos apoios da Política de Coesão Europeia, propondo mudanças de comportamento.

Diz, mas não faz. Propõe, mas não pratica.

Cá dentro, nas opções pelas quais é responsável, o Presidente do Governo não muda nem as políticas, nem os actores da governação.

Fica tudo na mesma.

Aumenta o dinheiro, mas cristaliza as prioridades, os incentivos, o seu modelo para alcançar a coesão territorial e social dos Açores.

Nos mapas nacionais de competitividade territorial e de coesão, os Açores continuam em últimos.

Cito Augusto Mateus, ex-Ministro de Governo Socialista: “No capítulo da coesão social, a posição debilitada da Região no contexto nacional traduz-se pela existência de um padrão de qualidade de vida (nível de esperança média de vida) e de qualificação do seu capital humano inferiores à média nacional”. Estamos por isso abaixo da média nacional.

Com um resultado destes, ao fim de uma continuidade de onze anos, não é inteligente continuar o mesmo percurso nas propostas para o 12º ano da mesma governação.

A verdade é que, tal como disse Danuta Hubner (Comissária Europeia para a Política Regional), “a agenda territorial ambiciona ainda contribuir para uma política mais orientada para os resultados”.

Por outro lado, o documento produzido pela Presidência Portuguesa salienta que “a globalização influenciará o contexto no qual a futura política de coesão será implementada, sendo evidente que as regiões mais competitivas serão as que melhor se adaptarão a este novo contexto”. Não é este o caminho, nem o estado da Região Autónoma dos Açores.

Não há tempo a perder! O atraso faz-nos perder a esperança de surpreender e dar um salto qualitativo.

Mas estes Plano e Orçamento são, na sua expressão financeira e na pulverização de prioridades que mantêm, uma oportunidade perdida, que nos vai atrasar ainda mais.

Mantém a visão tradicional das políticas de desenvolvimento regional, assumindo a simplicidade de uma política redistributiva e a subsidiação directa aos agentes económicos, em função do seu nível de rendimento, como únicas respostas às assimetrias de desenvolvimento das nossas ilhas.

O novo paradigma europeu anda, incontornavelmente, à volta da coesão e competitividade territoriais; do desenvolvimento sustentado e da promoção.

O Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) define como principal desafio a competitividade, apostando na cooperação e coordenação entre agentes económicos e institucionais; na transversalidade das intervenções e na determinação de um conjunto reduzido de prioridades.

E as prioridades são:

- Qualificação da actividade económica (incentivo ao investimento empresarial orientado para os sectores transaccionáveis e de inovação);
- Qualificação dos recursos humanos (educação e formação profissional);
- Qualificação do território (atractividade);
- Qualificação da administração (redução de custos de contexto).

Não é esse o caminho que o Governo Regional aponta no seu Plano e Orçamento para 2008.

A evolução das respectivas dotações financeiras confirma as opções.

Actividade económica e inovação cresce 24%; a qualificação dos Recursos Humanos cresce 31% e as infra-estruturas (o dito betão, Sr. Deputado San-Bento) decrescem 49%.

Ao contrário, estes Plano e Orçamento para 2008 fecham os olhos ao futuro e mantêm a aposta no betão e no investimento público.

O aumento previsto para o investimento é de 16,4%. A área prioritária é o investimento em estradas, que cresce 183% (números ditos, com orgulho, pelo Secretário Regional da Habitação e Equipamentos).

Mesmo na qualificação dos recursos humanos as fatias maiores são para infra-estruturas e equipamentos. No âmbito do desenvolvimento da actividade científica e tecnológica a verba prevista visa apoiar a Universidade dos Açores.

E sobre este quadro de opções, o que diz a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores?

Embora timidamente, para nosso gosto, o seu parecer é assertivo quando diz, a propósito da qualificação dos recursos humanos, e cito “ (...) a qualidade do ensino ... continua a não satisfazer as necessidades das empresas. É importante aumentar as

competências dos jovens. Certamente aumentando o período de escolaridade, mas fundamentalmente criando uma cultura de maior exigência, de mais rigor. Iguais princípios se devem aplicar ao ensino profissional, que necessita de alcançar um novo patamar de qualidade e exigência, tão importante para a qualificação dos quadros empresariais.” É de ver como só o Governo não vê o caminho acertado!

Sobre o desenvolvimento da actividade científica e tecnológica acrescenta ainda o parecer da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores: “gostaríamos de a ver mais direccionada para o meio empresarial, uma vez que actualmente ela tem pouco impacto na actividade económica e a sua interligação com o tecido empresarial é muito reduzida”. A verba prevista é exclusivamente para a Universidade dos Açores. Como se vê, o Governo não acerta o passo e ao longo deste tempo não cumpriu o ditado popular “Onde há erro há emenda”. Este Governo e este PS não têm emenda.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mantém o erro e adia o futuro, prorrogando o seu próprio passado.

Citando George Washington, num excerto das suas comunicações durante a guerra da independência dos Estados Unidos:” ... A demora equivale, neste momento, a uma derrota...” É este o proposto do Partido Socialista.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: De facto, a coesão territorial das nossas ilhas é uma falácia.

É incompreensível que não haja um estudo rigoroso e objectivo sobre os níveis de coesão territorial de cada uma das nossas ilhas, em relação às outras e à Região, bem como sobre os próprios fundamentos subjacentes à escolha das ditas ilhas de coesão. Mera intuição, Sr. Secretário!

A concepção da política de coesão territorial deste Governo Regional é intuitiva, sem fundamentação sustentada e sem critérios perceptíveis. Mas o pior é ainda o embuste da sua execução.

As chamadas ilhas de coesão queixam-se do seu abandono e do pessimismo das suas expectativas. Já ouvimos, ontem e hoje, parte destas ilhas. Não há economia, há envelhecimento e despovoamento.

O embuste desta falsa política está desmascarado no relatório de execução financeira do Plano de 2006. Num total previsto de 20.040.000 m€ para a acção Apoios à

Coesão e Parcerias Público-Privadas, só 3.914.844 m€ foram directamente aplicados nas ditas ilhas da coesão. Isto é, o correspondente a 19,5% do previsto para aquela suposta acção de coesão. As ditas ilhas da coesão, que deveriam merecer uma discriminação positiva, foram aquelas que em matéria de execução menos receberam. Receberam, 19,5% do total previsto. Isto significa que 80% foram para as ilhas da não coesão.

Deputado António Marinho (PSD): Foi um falhanço!

O Orador: Afinal, a maior parte da verba prevista para a coesão não foi aplicada nas ilhas da coesão: Santa Maria; Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo.

Mas mesmo assim, era interessante que o Governo Regional tivesse já apresentado o resultado dos diversos níveis de coesão entretanto alcançados na execução desta política. Por exemplo, que grau de coesão alcançou a ilha das Flores? Aproximou-se ou afastou-se da média de desenvolvimento da Região? Que resposta tem o Governo para esta simples questão?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, a coesão social dos Açores também falhou. Muita dela agravada pela falta de efectiva aposta no investimento harmónico nas várias parcelas das ilhas, sobretudo nas mais afastadas dos meios urbanos. E é em São Miguel e na Terceira que se verificam os maiores desequilíbrios sociais: graves bolsas de pobreza e muitos casos de exclusão social.

Pacientemente direi: talvez tenhamos todos os mesmos objectivos.

Mas a verdade é que há muito para fazer e de modo diferente.

O modelo persistente deste governo está ultrapassado. Por manifesta incapacidade, este governo e esta maioria não o sabem corrigir.

O futuro começa já, mas estes Plano e Orçamento para 2008 são só a continuidade do passado.

Aos Açores e aos Açorianos associo a ambição de um novo paradigma para o seu desenvolvimento, ilha a ilha e na sua integralidade. Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Independente)

Presidente: Está inscrita para debate a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Se me permite, a sua intervenção naquilo que respeita à política de incentivos ao investimento privado dos Quadros Comunitários de Apoio que foram geridos por este Governo é altamente redutora, injusta e falta à verdade.

Deputado José San-Bento (PS): E pessimista, como sempre!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

A Oradora: Passo a explicar-lhe porquê:

Quando este Governo tomou posse, o II Quadro Comunitário de Apoio já estava negociado e só para antevermos o sucesso que foi relativamente a certas medidas, a comparar, se quiser o favor de ver, na revista “Empreender”, que é publicada pela Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica, os indicadores de sucesso, num dos casos e nos outros. Ou seja, comparar o II QCA com o III QCA.

Veja a diferença que há na criação de postos de trabalho, nos incentivos aprovados, números de candidaturas por ilha, em todos os indicadores.

Deputado António Marinho (PSD): A senhora está fora de contexto!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não foi isso que o Deputado José Manuel Bolieiro veio dizer aqui!

A Oradora: Não estou fora de contexto. O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro veio acusar aqui que, na política do Quadro de Referência Estratégico nós não temos tido ambição e não temos alterado as políticas.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro já é deputado nesta casa há muitos mais anos do que eu, portanto devia saber as alterações que têm sido feitas ao longo dos anos nos vários sistemas de incentivos. Se não se recorda, passo a recordá-lo:

No ano de 2000 foi aprovado o SIDER, com medidas muito ambiciosas e inovadoras em todas as áreas. Só para comparar, no caso do turismo, posso dizer-lhe que enquanto que no II QCA o peso do investimento aprovado no sector do turismo em

relação ao investimento total foi de 36%, agora no III QCA esse peso foi de 65% do total.

Relativamente ao futuro, temos o novo QRESA 2007/2013, isto já para não falar aqui nas alterações que foram sendo feitas no SIDER. Já nesta legislatura aprovamos importantes alterações no SIDER e nalguns dos seus subsistemas que vieram permitir o apoio a novas áreas, para além das tais discriminações positivas que são atribuídas ao investimento nalgumas ilhas.

Para o novo QRESA 2007/2013, temos novas áreas de apoio. Dou-lhe um exemplo:

- Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico – é uma nova linha que não existia antes. Aqui é possível apoiar novas áreas que antes estavam reservadas às entidades públicas: saúde, ensino, residências assistidas para idosos, recolha e tratamento de resíduos, aproveitamento de fundos renováveis de energia para a produção de bio-combustíveis.

Acha que não é suficiente, que não é ambicioso fazer estas alterações?

Reconhece o impacto que estas medidas podem ter a nível do incremento da competitividade externa da nossa economia, a nível do estímulo dos investimentos que podemos fazer em bens transaccionáveis, como referiu na sua intervenção que contribuam para o reforço da base económica da exportação?

Além de estarmos aqui a estimular novas áreas, estamos a fazer profundas alterações nas áreas que anteriormente eram objecto de apoio.

Na avaliação dos projectos referiu aqui na sua intervenção que se está a subsidiar na medida do rendimento. Gostaria que explicasse o que é que isto quer dizer. É que na avaliação dos projectos os critérios que são utilizados têm em conta factores como a certificação da qualidade, a introdução de mais valia ambiental, a eficiência energética e outros aspectos. Não tem nada a ver com a medida do rendimento daqueles que se candidatam.

Portanto, gostaria que explicasse melhor o que quer dizer, porque não percebi e acho que foi altamente injusto tudo aquilo que veio afirmar aqui relativamente à ambição deste novo Quadro e da manutenção de políticas que não se mantiveram, foram sendo ajustadas às necessidades do mercado e muitas vezes para compensar falhas em áreas

que se verificavam. Os incentivos que existiam não eram devidamente aliciantes para que os privados investissem nessas áreas ou nessas ilhas.

Muito obrigada.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que eu disse, disse de forma acertada e convicta.

O que a Sra. Deputada percebeu é que não corresponde ao objectivo da minha intervenção.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Não fui só eu que percebi mal!

O Orador: O objectivo da minha intervenção é claro e decisivo. A política de coesão deste Governo falhou! Não há resultados de coesão nas Ilhas dos Açores!

Pior! Os investimentos que supostamente deviam ter sido orientados para as ditas ilhas de coesão, previstos nos Planos e Orçamentos que voltam a estar neste em matéria de resultados e de execução, são uma falácia, de forma clara, inequívoca, por isso não permite a confusão que a Sra. Deputada fez.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Não fiz confusão nenhuma. O senhor referiu-se a alterações de política no novo Quadro e não é isso que vai acontecer!

O Orador: Fê-la, porque entendeu fazer este discurso, não porque compreendeu o que eu disse.

Devo dizer que o que é razoável perceber, Sra. Deputada e Srs. Membros do Governo, é que o Governo falha porque executa mal a sua própria política e o seu próprio plano.

Quando prevê em matéria de sistemas de inventivos e apoios à coesão uma verba que corresponde, no caso de 2006, em matéria de executado, para as Ilhas da Coesão, 5 milhões, 160 mil, 764 euros, ela corresponde a 14,3% do total previsto para este

programa, o que significa que as Ilhas de Coesão não ficaram com o maior bolo das verbas previstas neste programa supostamente para a coesão.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Não é só nesse programa. Está a ver mal!

O Orador: Significa, Sra. Deputada e Srs. Membros do Governo, que não fizeram coesão nenhuma. Continuaram a dar prioridade na execução às ilhas maiores. É, por isso, um falhanço.

Em matéria de apoio à coesão e parceria público-privadas, falando de 2006 (repito) a verba executada nas Ilhas de Coesão, corresponde apenas e só a 19,5 % do total previsto. Mais um prejuízo para as Ilhas da Coesão, porque a maioria da verba prevista foi para as ilhas, ditas, maiores.

Portanto, Sr. Secretário da Economia, os senhores prometem uma coisa e executam outra. A verdade é que não sabem onde estão em matéria de coesão, ilha a ilha, não sabem para onde vão, nem que resultados concretos têm da aplicação da vossa política.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Desafio o Governo a me dizer hoje em concreto (já que o Secretário da Presidência se inscreveu, porque é essa a utilidade da sua intervenção, se não for essa, não tem mais nenhuma), qual o grau de coesão de cada uma das ilhas que fazem parte do programa da coesão em relação à média regional e em relação a cada uma das ilhas?

Qual foi o grau de coesão atingido em 2006 em cada uma destas ilhas, face à concreta execução da política em curso para estas ilhas?

Estas são perguntas objectivas que carecem de respostas objectivas.

Tudo o resto é diversão e não tem utilidade nenhuma.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Disse o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro que o Governo não sabe onde está, não sabe para onde vai, não sabe... não sabe mais coisas!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Não sabe o que é que alcançou!

Deputado José San-Bento (*PS*): Camões é que falava assim!

O Orador: Pois eu cá digo que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro não sabe o que diz. E não sabe o que diz porquê?

Esta história da coesão não é apenas bonito para se falar, tem que ter um sentido, tem que ter uma convicção, tem que, na nossa prática e no nosso discurso lógico e sequencial, se perceber que isto realmente faz sentido.

Fez no dia 21 deste mês um ano que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, nesta mesma câmara, dizia, por exemplo, a propósito de São Miguel – passo a citar:

“Somos a maior ilha. Temos a massa crítica”.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): É mentira!

O Orador: “Representamos 54,5% da população. Somos a maior economia. Apenas para que fique simbolicamente visto, o desagregado orçamentado para São Miguel corresponde tão só a cerca de 27% do total do investimento público da Região. São Miguel reclama investimento, desenvolvimento e competitividade. São Miguel recusa o travão à velocidade que o seu próprio potencial exige sentido estratégico no investimento público regional”.

Sr. Deputado Bolieiro, onde é que nós ficamos?

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

O Orador: Afinal é o senhor que não sabe o que é que diz, nem sabe do que é fala quando fala de coesão!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, porque tenho que gerir o tempo do Grupo Parlamentar, mas o Sr. Secretário Regional falou e não disse nada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Continua sem saber onde está, para onde vai e o que alcançou. Esta é que a verdade deste Governo.

Sr. Secretário, a incoerência da sua intervenção, para criticar o que exigia, está nesta matéria.

Como eu dizia, em questão de coesão social, bolsas de pobreza e exclusão social, são Miguel continua a ser a ilha mais problemática da Região Autónoma dos Açores. O Governo nesta matéria fecha os olhos!

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Não foi isso que o senhor disse!

O Orador: Em questão de coesão territorial, as ilhas ditas de coesão continuam à espera de um investimento que promova a discriminação positiva das mesmas e nem isso o Governo conseguiu, porque a execução é inferior à média das outras ilhas.

Portanto, o Governo não sabe onde está, não sabe para onde vai, nem sabe o que alcançou e o senhor falou e não disse nada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Sabe fazer uma coisa: fazer piadas! Isso sabe!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para muito rapidamente tornar patente, perante esta câmara, a incapacidade e a incoerência do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e com ele de todo o Partido Social Democrata, de conciliar aquilo que num ano dizem, no ano a seguir já é diferente.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não tem nada a ver!

O Orador: Tudo se resume ao seguinte: é o que der mais jeito para dar pancada no Governo!

Lamentavelmente prestaram um mau serviço quer ao debate destes documentos, quer à política de coesão que o Governo está a implementar nos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Secretário Regional da Presidência revelou não conhecer a diferença entre a coesão territorial, competitividade territorial e coesão social. Por isso, não percebeu nem a minha intervenção do ano passado, nem a minha intervenção deste ano.

A responsabilidade é sua, porque a coerência das minhas intervenções está garantida.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor é bom actor, mas não estudou o papel desta vez!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O ano de 2008 é, sem dúvida, o ano do balanço de uma Legislatura. É o ano da verificação dos compromissos eleitorais assumidos e é também o ano do lançamento de novas ideias e de novos desafios que terão continuidade na Legislatura seguinte. O Plano e o Orçamento, agora, apresentados a esta Assembleia, representam o culminar de um conjunto de apostas desenvolvidas por este Governo que agora começa a surgir de uma forma clara em todas as ilhas, e porque nada é estanque, representam também o despontar de novas iniciativas que irão ser prosseguidas durante os próximos anos.

No terceiro trimestre de 2007 atingimos praticamente os 108 mil empregados. A nossa taxa de desemprego tem se mantido baixa, à volta dos 3.9%, enquanto que no País se estabilizou à volta dos 7.9% e na Madeira ronda já os 7%.

No mundo de trabalho assiste-se a uma revolução silenciosa. De 96 para 2007 foram criados cerca de 19 mil postos de trabalho líquidos, mas em cada três empregos criados dois foram ocupados por mulheres. Assistiu-se também a uma qualificação dos recursos humanos das empresas, em parte proveniente do ingresso no mercado de trabalho de jovens com formação profissional e em parte devido ao estímulo para a formação de activos originado pelas majorações dos diversos sistemas de incentivos. No terceiro trimestre de 2007 o sector primário ocupou apenas 11.7% da população empregada. Temos menos pessoas a trabalhar neste sector, mas a produção aumentou e sobretudo o seu rendimento. De 96 a 2007 foram criados cerca de 9 mil postos de trabalho no sector secundário, 7 mil dos quais na construção civil. Repare-se que, desde 2001, o consumo de cimento se situa acima das 318 mil toneladas, e que este ano deve ultrapassar as 340 mil toneladas.

No sector terciário foram criados, desde 96, cerca de 12 mil e quatrocentos postos de trabalho, basicamente repartidos pelo Turismo, pelo Comércio e pelos Serviços de Saúde e da Acção Social. Estes empregos foram em mais de 92% ocupados por mulheres.

Mas este desafio que temos vindo a vencer que é o da criação de emprego, não termina em 2008. Nos próximos anos continuaremos a ter milhares de jovens a entrar no mercado de trabalho. A aposta tem de continuar a ser feita nas empresas e na capacidade empreendedora dos jovens. É por isso fundamental promover uma cultura

de risco na sociedade açoriana, é uma tarefa que deve implicar todos, as Escolas, as Associações Empresariais, a Banca e os diversos Departamentos Governamentais. O terceiro Quadro Comunitário de Apoio foi um sucesso nos Açores! De 2000 a 2007 foram aprovados cerca de 600 milhões de euros de investimento privado, cerca do triplo do que ocorreu no segundo Quadro Comunitário de Apoio. O Turismo absorveu mais de 60% deste investimento.

É, pois, natural que com mais investimento e com mais emprego o PIB per capita da nossa Região tivesse crescido mais do que a União Europeia e do que a média do País de 97 a 2002, e mais do que o País e menos do que a União Europeia em 2003 e em 2004.

É evidente que os Açores também foram influenciados pela crise económica que assolou Portugal nestes dois anos, porém, segundo a publicação do INE, de 24 de Julho de 2007 “a RAA foi a única que, ao longo do quinquénio 2000-2004, registou todos os anos um crescimento real do PIB, embora com menor expressão em 2003”. Numa economia aberta, como é a nossa, claramente integrada na economia nacional, tenho dificuldade de entender o crime que pelos vistos o PSD nos acusa. Pensava que a teoria do oásis já tinha terminado neste partido com o antigo Ministro das Finanças Braga de Macedo.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As estatísticas reflectem o que qualquer cidadão sente no seu dia a dia. É incontestável que se vive melhor na nossa terra e que as nossas ilhas estão, hoje, mais bonitas e mais cuidadas. Diversas revistas de renome internacional assim o dizem. Também a nível nacional as diversas revistas generalistas fazem-nos referências elogiosas. Os Açores são, hoje, uma Região atractiva para o investimento privado. Grandes cadeias de hotéis mostram interesse em investir nos Açores. Só o PSD não vê a nossa terra assim. Paciência!

Temos neste momento em vigor todos os Sistemas de Incentivos de Apoio à iniciativa privada que estarão disponíveis até 2013. Todos os formulários electrónicos adstritos aos diversos subsistemas de incentivos estão já na Internet. Também já foi

publicado o Decreto Regulamentar que estabelece os Projectos de Interesse Regional. Apesar da subida do petróleo e de alguma instabilidade dos mercados financeiros se o actual clima de confiança se mantiver é natural que nos próximos anos se assista novamente a um forte impulso do investimento privado na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito ao investimento público é notória a aposta nas diversas infra-estruturas que estão a voltar os Açores para o Mar. Em Santa Maria encontra-se praticamente concluída a 1ª fase do núcleo de recreio náutico de Vila do Porto, o concurso público para a 2ª fase da empreitada que inclui os edifícios de apoio, o terraplano e uma ligeira alteração do cais de passageiros devido ao novo posicionamento do molhe do núcleo de recreio náutico, será lançada a concurso no próximo mês de Janeiro.

Em São Miguel, a empreitada relativa às Portas do Mar está a decorrer a bom ritmo, as obras de protecção das actuais piscinas que permitirão o seu funcionamento durante todo o ano iniciar-se-ão na próxima semana. A reabilitação do Porto da Praia da Vitória e a construção da nova Gare marítima de passageiros estão praticamente concluídas, o Parque de Combustíveis da Praia da Vitória está neste momento em testes, prevendo-se a sua inauguração para a primeira quinzena de Dezembro. A entrega das propostas para a remodelação do Porto da Praia na Graciosa ocorreu segunda-feira passada, contamos iniciar esta obra, que tem o prazo máximo de execução de nove meses, ainda em Janeiro próximo.

A 1ª fase do núcleo de recreio náutico das Velas estará concluída em Fevereiro próximo, contamos também terminar o aumento do terraplano e a nova via de acesso ao Porto comercial das Velas em Junho de 2008. Gostaria aqui de vos anunciar que decidimos mandar elaborar o projecto para a construção do núcleo de recreio náutico da Calheta, porque sempre tivemos de São Jorge uma visão equilibrada para o seu desenvolvimento. Se o concelho das Velas é importante, também é importante fixar infra-estruturas e pessoas no concelho da Calheta. Penso que só o PSD ainda não entendeu isto!

Nas Lajes do Pico concluiremos o núcleo de recreio náutico em Abril do próximo ano. Prevemos poder lançar o concurso público para a construção do molhe norte da grande obra de reabilitação da frente marinha da Horta, mal esteja concluído o estudo em modelo reduzido do respectivo projecto no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, bem como o estudo de impacto ambiental que se encontra a decorrer. No caso do porto da Madalena, o mesmo se passa. Estamos a trabalhar no modelo reduzido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e dentro de um mês teremos os resultados dos ensaios que estamos a realizar na Escola Naval para determinar a operacionalidade deste porto com o contra-molhe. No próximo mês de Janeiro iremos lançar a concurso público a empreitada do núcleo de recreio náutico das Lajes das Flores, do Pavilhão Polivalente de apoio ao porto e às cargas direccionadas para o Corvo, bem como o reforço da cabeça do molhe daquele porto.

Enviamos ontem para publicação o concurso público internacional para a construção da embarcação de transporte marítimo de passageiros entre as Flores e o Corvo. Será uma embarcação com o preço base de 620 mil euros, com uma lotação de 12 passageiros e dois tripulantes e com um casco em fibra de vidro do tipo Nelson. O prazo de execução é de 150 dias.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é do vosso conhecimento as duas embarcações de transporte marítimo de passageiros em construção no Estaleiro Naval de Viana de Castelo estão atrasadas e não virão a tempo para a operação deste ano. O Estaleiro justifica-se pelo atraso dos motores que deviam ser entregues em Agosto passado pela construtora ABC. Existe de facto uma procura muito elevada, a nível internacional, nesta área que tem levado a atrasos nas entregas dos motores por parte dos diversos fabricantes. No caso do navio mais pequeno, o Estaleiro Naval de Viana Castelo justifica ainda o atraso devido à alteração do projecto resultante das mudanças nas regras de estabilidade em caso de acidente. Para que não restem qualquer tipo de dúvidas quanto a responsabilidades sobre a alteração do projecto devo aqui afirmar que no concurso público realizado pela Atlanticoline os arranjos gerais apresentados tinham um carácter meramente indicativo, pelo que competia ao Estaleiro Naval de Viana do

Castelo desenvolver o projecto de acordo com a legislação em vigor ou com as alterações que viessem a ocorrer.

O concurso público para a construção destas duas embarcações foi realizado em Abril de 2006 para que a primeira facturação ocorresse em 2007, podendo assim candidatar-se ao IV Quadro Comunitário de Apoio. Ao fazê-lo naquela data sabíamos que corríamos o risco de haver atrasos e de estas embarcações poderem não estar prontas para operação de 2008. Por isso, a Atlanticoline, ao realizar o contrato de fretamento do Ilha Azul e do Santorini, fê-lo já com a possibilidade de mais um ano de opção, para prevenir esta situação. O navio de 97 metros fez o seu assentamento de quilha no dia 14 de Novembro e tudo indica que ficará a flutuar em Fevereiro próximo. O novo projecto do navio mais pequeno já foi testado em tanque pelo que dentro em breve entrará na fase de produção.

Em Janeiro, no decorrer da BIL, a Atlanticoline apresentará os horários para a próxima operação, bem como os navios que irão operar. Pretendemos reorganizar e agilizar a Atlanticoline para melhorar a sua resposta no transporte marítimo de passageiros inter-ilhas. Este ano foram transportados 73.590 passageiros e 9.557 viaturas.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de referir também os projectos que têm vindo a ser desenvolvidos pelas “Ilhas de Valor” que está sob a tutela da Secretaria Regional da Economia. O contrato para a elaboração do projecto para o Campo de Golfe de Santa Maria será assinado no dia 4 de Dezembro. A equipa vencedora do concurso é um consórcio liderado pela prestigiada equipa inglesa do grupo Nick Faldo, um dos mais conceituados projectistas de Campos de Golfe do Mundo. Na Graciosa o hotel está a decorrer a bom ritmo e tudo indica que estará pronto em Julho próximo; em São Jorge já chegámos a acordo para a construção de uma pousada da Juventude, mais uma vez, no Concelho da Calheta, o projecto está pronto, terá agora de ser licenciado pela Câmara Municipal da Calheta para procedermos ao lançamento do concurso para a respectiva empreitada estimada em 1.1 milhão de euros. Nas Flores, o hotel do Boqueirão e o respectivo Centro Interpretativo Ambiental está a decorrer a bom ritmo

e estima-se que fique pronto em Agosto de 2008. Como se pode ver também aqui as promessas feitas são promessas cumpridas.

No que diz respeito aos transportes aéreos muito já foi realizado. Fizemos uma profunda remodelação em todas as aerogares da Região que são da responsabilidade do Governo Regional. O Aeroporto do Pico está concluído, faltando apenas a instalação do ILS que já foi adjudicado e a construção do armazém de carga. O Parque de combustíveis do Pico está finalmente a decorrer a bom ritmo. A Aerogare Civil das Lajes ficará concluída provavelmente em Março próximo. Estamos a trabalhar no projecto da realocização do Hangar para a manutenção dos aviões e na transformação do actual Hangar em terminal de carga. No próximo mês será lançado o concurso para a empreitada de construção da ampliação do aeroporto de São Jorge. Trata-se de um investimento muito elevado da ordem dos 20 milhões de euros. O concurso para a construção do Parque de Estacionamento do aeroporto de São Jorge também já foi lançado.

Como é do vosso conhecimento as novas obrigações de serviço público propostas pelo Governo Regional, para o transporte entre os Açores, o Continente e a Madeira estão neste momento no Ministério das Obras Públicas para parecer das diversas entidades pelo que espero que muito em breve sejam enviadas para notificação à União Europeia.

O novo Conselho de Administração do grupo SATA, recentemente empossado, nomeou uma Comissão com consultores externos, para acelerar o processo de avaliação das várias soluções alternativas para a renovação da frota da SATA Air Açores, estimando-se que o processo esteja concluído no início de 2008.

Os Projectos das Termas do Carapacho e da Ferraria ficam concluídos durante o mês de Dezembro pelo que contamos lançar os concursos para as respectivas empreitadas em Janeiro próximo. No que diz respeito ao Varadouro a abordagem que está a ser feita é diferente. Após a caracterização das águas termais aí descobertas, foi elaborado um estudo prévio para a construção de uma unidade hoteleira para aproveitamento destas águas termais e comprados os terrenos necessários para esta construção. Iremos no próximo Conselho de Governo propor a suspensão do PDM naquele local para que esta construção possa ser levada por diante. Já temos os

pareceres positivos das diversas entidades envolvidas, nomeadamente da Câmara Municipal da Horta. Após este processo contamos lançar a concurso para a construção daquela infra-estrutura por parte dos privados.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Plano de 2008 o Programas 12 compreende um conjunto de medidas e acções relativas ao Desenvolvimento do Turismo. Destas sobressaem a Promoção Turística e os Investimentos Estratégicos. Iremos continuar a fazer uma forte promoção no mercado nacional. A nova campanha subordinada ao tema as ilhas da natureza mágica será lançada na BTL. Os voos que temos com o exterior para os diversos destinos turísticos serão mantidos e em alguns casos ampliados. O novo Plano Operacional Marketing já foi adjudicado. Nos investimentos estratégicos merecem especial realce o apoio à remodelação e ampliação da Marginal e Parque Turístico e Ambiental do Paul na Praia da Vitória. No Programa 13, Desenvolvimento Industrial, são fundamentais as medidas ligadas à Inovação Tecnológica e à Gestão de Recursos, bem como o apoio ao Artesanato. No Desenvolvimento do Comércio e Exportação, descrito no Programa 14, merece destaque o apoio à Promoção de Produtos Regionais no exterior.

No Programa 15, Promoção do Investimento e da Coesão, os sistemas de incentivos e as parcerias público privadas, nomeadamente com as “Ilhas de Valor”, com as Associações sem fins lucrativos para a promoção da Região no exterior e com outras entidades, sempre que esteja em causa investimentos nas ilhas da Coesão, são as Medidas mais importantes

No Programa 24 e 25 estão descritas as Medidas e as Acções relativas à Consolidação e Modernização dos Transportes marítimos e aéreos. No Programa 28, descrevem-se as Medidas e as Acções relativas à Consolidação e Modernização do Sector Energético.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Plano irá dar um forte impulso ao investimento privado. Criará as condições para os Açores ser mais atractivos para quem os visita quer seja pelo ar, quer seja pelo mar. Com este Plano e com este Orçamento criaremos emprego sustentável e riqueza, melhoraremos a qualidade de vida dos açorianos e daremos um importante contributo para o desenvolvimento da nossa Região. É por isso que vos digo que este Plano merece a vossa aprovação. Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos para esclarecimentos os Srs. Deputados Mark Marques, Rogério Veiros e Costa Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) Deputado Mark Marques (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Ouvi atentamente a sua intervenção e não queria que o senhor pensasse que nós somos daquele “clube da má-língua”, porque não somos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não!!!

O Orador: O Sr. Secretário teve a tentação de falar um bocadinho mal do PSD, mas apresento-lhe aqui alguns factos:

Como disse, ouvi atentamente a sua intervenção. Não vou bater palmas, porque alguém pode ironizar com isso, ao anunciar o porto de recreio da Calheta. Desejo melhor sorte do que o das Velas e espero que quando as coisas correrem mal não seja por culpa da autarquia, como faz em relação ao das Velas. Registo isso com agrado, é óbvio, porque sou de São Jorge acima de tudo. Depois sou do Partido Social Democrata e deputado eleito por todos.

Deputado José San-Bento (PS): Não parece, mas é!

O Orador: Não parece, Sr. Deputado, mas é nos seus olhos. O senhor tem uns olhos “cor-de-rosa”, paciência!

Sr. Secretário, eu não quero dizer que o senhor vai faltar à verdade, que vai mentir, que o que disse não é verdade. Eu não quero dizer isso. Mas tenho uns documentos

na mão que temos que comparar. Os senhores gostam de comparar este PS com o PSD de há 12 anos. E eu quero comparar o que o senhor escreveu há um mês e o que disse agora.

Com isto quero questionar a credibilidade daquilo que o senhor disse e anunciou para vários sítios e para várias ilhas. Não estou a a dizer que o senhor está a mentir ou que não vai cumprir, mas tenho dúvidas. Vamos aos factos:

No dia 1 de Outubro, num jornal da Ilha do Faial, aparecia “processo nº 65 – concurso público internacional – adjudicação, administração de serviços do aeroporto da Ilha de São Jorge, ampliação e alargamento da pista do projecto”.

No Jornal Oficial datado de 10 de Outubro tinha: “abertura do concurso – elaboração do projecto da ampliação e alargamento da pista do aeroporto da Ilha de São Jorge, na Região Autónoma dos Açores, demais serviços...”

Neste anúncio dizia que a entrega das propostas tinha que ser até ao dia 26 (ontem!) às 15 horas.

Engraçado dos engraçados, ironia do destino e malfadada ilha aquela, no dia 26 de Novembro o que aparece no Jornal Oficial é a anulação do concurso.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É verdade!

O Orador: É verdade, pois. Que chatice, não é?

Como é que eu posso acreditar que o que o senhor diz ali é verdade?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu explico!

O Orador: E de uma forma muito sub-reptícia (eu tive muito trabalho, mas eu trabalho, alguns ali pensam que nós não trabalhamos neste lado, mas trabalhamos), o anúncio que aqui está não tem escrito em lado nenhum que é sobre o aeroporto.

Eu tive que ir ver que era a II Série, nº 80, do dia 10 de Outubro, o único aviso que tinha da SATA Gestão de Aeródromos. Tenho razão, não tenho?

Conclusão: nós fizemos o nosso trabalho de casa!

Sr. Secretário, o senhor vem dizer agora que para o mês que vem vão lançar o concurso.

Santa Paciência! Nós vamos ficar como São Tomé! Vamos ficar naquela ilha maravilhosa, que também é, mas já era maravilhosa antes de haver Governo

Regional. Quem fez aquela maravilha e as fajãs não foi o Partido Socialista, nem o PSD!

Gostaria de comentar mais duas coisas:

O Partido Socialista tem, de uma forma acho que grosseira, criticado o PSD que não quer betão. Então vou dizer-lhe o seguinte:

Muito fracamente... Na minha ilha e nas pequenas obras tacanhas que a sua secretaria tem feito, o que há é falta de betão. Quer um exemplo? – Posso dar-lhe as fotografias no fim, porque não sei há quanto tempo o senhor não vai a São Jorge, e alguns deputados do Partido Socialista não vão acima do cais!

Sobre a ampliação do parque. Confesso que eu como leigo fiquei com alguma fé de que ia haver uma ampliação do parque de contentores. Mas eu tenho aqui as duas fotografias do antes e do depois. Conheço *in loco*!

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor precisa é de uma máquina nova!

O Orador: Sr. Secretário, é ridículo! O senhor vá lá e pergunte.

O porto de recreio, tem falta de betão.

Quer um exemplo?

Os pescadores pediram à APTO que fosse decidido aqueles pontões que provisoriamente estiveram lá para porem as suas embarcações de pesca.

Resposta da APTO (não está escrito, mas pode averiguar): se calhar a marina não vai dar e esses sempre ficam para alguns que ficam de fora.

Sr. Secretário, eu tenho estado sempre a denunciar que aquilo é pequeno. Antes de estar pronto já está esgotado. Essa é uma prova disso.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Depois se verá!!

O Orador: Sr. Secretário, eu tenho muitos assuntos, mas sobre a sua secretaria queria deixar este registo, esta mágoa, este desabafo e que daqui a dois meses, no plenário de Janeiro, eu esteja aqui a dizer: “Sr. Secretário, afinal de contas o senhor não me mentiu!”

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Tem razão!

O Orador: Dê-me o benefício da dúvida e hei-de estar aqui a dizer, o senhor não mentiu, o concurso foi publicado, mas uma coisa tenha em atenção. Os Deputados do PSD, ao contrário do que costumam dizer, fazem o seu trabalho de casa!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidentes: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais queria aqui congratular-me com o anúncio que foi feito pelo Sr. Secretário da Economia. Essa é uma luta dos Deputados do Partido Socialista pelo círculo eleitoral de São Jorge e que representam a ilha no seu todo há bastante tempo. Por isso é com grande felicidade que hoje assistimos a este anúncio.

A Ilha de São Jorge tem que ser desenvolvida no seu todo e é para o todo que nós trabalhamos, para a sua coesão.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Mark Marques eu acredito que o senhor tem que ser como São Tomé, tem que ver para crer. O senhor pode crer que está a ver obra em São Jorge, muita obra.

Contudo, gostaria de lhe dizer que a ampliação e o novo acesso do parque de contentores ainda não terminou e já se começa a ver a importância daquela obra. É uma obra com importância.

Também me queria congratular com uma parte do seu discurso. É que o senhor afinal não concorda com o PSD regional. O senhor acha que este Governo ainda tem pouco betão e que devia ter mais política do betão.

Deputado António Marinho (PSD): Não é nada disso!

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor está a patinar. É uma chatice ser “apanhado na canadinha”.

O Orador: Realmente quero congratular-me com a sua coragem para contrariar o discurso do senhor economista da bancada, do seu líder, porque o senhor foi corajoso em assumir que esta política do betão, afinal, é importante para as Ilhas da Coesão, é importante para o investimento.

Também gostaria de dizer-lhe que este Governo do Partido Socialista promete as obras, executa as obras e elas estão a acontecer tal qual nós as projectamos, mas temos que cumprir com a legislação em vigor, com os critérios em vigor e com o

respeito por tudo aquilo que nós devemos respeitar como pessoa de bem. Às vezes pode haver um erro processual num concurso ou noutro.

O erro é humano. Mas garanto-lhe uma coisa: a vontade de servir os açorianos, de fazer obra e de cumprir o nosso manifesto eleitoral, essa, não há dúvidas, está com o Partido Socialista.

Presidentes: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito rápida para uma resposta rápida, Sr. Secretário.

O projecto do porto da Horta, que foi apresentado publicamente, quando é que será posto a concurso?

Presidentes: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Primeiro para responder ao Sr. Deputado Mark Marques.

Quando se faz... é pequeno!

Quando está feito ... já devia ter sido feito há mais tempo!

É sempre assim!

Deputado Mark Marques (PSD): Não foi dito agora. Já foi dito há muito tempo!

O Orador: Secretaria Regional da Economia: porto da Calheta – está lá e bem feito!

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem feito!

O Orador: Núcleo de Recreio Náutico e aumento do terraplano – foi discutido publicamente com as pessoas da ilha. Os técnicos fizeram o projecto e a câmara municipal deu parecer positivo. Agora estamos a fazer a obra que foi, no fundo, discutida publicamente.

Só que nós temos uma visão diferente da Ilha de São Jorge. Porventura os senhores queriam ter uma marina muito maior que iria criar dificuldades operacionais e isso foi explicado pelo técnico que esteve presente.

Deputado Mark Marques (PSD): Vou desafiar o Sr. Deputado Lizuarte Machado!

O Orador: Nós pretendemos fazer um desenvolvimento harmónico em São Jorge. Ou seja, se é importante criar uma marina com 106 lugares nas Velas, também é

importante criar uma outra infra-estrutura no porto da Calheta de forma a que também haja desenvolvimento daquele concelho. É esta a nossa visão de ilha.

Nós não temos uma visão unipolar da Ilha de São Jorge, por isso é que somos os campeões, os vanguardistas da coesão.

Em relação ao aeroporto, fez-se a aerogare já no local apropriado para a ampliação do aeroporto. Solicitou-se à ANA o estudo de viabilidade desta ampliação, foram feitos vários cenários e tínhamos dois caminhos, ou se elaborava o projecto ou se faria aquilo que vamos lançar que é o projecto e construção. Porquê? Porque qualquer construtor pode ter uma forma diferente de fazer aquela ampliação. Pode pôr pilares, pode arranjar pedra e fazer um aterro. Isso vai depender da situação de cada um, porque nós temos uma determinada dimensão que queremos ampliar.

O concurso vai ser lançado, está na fase final do caderno de encargos do programa de concurso. A SATA teve primeiro uma visão e chegámos à conclusão que a melhor visão é esta.

Cometeu um erro. Foi solucionado o erro. O caderno de encargos do programa do concurso está pronto e no próximo mês será lançado.

É uma obra de 20 milhões que terá um impacto fundamental naquela ilha.

Estamos a investir nesta ilha muito, como nunca se investiu no passado.

Isto é a prova concreta como é que nas Ilhas da Coesão se investe. Não basta estar no programa 15. Existem outros programas, nos transportes marítimos, nos transportes aéreos, turismo. Todos os departamentos governamentais, como disse o Sr. Presidente, confluem para que nas Ilhas da Coesão haja mais investimento.

Presidentes: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

Uma pergunta difícil que lhe vou fazer, mas peço que faça um esforço para responder.

Como é que se vai fazer tudo isto sem betão?

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Gostaria que o senhor me explicasse como é que sem betão consegue fazer todas essas obras.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista ao longo destes dois dias tem tentado incutir na comunicação social e tem tentado passar para os açorianos que o PSD está contra o betão.

O PSD não está contra o betão! E os senhores sabem disso.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Veja lá se encontra consenso. Dentro do PSD uns estão a favor, outros estão contra!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Eu aguardo. O ruído é uma coisa própria do incómodo. Não sei se me deixam falar Sr. Presidente.

Deputado Rogério Veiros (PS): Está a pensar!

O Orador: Não estou a pensar, Sr. Deputado. Eu faço o trabalho de casa. Não sou “apanhado na canadinha” como alguns. “Apanhado na canadinha” é expressão do Sr. Secretário da Economia quando foi confrontado com o concurso que foi anulado. Longe de mim outra coisa, Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PSD não está contra o betão, como é óbvio. Não pode estar! Mas nós não vemos resultados de todo esse betão que tem ido para alguns sítios. Também não vemos os resultados da coesão.

(Aparte inaudível do Presidente do Governo Regional dos Açores)

O Orador: Eu posso falar olhando para si. Eu não tenho a RTP em directo como o Sr. Presidente do Governo teve ontem. Eu não vou olhar para câmara. O senhor ontem estava em directo, mas eu não estou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como disse, o PSD não é contra o betão e no caso concreto das obras que eu referi há falta de betão.

Sr. Secretário, quem planeia bem e faz os seus trabalhos de casa, acho um pouco esquisito, passo a expressão, acontecerem situações como, dois concursos, duas anulações.

Quando foi inaugurada a aerogare foi anunciado que já estava adjudicado, com um panfleto a cores e tudo, o parque de estacionamento. Anularam o concurso. Mal planeado!

Agora vamos para a pista. Foi anunciado. Novamente mal planeado.

Eu não queria dizer um nome, mas isto demonstra alguma incompetência nesta matéria.

Sr. Secretário, no final deste debate vou entregar estas fotografias ao Sr. Deputado Lizuarte Machado e ele como comandante irá explicar ao Sr. Secretário (e foi dito a mim por um técnico) que a dimensão do porto de recreio nada tem a ver com a rotação de navios. Tem a ver com a opção política que o Partido Socialista tomou. Tomou e assume! Têm que assumir isso! A questão é essa.

Depois dizer que a culpa é do município...

Sr. Secretário, por acaso o município das Velas é que vai fazer a inauguração do porto de recreio ou vai ser o Sr. Secretário?

Penso que vai ser o Sr. Secretário.

Obrigado. Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto estou com dificuldade em entender o PSD. Por um lado fala em investimento em São Miguel. É preciso investir mais em São Miguel,...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Não, não! Os senhores é que não investem o que prometem!

O Orador: ... que a economia é o motor. Por outro lado diz: “Não. É preciso investir mais nas ilhas da coesão”.

Por um lado, não deve ser feito investimento em betão. Deve-se investir nos recursos humanos, na educação. Depois vem outro deputado dizer: “Não, não! Eu quero mais betão! Quero a marina maior no meu concelho, não quero saber no outro”.

Dá-me vontade de rir quando há algum tempo atrás um deputado do PSD falava nos estudos que tinham sido feitos para as Portas do Mar, estudos de viabilidade económica. De facto, fizeram-se para vários, para a coesão, para um conjunto de incentivos que nós fizemos.

Quando se fala no porto da Horta, já ninguém fala nos estudos. Isto é como se dá! Cada um puxa para o seu lado.

Não vejo nenhum fito coerente no PSD. Hoje dizem uma coisa, amanhã dizem outra. É conforme calha.

No caso do Núcleo de Recreio Náutico das Velas, foi colocada a proposta de projecto à discussão pública. Eu tenho uma acta assinada pelo Presidente da Câmara do concelho a dizer que concordava.

Deputado Mark Marques (PSD): Ou fazia-se assim ou não se fazia!

O Orador: Ó meu amigo! Nós não temos uma visão unipolar da ilha. Temos investido nas Velas, mas temos investido também na Calheta. É por isso que a pouco e pouco o PSD vai perdendo força na Ilha de São Jorge.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Secretário se dirigiu, numa última fase, a mim, tratou-me por meu amigo. Registo! De facto sou!

Queria só fazer uma pequena correcção. Eu não sou deputado concelhio. Sou deputado regional (o senhor quis incutir isso, mas isso não é verdade), eleito pela Ilha de São Jorge.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O senhor só fala nas Velas!

O Orador: Para mim não há Calheta, Velas. Para mim existe desde o Topo até aos Rosais. Pode haver no Grupo Parlamentar do PS (não estou a dizer que tem, estou a dizer que pode ter) alguém que pense assim, mas neste lado não há esse problema.

Tenho dito.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu registei a intervenção do Sr. Deputado Mark Marques e gostaria de prestar aqui alguns esclarecimentos aos meus colegas da Assembleia sobre aquilo que realmente se passa em São Jorge. É que o PSD faz política de acordo com o tempo em que está e com o período para tentar fintar as pessoas e ganhar votos. Senão, reparemos:

O PS, a determinada altura, apresentou acesso ao porto de Velas e alargamento do seu parque de contentores, que é a obra que está a ser executada. O PSD esteve presente. Não vi nenhum documento, nenhum comunicado a criticar o projecto, a dizer que a obra estava mal projectada. Nada!

Antes pelo contrário. Assisti na altura, sim, a um ex-deputado do Partido Socialista que fez uma intervenção na hora e pediu alterações ao projecto para melhoria do próprio projecto.

Agora, que a obra está em execução, o PSD chama-lhe, em São Jorge, “Canada do Mar”. Desprestigiam a obra como se obra fosse uma coisa pequena.

Ao contrário do PSD Regional, o PSD de São Jorge volta a insistir que quer mais betão.

Núcleo de Recreio Náutico das Velas – foi apresentado, foi discutido, foi aprovado em Assembleia Municipal, foi aprovado pelos autarcas eleitos. A obra começa a desenrolar-se e vem o PSD dizer que a obra não devia ser feita assim.

Meus senhores, nós temos que projectar e na hora de projectar é que temos que discutir o projecto da obra. Quando o colocamos a concurso executamos, porque essas alterações custam dinheiro e, isso sim, é que é gerir mal o dinheiro dos contribuintes, é que é prestar um mau serviço à Região.

O PS governa bem, gerindo bem as suas obras.

Agora o Sr. Deputado vem dizer que faz o seu trabalho de casa e que é um deputado de ilha. Sr. Deputado, há dias atrás vi assinar um comunicado. Nesse comunicado não indicava que o senhor era deputado de ilha. Não me pareceu! Essa opinião foi generalizada.

De qualquer das formas, Sr. Deputado, nesse comunicado o senhor dizia que, se não me falha a memória, o PS tinha prometido uma determinada obra no IV Quadro Comunitário de Apoio que agora terminava.

Sr. Deputado, o IV Quadro Comunitário de Apoio é aquele que agora está a começar. Onde é que estava o trabalho de casa quando o senhor fez e assinou o seu comunicado?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Está escrito no meu discurso que mal esteja terminado o projecto, o modelo reduzido, e o estudo de impacto ambiental, lançaremos o concurso.

Nós prevemos que seja para o primeiro trimestre, Março ou Abril. Não sei exactamente quando é que isso termina, porque depende das alterações que ocorrerem no modelo reduzido.

Presidente: Encerrado este debate, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Plano Regional Anual para 2008, em apreciação neste debate, apresenta as propostas de investimento público para o último ano desta legislatura.

Por isso, é no quadro global da política de desenvolvimento em curso que devemos abordar as intenções nele anunciadas, tendo em vista a concretização das Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e do Programa do IX Governo da Região Autónoma dos Açores.

As políticas de Turismo, Indústria, Comércio e Exportação e Promoção do Investimento e Coesão integram o objectivo “Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia”, que, conjuntamente com a Agricultura, Florestas e Pescas, representa 34,9% do total do Plano, ou seja, a fatia mais substancial do investimento público para 2008.

No contexto da evolução recente do turismo, é possível afirmar com verdade que a actividade turística tem vindo a consolidar a sua importância estratégica na economia regional, à semelhança do que tem acontecido no resto do país.

Efectivamente, não podemos ficar indiferentes ao contributo que o turismo tem dado para a geração de riqueza em Portugal, onde já é apontado como o 3º factor mais importante para a criação da riqueza nacional.

Nos Açores, também queremos caminhar neste sentido. E estamos no bom caminho! Porque hoje há uma estratégia e uma política para o turismo!

Com o PS e com Carlos César na Presidência do Governo, foi decididamente reconhecida a prioridade estratégica de se apostar neste sector, contrastando claramente com a apatia e a inércia que, por falta de empenho ou inaptidão, caracterizou os tempos de governação social-democrata.

Esses eram tempos em que se inscreviam no Plano avultadas verbas para promoção turística sem qualquer eficácia, pois não havia resultados práticos ao nível do aumento da procura turística!

Esses é que eram tempos de “nuvens negras”, em que se fechavam hotéis porque não havia turistas, nem transportes para os trazer para cá!

Com a introdução de um novo modelo de desenvolvimento para a Região, com mais alternativas económicas e perspectivas de futuro, o turismo tem-se afirmado como um dos sectores – se não mesmo o sector – com maior dinamismo na economia regional.

Deputado António Marinho (PSD): um crescimento de 2% ao ano é desenvolvimento!

A Oradora: Por isso acreditamos – e temos provas disso – que a concretização desta nova política tem tido efeitos positivos, contribuindo para o fomento do empreendedorismo e a introdução de novas qualificações profissionais, traduzindo-se, em última instância, em mais crescimento económico, mais emprego e mais riqueza para as nossas ilhas.

Potenciando as nossas valências em termos culturais, patrimoniais e ambientais, através do turismo, estamos a contribuir inegavelmente para a melhoria da qualidade de vida dos açorianos, para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região,

para o reforço da coesão económica, social e territorial das nossas ilhas e para o processo de convergência real da nossa economia.

A implementação de uma verdadeira política de desenvolvimento do turismo tem permitido assistir, nestes últimos onze anos, a um crescimento efectivo do sector. Mas esse crescimento tem sido devidamente enquadrado por instrumentos de planeamento e de gestão estratégica, que permitem fomentar o acréscimo da competitividade, a par da criação de factores de sustentabilidade. Estamos a falar do Plano de Ordenamento Turístico, que em breve será apreciado por esta Assembleia, do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável, do Sistema Integrado para a Gestão dos Resíduos dos Açores, dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e das Sete Cidades, da Rede Regional de Áreas Protegidas, do Plano Regional da Água, dos Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras, enfim, de um conjunto muito alargado de instrumentos que permitem fazer a articulação destas áreas com o turismo.

No entanto, a qualidade e a educação ambiental também se promovem com a colaboração dos empresários turísticos. Por essa razão, é salutar reconhecer que, a par destas preocupações cometidas às entidades que gerem o destino, as unidades que operam no sector já começam a aderir a iniciativas de gestão ambiental e implementar novas práticas de sustentabilidade do turismo, nomeadamente sistemas de gestão ambiental e de sistemas de gestão da qualidade, que em vários casos conduziram à certificação.

Tem sido atribuído um carinho especial por parte deste executivo à tarefa de melhorar e aprofundar a nossa promoção no exterior, mas também a melhorar e aumentar a qualidade das diversas actividades ligadas à cadeia de valor do turismo na Região, tanto através de acções de promoção da qualidade dos serviços, como do reforço da formação profissional e da eficácia da fiscalização.

São estas as medidas de fundo que este Governo tem vindo a implementar para que a Região possa continuar a ser uma referência no contexto nacional e europeu, no que concerne à sua qualidade e património ambiental e cultural. Foi esta, desde o início, a aposta do Governo do PS, tendo em vista a notoriedade e a excelência dos Açores como destino turístico.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O mérito desta actuação já tem sido reconhecido por diversas vezes no exterior!

No passado mês de Outubro, foi a revista *National Geographic Traveler* que elegeu os Açores como as segundas melhores ilhas do mundo para o turismo, numa lista de 111 ilhas e arquipélagos analisados por 522 especialistas em turismo sustentável.

A revista americana *Islands*, na sua edição de Agosto, reconheceu que a ilha do Pico está entre as vinte melhores ilhas de todo o mundo para se viver.

Numa edição mais recente da mesma revista os Açores são apontados com um dos melhores destinos de turismo sustentável do mundo.

A editora *Lonely Planet*, por sua vez, acabou de lançar uma publicação para 2008 referente aos melhores destinos turísticos mundiais, onde é com muito orgulho que vemos os Açores a integrarem a sua chamada *Blue List*.

Por outro lado, no que toca aos indicadores turísticos – e permitam-me que o refira mais uma vez, pois já o fiz em anterior intervenção –, ao consultarmos os Indicadores de Monitorização e Previsão da Actividade Turística (IMPACTUR) é com grande satisfação que vemos o destaque atribuído aos Açores, no contexto nacional, por ter conseguido um crescimento médio acumulado, nos últimos três anos, de 10,5% nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros.

Foram estes resultados que nos permitiram cumprir, e até mesmo ultrapassar, todos os objectivos que tinham sido delineados no Plano de Promoção Turística Regional 2004-2006, da Associação do Turismo dos Açores. Um desfecho positivo que não se deveu apenas ao desempenho do Governo Regional, mas também à colaboração activa das entidades privadas que integram esta parceria.

Não vale a pena a oposição negar as evidências com afirmações demagógicas e tentar tapar o sol com a peneira, pois os resultados estão à vista, e não somos nós que o afirmamos!

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Após o forte incremento da capacidade de alojamento turístico, que se verificou entre 2001 e 2005, e que foi igualmente acompanhado por um significativo acréscimo da

procura turística, o ano de 2006 e os primeiros meses de 2007 têm sido caracterizados pela consolidação do sector.

Mas os dados para 2007 continuam a ser optimistas!

A informação disponibilizada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), relativamente ao período de Janeiro a Setembro de 2007, demonstra o crescimento dos principais indicadores estatísticos, face a período análogo do ano anterior.

O aumento da procura turística ficou a dever-se em grande medida ao crescimento do mercado interno, que atingiu o valor mais alto de sempre para este período de nove meses. Isto confirma que a exposição mediática que o arquipélago teve com a telenovela “Ilha dos Amores”, exibida pela TVI, foi um grande veículo promocional no mercado nacional.

No que toca ao mercado estrangeiro, é de destacar o sucesso da introdução de mais um voo directo da Holanda para os Açores, neste caso para a Terceira, que foi, em grande parte, responsável pelo acréscimo de 15,6% que se constatou este ano nas dormidas dessa lha.

Apesar dos Países Nórdicos continuarem a assumir preponderância no total das dormidas de não residentes, o seu peso relativo tem vindo a diminuir, devido aos crescimentos verificados em novos mercados como a Áustria, a Bélgica, a Suíça, a França, o Canadá e a Espanha.

Para além da eficácia da promoção turística, estes resultados não são, porventura, alheios a um trabalho intenso de articulação da política de turismo com a política de transportes, onde a criação de novas ligações aéreas directas aos principais mercados emissores tem sido a pedra de toque do sucesso da diversificação da procura.

A continuada aposta da SATA Internacional na exploração de novas rotas e na oferta de voos regulares – quer para o centro da Europa, quer para a América do Norte – tem possibilitado de forma decisiva a redução da dependência de operadores externos e de fluxos turísticos provenientes do mercado nórdico.

Paralelamente a este esforço de dinamização da procura turística e de diversificação de mercados emissores, o Governo Regional está a apoiar a qualificação da oferta

turística em novos produtos ligados aos congressos, à saúde e bem-estar – nomeadamente ao termalismo –, ao turismo náutico e ao golfe.

No âmbito destes investimentos estratégicos é de exaltar o forte investimento em infra-estruturas ligadas ao turismo de cruzeiros e à náutica de recreio, na convicção de que este é um dos sectores que mais vai crescer nos próximos tempos e no qual os Açores apresentam enormes vantagens comparativas.

O projecto “Portas do Mar” está quase concluído. Este projecto engloba a construção de um terminal marítimo e gare de passageiros no porto de Ponta Delgada e prevê igualmente a construção de uma marina, zona comercial, estacionamento subterrâneo e piscina. Para além de contribuir para aliviar a actual pressão sobre o porto comercial, reordenar as áreas portuárias e reorganizar a sua exploração, este projecto insere-se numa estratégia mais vasta de dinamização do turismo de cruzeiros na Região.

Em relação a marinas e núcleos de recreio náutico, temos neste momento cerca de mil lugares de amarração espalhados por São Miguel, Terceira e Faial, mas estão em fase de finalização, para além da já mencionada marina integrada nas “Portas do Mar”, em São Miguel, o núcleo de recreio náutico de Vila do Porto, em Santa Maria, o das Velas, em São Jorge e o das Lajes, no Pico.

Além de promover estas infra-estruturas do arquipélago, o Governo tem apostado no *big game fishing*, mergulho, *whale-watching* e turismo sub-aquático.

A todo neste investimento público acrescem, ainda, os apoios atribuídos através dos sistemas de incentivos ao investimento privado na Região. É inegável que estes incentivos têm assumido um papel de charneira para a criação de condições para um desenvolvimento sustentável em todas as ilhas, nomeadamente com a introdução de medidas de discriminação positiva, em certos casos, visando uma maior coesão económica, social e territorial da Região.

É uma realidade indiscutível que, por ocasião do III Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, o investimento privado nos Açores cresceu a um ritmo nunca dantes verificado.

O investimento total candidatado nesse período foi cerca de 600 milhões de euros, sendo que, em relação ao II QCA, o investimento aprovado e o incentivo aprovado, neste III Quadro, quase que triplicaram.

Fazendo uma análise sectorial, constata-se que o sector do turismo registou um maior crescimento em termos absolutos e o segundo maior crescimento percentual.

No II QCA, o peso do investimento aprovado no sector do turismo em relação ao investimento total aprovado foi de 36%; no III QCA o investimento no turismo representa 65% do total.

Os números falam por si!

O QRESA – Quadro de Referência Estratégico 2007-2013, que agora se inicia, corresponde a um novo ciclo de desenvolvimento da economia regional e é com agrado que se atesta que os sistemas de incentivos nele assumem uma especial importância, o que já se reflecte neste Plano para 2008.

Na realidade, o Programa 15, que se refere à Promoção do Investimento e da Coesão, é um dos programas mais expressivos deste Plano em termos de afectação de verbas.

No âmbito do QRESA 2007-2013, a política regional de incentivos foi ajustada aos novos desafios da economia, assegurando, no entanto, uma certa continuidade relativamente a algumas medidas adoptadas no anterior QCA, de modo a garantir um clima de estabilidade e confiança aos agentes económicos.

Como se sabe, recentemente foi aprovado nesta Assembleia o quadro legal do SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores (Decreto Legislativo Regional nº 19/2007/A, de 23 de Julho), que apresenta um âmbito de aplicação muito diversificado, sem qualquer paralelismo com os anteriores sistemas de incentivos, envolvendo um vasto conjunto de medidas coerentes e devidamente articuladas.

O SIDER baseia-se numa estrutura assente em quatro vectores de intervenção: Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local, Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico e Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento da Qualidade e Inovação. Os regulamentos destes subsistemas já estão publicados, ficando assim o novo sistema

de incentivos completamente operacionalizado e produzindo efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2007.

Os novos sistemas de incentivos permitirão impulsionar um ambiente de competitividade, disponibilizando um universo de oportunidades que os nossos empresários saberão com certeza aproveitar. Estamos convictos de que os sistemas de incentivos para o QRESA 2007-2013 poderão contribuir de forma relevante para continuar a promover as alterações estruturais da economia necessárias para alcançar melhores níveis de eficiência e uma maior coesão económica, social e territorial da Região.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

No Plano para 2008, o Programa 12 – Desenvolvimento do Turismo tem previsto um investimento público de 19,655 milhões de euros, sendo 14,655 milhões de euros do Plano e 5 milhões de euros de Outros Fundos.

Este esforço financeiro é, mais uma vez, o reflexo da aposta estratégica que se tem feito no sector e que tem contribuído neste ciclo de governação socialista para mudar a face do turismo na Região.

As acções que o executivo pretende desenvolver neste domínio dão seguimento à estratégia que foi delineada para este quadriénio. No entanto, e relativamente aos anos anteriores, podemos destacar o reforço de verbas para promoção turística, a realizar quer em concertação com a Associação de Turismo dos Açores, quer através da concessão de incentivos financeiros aos privados ou do estabelecimento de parcerias com associações para esse fim.

Com a implementação do Plano de Ordenamento Turístico, também haverá novidades, nomeadamente ao nível da edição de novos roteiros turísticos temáticos e da introdução de nova sinalética a eles associada.

O Programa 13, que espelha a actuação governamental em matéria de Indústria, tem adstrito um investimento público na ordem dos 1,175 milhões de euros, totalmente financiados pelo Plano.

É de realçar o empenho acrescido no apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico nas empresas e na implementação de planos estratégicos e de programas

para a promoção da qualidade e inovação no sector industrial. Na esfera da qualidade, e não exclusivamente na área da indústria, convém recordar que, em dez anos, os Açores passaram de 6 para 60 empresas certificadas, em resultado do empenho colocado em políticas de promoção da qualidade como factor de inovação e modernidade, potenciadora de vantagens competitivas e diferenciadora dos serviços e produtos das empresas, das organizações e da sociedade açoriana.

De igual modo, no âmbito do Programa 13, se coloca em evidência o fomento de parcerias com associações empresariais e as iniciativas para incremento da produtividade e competitividade do sector empresarial.

Quanto ao Programa 14 – Desenvolvimento do Comércio e Exportação, o investimento público proposto para 2008 ascende a 1,720 milhões de euros, ou seja, o dobro do valor inscrito no Plano para 2007.

Este acréscimo invulgar na afectação de verbas a este Programa deve-se a um novo fôlego que o executivo pretende consagrar à promoção externa de produtos açorianos. Um esforço louvável que se deseja ver bem acolhido e aproveitado por parte do empresariado regional.

No Programa 15 – Promoção do Investimento e da Coesão, por sua vez, encontra-se inscrito um montante de investimento público na ordem dos 49,665 milhões de euros, sendo 38,665 do Plano e 11 milhões de euros de Outros Fundos.

Tal como já se afirmou, trata-se de um dos programas mais expressivos deste Plano em termos de afectação de verbas, denotando a particular atenção do Governo Regional em apoiar financeiramente o investimento privado – neste caso, em iniciativas fora do âmbito do sector primário –, em especial em ilhas onde a iniciativa privada enfrenta maiores dificuldades, tendo em vista o reforço da coesão na Região.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

As Propostas de Orçamento e Plano para 2008 encerram mais um ciclo de governação do Partido Socialista nos Açores.

Um ciclo de acção governativa enformado por um novo modelo de desenvolvimento para a Região que confirma a visão estratégica e a coragem política para mudar os Açores.

Um ciclo de sucesso na execução de medidas arrojadas, por muitos e por demais vezes consideradas demasiado ambiciosas!

Um ciclo de ambição, é certo, mas de promessas cumpridas, em tempos conturbados, enfrentando contratempos e calamidades inesperadas, mas todas elas bem geridas e bem superadas!

Os Açores estão diferentes! Os açorianos podem continuar a confiar no PS e no Governo de Carlos César para Continuar a Mudar os Açores para Melhor!

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, os nossos trabalhos vão ficar por aqui. Retomamos amanhã às 10 horas.

Em todo o caso passo a divulgar os tempos disponíveis:

Governo – 128 minutos

PS – 132 minutos

PSD – 72 minutos

CDS/PP – 17 minutos

Deputado Independente – 6 minutos.

Lembro aos Srs. Deputados, que faz parte do Regimento e não só, da praxe parlamentar, como diria o Sr. Deputado Bolieiro, dizer-vos que está compreendido nesses vossos tempos aquele que vão precisar para a discussão na especialidade. É bom não esquecer, porque senão não resta nada para a especialidade. É o vosso amigo que está a dizer isso.

Boa noite. Até amanhã.

Eram 20 horas.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco **Manuel Coelho Lopes Cabral**

Hernâni **Hélio** Jorge

Osório Meneses da **Silva**

Partido Social Democrata (PSD)

Carla **Patrícia** **Carvalho** *Bretão* **Martins**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto **Abílio** **Lopes** Pereira

Luís **Henrique** da Silva

() Texto não revisto pelo orador.*

A Redactora, *Maria da Conceição Fraga Branco*